

RAUL DE CARVALHO ROCHA

**GRIMM, A LÍNGUA E A CIÊNCIA:
ECOS DO ROMANTISMO ALEMÃO**

PORTO ALEGRE

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO – ESTUDOS DA LINGUAGEM
LINHA DE PESQUISA – ANÁLISES TEXTUAIS, DISCURSIVAS
E ENUNCIATIVAS

**GRIMM, A LÍNGUA E A CIÊNCIA:
ECOS DO ROMANTISMO ALEMÃO**

RAUL DE CARVALHO ROCHA

Dissertação em Análises Textuais, Discursivas e Enunciativas apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras, com concentração em Estudos da Linguagem, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Valdir do Nascimento Flores.

PORTO ALEGRE
2023

CIP - Catalogação na Publicação

Rocha, Raul de Carvalho
Grimm, a língua e a ciência: ecos do Romantismo
alemão / Raul de Carvalho Rocha. -- 2023.
121 f.
Orientador: Valdir do Nascimento Flores.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de
Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Grimm. 2. Romantismo alemão. 3. Gramática
Comparada. 4. Ciência Moderna. I. Flores, Valdir do
Nascimento, orient. II. Título.

RAUL DE CARVALHO ROCHA

**GRIMM, A LÍNGUA E A CIÊNCIA:
ECOS DO ROMANTISMO ALEMÃO**

Dissertação em Análises Textuais, Discursivas e Enunciativas apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras, com concentração em Estudos da Linguagem, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre, 12 de Janeiro de 2024.

Resultado: Aprovado.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Valdir do Nascimento Flores (Orientador)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof.^a Dr.^a Heloísa Monteiro Rosário
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dr. Michael Korfmann
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof.^a Dr.^a Núbia Rabelo Bakker Faria
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Na verdade, falar e escrever é algo tolo; a conversa verdadeira é apenas um jogo de palavras. É de se admirar que as pessoas estão convencidas de que falam apenas por causa das coisas. Ninguém se dá conta da peculiaridade da língua, do fato de que ela apenas cuida de si mesma. Por isso ela é um segredo tão maravilhoso e fértil [...]. Se apenas as pessoas entendessem que a língua é igual às fórmulas matemáticas — ambas constituem um mundo próprio — ambas apenas jogam consigo mesmas.
—Novalis (1798, citado por Korfmann, 2005).

RESUMO

Este trabalho, de cunho epistemológico e historiográfico, objetiva discutir a influência do Romantismo alemão sobre o encaminhamento da Gramática Comparada rumo aos princípios inerentes à Ciência Moderna, precisamente a partir da investigação dos ecos românticos sobre a figura do germanista alemão Jacob Grimm (1785–1863). O ponto de partida deste trabalho é o reconhecimento, amplamente difundido, de que a Gramática Comparada emerge em meio ao ápice do movimento romântico alemão, bem como a constatação de Milner (2021[1995]) de que a Gramática Comparada anuncia, em Linguística, os princípios de uma ciência galileana. Considerando essas duas observações, busca-se responder à seguinte questão norteadora: qual o papel exercido pelo Romantismo alemão na constituição de um conhecimento linguístico por Grimm que permitiu à Gramática Comparada anunciar, em sua configuração epistêmica, os princípios de uma Ciência Moderna, à qual, em certa medida, os românticos foram hostis? Para isso, investigam-se os modos pelos quais os ecos do Romantismo alemão que reverberam nas reflexões de Grimm abrem a possibilidade de o conhecimento linguístico por ele produzido configurar-se nos moldes de uma Ciência Moderna, que requer a matematização do objeto. Nas páginas iniciais, (*cf.* Capítulos 1 e 2), são definidos os termos pelos quais a Historiografia Linguística (HL) integra essa investigação, que articula, ainda, a HL com a epistemologia apresentada por Milner (1996; 2002; 2012[1978]; 2021[1995]). Na Parte I, estabelece-se o clima de opinião subjacente à Alemanha romântica oitocentista (*cf.* Capítulo 3, § 3.1 e 3.2), especificamente dois de seus aspectos: o *ideológico* e o *epistemológico*. Na Parte II, realiza-se uma discussão analítico-interpretativa da obra de Grimm situada em seu contexto e das possibilidades que se abrem a partir dos efeitos exercidos sobre o germanista pelos pressupostos românticos (*cf.* Capítulos 4 e 5), que, apesar de evocarem elementos que, a rigor, impediriam o tratamento *literal* do objeto, imprescindível à ciência galileana, definem, para a língua, um *interior* cujos desdobramentos escapam à posição ontológica que o sustenta.

Palavras-chave: Grimm; Romantismo alemão; Gramática Comparada; Ciência Moderna.

ABSTRACT

The present work, of epistemological and historiographic nature, aims to discuss the influence of German Romanticism on the direction of Comparative Grammar towards the inherent principles of Modern Science, precisely by the study of the Romantic echoes in the work of the German Germanist Jacob Grimm (1785–1863). The starting point of this study is the widespread recognition that Comparative Grammar emerged in the German Romantic Era, as well as Milner's (2021[1995]) statement according to which Comparative Grammar announces, in the field of Linguistics, the principles of a Galilean Science. Assuming these two statements as a premise, this study's leading question is: what are the potential contributions of German Romanticism for Grimm's research which make him produce a type of linguistic knowledge that allows Comparative Grammar to announce in its epistemic configuration the principles of a Modern Science, which faced, in some extent, the Romantic hostility? In order to answer this, this research examines the ways in which the echoes of German Romanticism that reverberate through Grimm's work create the possibilities of the linguistic knowledge produced by him to be configured in conformity with the principles of Modern Science, which requires the mathematization of the subject. In the opening pages (Chapters 1 and 2), it is stated the way by which Linguistic Historiography (LH) operates in this study, which also articulates LH with the epistemology presented by Milner (1996; 2002; 2012[1978]; 2021[1995]). In Part I, the climate of opinion of nineteenth-century Romantic Germany is established (Chapter 3, § 3.1 and 3.2), specifically two of its aspects: the *ideological* and *epistemological* ones. In Part II, an analytical, interpretative discussion on Grimm's linguistic studies in its historical context is developed, as well as on the possibilities created by the effects of German Romanticism's assumptions on Grimm's reflections (Chapters 4 and 5) which, although evoking elements which, strictly speaking, prevent the *literal* way a Galilean Science must operate with the subject, also establish an *interior* whose developments are beyond the ontological conditions that sustains it.

Keywords: Grimm; German Romanticism; Comparative Grammar; Modern Science.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Correspondências fônicas estabelecidas por Grimm.	88
Tabela 2 – Exemplos de correspondências fônicas estabelecidas por Grimm.	88

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ahd.* – Antigo-alto-alemão
goth. – Gótico
gr. – Grego
griech. – Grego
lat. – Latim
scr. – Sânscrito
sk. – Sânscrito
skr. – Sânscrito
HL – Historiografia Linguística
HIL – História das Ideias Linguísticas

LISTA DE SÍMBOLOS

- = Correspondência; corresponde, como em: *lat. g = goth. k.*
- > Transformação; transforma-se, como em *r > l.*

APOIO FINANCEIRO DA CAPES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Brasil– Código 001.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
-------------------------	-----------

PRÓLOGO

UMA METODOLOGIA

1 Perspectivas da História da Linguística	26
2 Princípios práticos e teóricos da Historiografia Linguística	35

PARTE I

O ROMANTISMO: UMA *FORMA MENTIS*

3 Uma transformação no pensamento	45
3.1 O despertar germânico.....	48
3.2 O Universo como um Organismo.....	61

PARTE II

O ECO, A LÍNGUA, A CIÊNCIA

4 A ciência como uma questão.....	77
4.1 Uma Ciência Moderna.....	79
5 Jacob Grimm: um <i>hommo romanticus</i>.....	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
REFERÊNCIAS	115

INTRODUÇÃO

A Linguística e a Filologia românticas descobriram que o Universo da palavra constitui um mundo imenso, que não pode ser contemplado de relance. Em um momento dado, apenas uma pequena parcela de sua totalidade aparece. As partes ocultas excedem em importância as partes evidentes. A consciência do ser falante não tem acesso, no ato de fala, senão a uma porção desse Universo, cuja dimensão nos permanece misteriosa e inacessível.
—Gusdorf (1993[1983], p. 864).¹

O Romantismo foi um movimento amplo, e tal amplitude possui os seus inconvenientes, a começar por encontrar-lhe uma definição. Uma característica permanente e constante do pensamento ocidental ou um movimento historicamente situado no tempo e no espaço? Esses são pontos de vistas a partir dos quais o pensamento romântico é abordado. Descrito por Berlin (2015[1999], p. 24) como “o maior movimento recente que transformou a vida e o pensamento do mundo ocidental” e por Barzun (1949, citado por Peckham, 1951, p. 7) como “a revolução profunda que conduziu o intelecto da Europa da expectativa e do desejo de fixidez para o desejo e a expectativa de mudança”,² o Romantismo carece, por sua vez, de uma definição unânime e estrita. Testemunham a sua amplitude as diferentes áreas que afetou, desde a Arte à Ciência e à Filosofia, e as características que se lhe são atribuídas — não raramente contraditórias. Uma apreciação de Berlin (2015[1999]) é ilustrativa:

O Romantismo é o primitivo, o ignorante, é a juventude, a exuberante sensação de vida do homem natural, mas também é palidez, febre, doença, decadência, *la maladie du siècle*, *La Belle Dame Sans Merci*, a Dança da Morte, na verdade a própria Morte. É a cúpula de vidro multicolorido de Shelley, e é também o esplendor branco da eternidade. É a plenitude vigorosa e confusa e a riqueza da vida — *Fülle des Lebens* —, a multiplicidade inexaurível, a turbulência, a violência, o conflito, o caos, mas também é a paz, a união com o grande “Eu”, a harmonia com a ordem natural, a música das esferas, a dissolução no eterno espírito que tudo contém [...]. É, em suma, a unidade e a multiplicidade (Berlin, 2015[1999], p. 42-45).

¹ No original: “*La Linguistique et la Philologie romantiques ont découvert que l’univers de la parole forme un monde immense, qui ne peut être envisagé d’un seul coup d’œil; seule se montre en un moment donné une petite part de la totalité. Les parties cachées dépassent en importance les parties apparentes; la conscience de l’être parlant n’accède, dans l’acte de parler, qu’à une portion de cet univers, dont les proportions nous demeurent mystérieuses et inaccessibles*”.

² No original: “*The great revolution which drew the intellect of Europe [...] from the expectation and desire of fixity into desire and expectation of change*”.

Em meio a essa amplitude e contradição, Berlin (2015[1999]) prefere tratar o Romantismo como um movimento perfeitamente situável no tempo e no espaço, o qual caracteriza como uma transformação na consciência ocidental que, para o autor, não ocorreu em outro lugar senão na Alemanha dos séculos XVIII e XIX. De fato, *transformação* parece ser o termo mais apropriado para definir a atitude introduzida pelo Romantismo (Lovejoy, 2005[1936]; Berlin, 2015[1999]; Peckham, 1951). Transformação essa, sobretudo, na concepção de mundo do homem ocidental, que, de acordo com Peckham (1951, p. 9), abandonou a cosmovisão estática e mecanicista e aderiu a uma compreensão dinâmica e organicista do Universo. Este meu trabalho é dedicado, pois, ao ímpeto romântico na vida intelectual do Ocidente e os seus desdobramentos na constituição de uma *ciência* Linguística. Mas não a qualquer Romantismo. Trata-se do Romantismo alemão, este Romantismo que, como descreve, uma vez mais, Berlin (2015[1999]), tem como uma de suas características fundamentais o orgulho e o reavivamento do espírito nacional, que encheu os alemães de um furor patriótico e uma rejeição à França, então o centro cultural e científico da Europa.

A Ciência Moderna enfrenta menos obstáculos para a sua definição. O seu princípio, com a Revolução Científica dos séculos XVI e XVII, não é contestado. O seu *modus operandis* não o é, igualmente. Como bem observa Milner (1996; 2002; 2012[1978]; 2021[1995]), a partir de Koyré e Kojève, uma ciência de caráter moderno é aquela que matematiza a si e ao seu objeto. Isso implica um raciocínio e uma linguagem cerrados, matemáticos, distintos daqueles que se presume encontrar em um movimento como o romântico, passional e contrário à sobriedade racionalista. Aqui, pois, a *ciência*, a que referi no parágrafo anterior, possui um sentido preciso. Portanto, busco avaliar os efeitos do pensamento romântico na constituição de uma ciência que, no domínio da Linguística, anuncia um caráter *moderno*. O estranhamento diante de uma tal proposta não é imotivado. Afinal, o movimento romântico, extremamente subjetivo, entregue às paixões e ao ímpeto, parece contrastar demasiado com o raciocínio subjacente à ciência galileana e ao método cartesiano que predominam nas ciências a partir do século XVII. Isso posto, é digno notar a pertinente questão que Muniz Barreto (1979, p. 109-110) põe em um texto no qual se dedica às relações entre o Romantismo e a Ciência: “Como relacionar coisas aparentemente tão diversas, como um movimento conceituado como artístico, com a ciência que seria, na óptica comumente aceita, uma manifestação pragmática, racional, e tão afastada do sentimento, que a tornaria a antítese da arte?”.

Este trabalho, ainda que não pretenda responder à pertinente questão de Muniz Barreto (1979), investiga o elo entre o Romantismo alemão e uma Ciência Moderna através de uma figura: o germanista alemão Jacob Grimm (1785–1863). A ciência de que se está a falar é a Gramática Comparada, corrente de estudos que surgiu na Alemanha do século XIX e cujo método, o histórico-comparativo, constituiu-se no tratamento hegemônico da língua ao longo do Oitocentos alemão, migrando, posteriormente, para a França. O elo que compreendo existir entre o Romantismo alemão e o caráter moderno da Gramática Comparada reside precisamente nos ecos românticos que ressoam nos estudos linguísticos de Grimm, cujos *desdobramentos* que promovem no âmbito do comparatismo resultariam na produção de um conhecimento sobre a língua pela Gramática Comparada que abriria a possibilidade de esta última configurar-se nos moldes de uma Ciência Moderna — à revelia da proposta romântica de um afastamento do Universo cartesiano subjacente ao ideal moderno de cientificidade.

Não obstante ter representado um dos aspectos mais importantes da História intelectual do Ocidente, o surgimento de um saber linguístico produzido no seio da Gramática Comparada foi obliterado pela contemporaneidade. Sobre esse fato, Foucault (2007[1966]) afirma que,

O isolamento das línguas indo-europeias, a constituição de uma Gramática Comparada, o estudo das flexões, a formação das leis de alternância vocálica e de mutação consonântica — em suma, toda a obra filológica de Grimm, de Schlegel, de Rask e de Bopp — permaneceu às margens de nossa consciência histórica, como se ela tivesse tão-somente fundado uma disciplina um pouco lateral e esotérica — como se, de fato, não fosse todo o modo de ser da linguagem (e da nossa) que se modificara através deles (Foucault, 2007[1966], p. 388).

Esse “modo de ser da linguagem” que irrompeu no século XIX foi o fruto de um “descontínuo epistemológico” em relação à Era precedente, o qual tomou forma, pelo menos, na segunda metade do século XVIII e fez com que as coisas não fossem mais “percebidas, descritas, enunciadas, caracterizadas, classificadas e sabidas do mesmo modo”, como diz Foucault (2007[1966], p. 298). Apesar de Foucault (2007[1966]) não relacionar essa transformação do pensamento europeu ao movimento romântico, assumo explicitamente, a partir de Eichner (1982) e Berlin (2015[1999]), a existência de um elo entre o Romantismo alemão e este “descontínuo” cujo impacto se fez sentir sobre os

estudos linguísticos. Some-se a isto a concorrência de uma série de eventos de natureza diversas na Alemanha dos séculos XVIII e XIX que conduziu os românticos a se interessarem por tudo o que consideravam representar o espírito nacional alemão (*Nationalgeist*), entre os quais se encontra a *língua*.

Essa proposta de investigação possui dois pontos de partida: (I) o fato, amplamente difundido, de que o surgimento da Gramática Comparada ocorreu “ao bafejo do Romantismo”, nos termos de Elia (1978, p. 114), e (II) o reconhecimento de Milner (2021[1995]), segundo o qual a Gramática Comparada, em sua forma acabada, anuncia os princípios de uma Ciência Moderna. Considerando esses pontos, a questão norteadora deste trabalho é: qual terá sido o papel exercido pelo Romantismo alemão na constituição de um conhecimento linguístico que permitiu à Gramática Comparada anunciar os princípios de uma Ciência Moderna em sua configuração epistêmica? Convencido, como Morpurgo Davies (1998), de que a produção de conhecimento não se dá no vácuo, e em concordância com a perspectiva epistemológica de Koyré (1991[1930], p. 15-16), segundo a qual “a história não opera através de saltos bruscos; e as divisões nítidas em períodos e épocas só existem nos manuais escolares”, proponho-me a discutir o intrincado teórico-epistemológico entre o eco romântico presente na obra de Grimm e o prenúncio de um caráter moderno na Gramática Comparada.

O surgimento da Gramática Comparada em meio ao ápice do movimento romântico alemão foi notado por diversos autores,³ portanto, não se trata, por cá, de reafirmar as relações de autores como Friedrich Schlegel (1772–1829), Franz Bopp (1791–1867) ou Grimm — estes últimos tidos como os fundadores da Gramática Comparada — aos interesses românticos. O objetivo é, antes, pensar em que medida a atmosfera intelectual romântica e a transformação que promoveu no pensamento europeu contribuíram para o encaminhamento da Gramática Comparada aos princípios inerentes à Ciência Moderna, conforme o reconhece Milner (1996; 2002; 2012[1978]; 2021[1995]). Face ao esgotamento da perspectiva racionalista e francesa e à mecanização do mundo fruto dos desdobramentos do método científico moderno, o Romantismo propôs uma cosmovisão e, por conseguinte, uma epistemologia novas que, ao integrar-se à reflexão linguística do período, segundo suponho, abriria a possibilidade de o tratamento moderno do objeto da ciência galileana estender-se,

³ Apontamentos dessa relação entre o Romantismo alemão e a ascensão do comparatismo na Alemanha podem ser encontradas em Morpurgo Davies (1998), Robins (2004[1967]), Mounin (1974), Paveau e Sarfati (2006), Koerner (2014), Câmara Jr. (2021[1975]), entre outros.

também, para a *língua*, a despeito de o objetivo dos românticos ter sido, justamente, a superação dos princípios da Ciência Moderna. Embora, como bem mostra Koyré (1991[1930], p. 15-16), correntes de pensamento distintas atravessassem séculos inteiros, superpondo-se e entrecruzando-se, atente-se para que “a continuidade do espectro não torna as cores menos diversas”. Bem entendido, o alcance do Romantismo possui os seus limites.

E o Romantismo de que se está a falar, retomo, não é qualquer um, mas o alemão, e isto é algo que se deve sublinhar. Afinal, como bem assinala Gusdorf (1993[1985]), à exceção do Romantismo que se desenvolveu na Alemanha, todas as suas outras manifestações permaneceram estritamente literárias e artísticas, e completamente estranhas às Ciências da Natureza.⁴ Em território alemão, por sua vez, observou-se, desde o princípio, as relações de autores românticos com as ciências: Friedrich Schelling (1775–1854) elaborou a sua Filosofia da Natureza (*Naturphilosophie*), que buscou superar o dualismo cartesiano e propor uma nova metafísica que não opusesse o Homem à Natureza. Johann Wolfgang von Goethe (1749–1832) desenvolveu estudos em Biologia e sobre a luz e as cores, contrapondo-se, inclusive, às teorias do físico e matemático britânico Isaac Newton (1643–1727); Georg Philipp Friedrich von Hardenberg (1772–1801), mais conhecido pelo pseudônimo Novalis, interessou-se por Física, Fisiologia, Química, Matemática e Mineralogia, tendo documentado os seus estudos em diversas notas, e pretendeu compilar uma enciclopédia na qual visava não só a reunir os conhecimentos adquiridos, mas os métodos aplicados nos diferentes campos, com o propósito de “revisar e ultrapassar” ambos (Wetzels, 1971, p. 49). O que todos esses alemães têm em comum é o fato de serem precursores do Romantismo alemão na Filosofia, na Literatura e nas ciências, muito especificamente

⁴ A esse respeito, é digno de nota os estudos de Proffitt (1980; 1982), nos quais o autor defende a existência de relações estreitas entre o Romantismo britânico e, muito especificamente, entre os poetas românticos da Inglaterra e as ciências. Diz Proffitt (1982, p. 409): “Profundamente preocupados e conhecedores da ciência de sua época, eles [os poetas românticos ingleses] buscaram apenas corrigir um equívoco epistemológico que percebiam como comprometendo a ciência desde o seu princípio: o de que o conhecimento advém apenas do objeto. [...] os românticos ingleses não se esforçaram por inverter o modelo epistemológico científico através da substituição do sujeito pelo objeto, mas, antes, reconhecendo que a ciência é, também, um produto da atividade imaginativa, eles buscaram uma síntese complexa que refletisse a nossa experiência do mundo entre o exterior e o interior, o objeto e o sujeito, a ciência clássica e a imaginação” [No original: “*Deeply concerned with and knowledgeable about the science of their day, they sought only to correct an epistemological error that they saw as having marred science from its inception—that knowledge derives solely from the object. [...] the English Romantics did not endeavor to reverse the epistemological model of science by replacing the object with the subject; rather, recognizing that science too is a product of imaginative activity, they sought a complex synthesis reflective of our experience of the world between outer and inner, object and subject, classical science and the imagination*”].

do chamado primeiro Romantismo alemão, que lançou as bases do ataque ao Iluminismo francês.

Sob o ponto de vista da ciência que, cá, examina-se, a Linguística, os nomes previamente mencionados, de Schlegel, de Bopp ou de Grimm, testemunham, também, *romantici scientistae*. A escolha da figura de Grimm, entre tantos alemães, para este trabalho não ocorreu a esmo. Os motivos são de ordem *teórica e histórica*. Começamos pela História. Pode-se apontar o reconhecimento universal de Grimm pela compilação, com o seu irmão, Wilhelm Grimm (1786–1859), de contos extraídos do folclore alemão. Tal atitude coincide com o ímpeto romântico rumo ao resgate e à valorização do passado e da cultura genuinamente germânicos, gesto esse em relação ao qual Grimm tomou grande partido e foi um dos grandes expoentes e fundador dos estudos que, posteriormente, receberam a alcunha de Germanística. Ademais, é bastante conhecido o envolvimento direto de Grimm, nas primeiras décadas do século XIX, com intelectuais e artistas que compuseram o chamado Círculo Romântico de Heidelberg, que alimentou o projeto de reviver as tradições literárias alemãs, do qual a recolha de contos constitui um reflexo. As relações entre o seu envolvimento com as questões políticas e sociais de sua época, a história dos povos germânicos e os seus estudos sobre a língua — dos quais me o ocupo neste trabalho — são escancaradas no prefácio de sua *Geschichte der deutschen Sprache [História da língua germânica]* (1848), em que diz:

[...] ele [o livro] mostra que o nosso povo, após libertar-se do jugo romano, levou o seu nome e a sua liberdade revigorada aos romanos na Gália, na Itália, na Espanha e na Inglaterra [...]. O destino de toda a Idade Média foi guiado especialmente por ele, mas qual teria sido o seu poderio se os francos, os borgonheses, os lombardos e os visigodos tivessem preservado a sua língua ancestral, como o fizeram os anglosaxões.

Com o seu abandono, eles perderam-nos e, em grande medida, a si mesmos [...]. Em nossa natureza mais íntima, sempre houve algo de condescendente, uma inclinação a costumes estrangeiros. Jamais nos deveremos recuperar desse erro? (GRIMM, 1880[1848], N/A).⁵

⁵ No original: “[...] *es lehrt, dasz unser volk nach dem abgeschüttelten joch der Römer seinen namen und seine frische freiheit zu den Romanen in Gallien, Italien, Spanien und Britannien getragen [...] Von ihm zumal gelenkt wurden die Schicksale des ganzen mittelalters, aber welche höhe der macht wäre ihm beschieden gewesen, hätten Franken, Burgunden, Langobarden und Westgothen gleich den Angelsachsen ihre angestammte spräche behauptet.*

Mit deren aufgeben giengen sie uns und grosztheils sich selbst verloren; [...] in unserer innersten art lag je etwas nachgibiges, der ausländischen sitte sich anschmiegendes, sollen wir von dem fehler bis zuletzt nicht genesen? [sic]”.

Aos interesses dos românticos alemães pela língua subjaz a concepção de que a língua de um povo representava o seu espírito (*Volksgeist*), concepção essa herdada da filosofia historicista de Johann Gottfried von Herder (1744–1803), um dos grandes críticos da *Aufklärung*.

Não é de se espantar, portanto, que a Gramática Comparada, que, a princípio, explorou as relações de parentesco entre as línguas da Europa e da Ásia, tenha-se desenvolvido exponencialmente em território alemão ao longo do século XIX. Afinal, como bem assinala Martinet (1986), a descoberta de que as diversas línguas da Europa provinham todas de um ancestral comum não teria despertado, inicialmente, grande interesse por parte dos franceses, os quais se consideravam os descendentes diretos dos clássicos. Para os alemães, por sua vez, tal descoberta representou a possibilidade de colocar a língua alemã em pé de igualdade com as línguas do Mundo Antigo. A ausência de registros históricos da convivência entre aqueles povos conduziu os alemães a um estudo das línguas “por elas mesmas”, que permitiu o estabelecimento de uma “história interna” das línguas cujas propriedades Grimm buscou explicar através da concepção romântica da existência de um vínculo “espiritual” entre a língua e os povos que as falam. No entanto, os desdobramentos desta “história interna” para a ciência da linguagem escapam às condições intelectuais a que se vinculava a sua emergência — o que se deixa comprovar pelo próprio destino da referida descoberta de Grimm, considerada, retroativamente, o protótipo de uma *lei fonética*.

Quanto à motivação teórica, deve-se notar que Grimm é o responsável pela descoberta de correspondências fônicas sistemáticas entre as línguas clássicas e as línguas germânicas, que, para além de provocarem imenso interesse pela repercussão ideológica que alcançaram no âmbito do movimento romântico alemão, tornaram-se a primeira *lei fonética* da História da Linguística, constituindo-se, no mais, uma “verdadeira revolução epistemológica”, nos dizeres de Auroux (2006, p. 81). A importância de sua descoberta foi tal que, tanto Morpurgo Davies (1998) quanto Robins (2004[1967]), afirmam que, ao final do século XIX, toda a Linguística Histórico-Comparativa assentava-se na constatação de que as mudanças fonéticas se realizavam de forma *regular*, independentemente do aspecto significativo da unidade e em atendimento unicamente a um ambiente fonológico preciso. Em sua forma acabada, a Gramática Comparada elege as correspondências fônicas como o seu objeto, conforme Milner (2021[1995]). A formulação do conceito de *lei fonética* no âmbito do comparatismo do fim do século XIX permite a Milner (2021[1995]) reconhecer a

passagem dos estudos linguísticos para o “segundo” dos “dois tempos” — o primeiro sendo o *empírico*, no qual as correspondências fonéticas são estabelecidas —, que dá lugar à *formalização* do objeto comparatista. Esta revela, na Gramática Comparada, uma estrutura nos moldes dos princípios da Ciência Moderna e, coadunada com a *literalização* do objeto, encerra o critério da matematização da ciência galileana.

A partir desse quadro histórico-epistemológico, que situa a questão norteadora deste trabalho, outras duas questões, também, guiam o seu desenvolvimento:

1. Em que medida o Romantismo alemão, considerado ideológica e epistemologicamente, direciona as reflexões de Grimm à produção de um conhecimento sobre a língua que a revela um objeto do conhecimento regido por leis internas de funcionamento?
2. Como este conhecimento tomado por objeto permite uma configuração dos estudos linguísticos que faz com que Milner (1996; 2002; 2012[1978]; 2021[1995]) reconheça na Gramática Comparada o tratamento da língua nos moldes da Ciência Moderna, à qual, em certa medida, os românticos foram hostis?

A possibilidade de responder a estes questionamentos reside na articulação daquilo a que Milner (2021[1995]) chama de “os dois tempos” da Gramática Comparada com o que, do Romantismo alemão, ecoa teórica e metodologicamente em Grimm e abre a possibilidade de acesso a uma forma de pensar sobre a língua, que ocorrerá efetivamente a partir de outro lugar teórico.

Metodologicamente, adoto neste trabalho, por um lado, a proposta da Historiografia Linguística (HL), campo de investigação que busca descrever e explicar a emergência, circulação e recepção do conhecimento linguístico em um determinado contexto social, cultural e histórico; por outro, a epistemologia apresentada por Milner (1996; 2002; 2012[1978]; 2021[1995]). Em relação à HL, anco-me nas proposições de Koerner (2014), Swiggers (2010; 2013), Altman (2019[2012]) e Batista (2013; 2019). Nas páginas iniciais deste trabalho, serão apresentadas as considerações teórico-metodológicas que o norteia (*cf.* Capítulos 1 e 2), sob o título de “Uma metodologia”. Em seguida, o leitor depara-se com a Parte I, intitulada “O Romantismo: uma *forma mentis*”. Aqui, é feita uma apresentação do Romantismo alemão, de seu contexto de emergência, de sua apologia ao passado germânico e de sua posição ontológica (*cf.* Cap. 3, § 3.1 e 3.2). Nessa parte, enfatiza-se aquilo que, na pesquisa em Historiografia,

convencionou-se chamar “dimensão social” (ou “externa”), mas não sem alguma articulação com a “dimensão cognitiva” (ou “interna”),⁶ na medida em que, cá, são esboçados os vínculos de Grimm com o movimento romântico. O objetivo dos capítulos que compõem essa parte é apresentar as condições para que um *olhar internalizado* fosse dirigido à língua para que, só então, os seus desdobramentos sejam considerados.

Nessa etapa do trabalho, recorro a historiadores da Arte, das Ideias e da Filosofia, como Berlin (1982; 2015[1999]), Beiser (2003) e a Gusdorf (1993[1982]; 1993[1983]; 1993[1984], 1993[1985]) — este último autor de uma obra monumental sobre as Ciências Humanas, com alguns tomos, igualmente monumentais, dedicados inteiramente ao Romantismo. Na Parte II, “O eco, a língua, a ciência”, discuto a presença do eco romântico em Grimm e a abertura que propicia (*cf.* Capítulos 4 e 5). Morpurgo Davies (1998), Auroux (1992; 1996; 2000; 2006; 2009; 2012) e Collinge (2001) são os historiadores e historiógrafos da Linguística que permitirão compreender as práticas comparatistas e as de Grimm, muito especificamente, em seus contextos de emergência e circulação. Foucault (2007[1966]), por sua vez, comparece na medida em que reconhece existir, na virada do século XVIII para o século XIX, uma transformação fundamental no pensamento europeu e na reflexão linguística, ainda que não a relacione ao movimento romântico. A obra de Grimm a que concederei ênfase é *Über den Ursprung der Sprache* [*Sobre a origem da linguagem*] (1851), cuja escolha é devida ao fato de esta ser uma obra mais tardia do autor em comparação com as duas primeiras edições de sua *Deutsch Grammatik* [*Gramática Germânica*] (1819; 1822). As três décadas de diferença entre os seus primeiros estudos e *Über den Ursprung der Sprache* permitem avaliar o avanço de sua reflexão sobre a língua, o que contribui para uma compreensão mais ampliada de seus vínculos com Romantismo alemão. Ocasionalmente, abordarei *Geschichte der deutschen Sprache*, em que se encontra um capítulo dedicado às mutações fônicas sistemáticas (retroativamente nomeada “lei de Grimm”) estabelecidas em sua *Deutsch Grammatik*, de 1822.

A figura de Milner (1996; 2002; 2012[1978]; 2021[1995]) e a sua reflexão epistemológica são evocadas na medida em que o autor, conforme o descreve Agamben (2015, p. 53), é “um eminente linguista que é também um pensador extremamente original”. Koyré (1966; 1991; 2011) também comparece por Milner (1996; 2002; 2012[1978]; 2021[1995]) desenvolver a sua reflexão epistemológica a partir das

⁶ Abstenho-me de precisar esses conceitos por ora, visto que o aparato teórico-metodológico da Historiografia Linguística será explorado na seção “Uma metodologia”, previamente mencionada.

proposições do historiador franco-russo, as quais descreve como “uma epistemologia padrão”. O objetivo de Milner (2021[1995]), muito especificamente na obra *Introduction à une science du langage* (1989),⁷ é o exame da hipótese de que a Linguística é uma *ciência*, termo que, diz o autor, “não se reveste de nenhuma evidência” (Milner, 2021[1995], p. 15). Para tal exame, o autor submete a Linguística aos mesmos conceitos e parâmetros a que são submetidos as Ciências da Natureza. Milner (2021[1995]) detém-se muito especificamente no programa gerativista do linguista americano Noam Chomsky (1928–), não sem realizar menções a Ferdinand de Saussure (1857–1913), à Linguística estrutural e à Gramática Comparada. O programa comparatista, por sua vez, não é apresentado nem explorado por Milner (2021[1995]), que bem adverte não o pretender fazer,⁸ embora o caracterize, reiteradamente, como assentado nos princípios da Ciência Moderna.

É digno de nota o fato de Milner (2021[1995]) falar do comparatismo francês, e não do alemão, afirmando existir uma mudança de Universo diante das reflexões de um e de outro. A esse respeito, afirma o autor ao constatar que a Gramática Comparada anuncia os princípios de uma ciência galileana:

Na realidade, isso é apenas verdade para a Escola de Paris. As concepções das escolas alemãs são diferentes. Basta colocar em paralelo os trabalhos de Meillet e dos comparatistas alemães contemporâneos para nos darmos conta de que mudamos de universo: o grau de consciência epistemológica e a sofisticação intelectual de Meillet são infinitamente superiores àquilo que representam em seus colegas de formação alemã (Milner, 2021[1995], p. 114).

No entanto, é igualmente relevante o fato de o referido autor afirmar que nem Saussure nem Meillet — as grandes figuras do comparatismo francês — modificam substancialmente o programa da Gramática Comparada, o qual é fundado pelos alemães. Ainda que eu me baseie integralmente na caracterização de Milner (2021[1995]) a respeito da configuração discursiva inerente à Ciência Moderna, sustento uma posição distinta no tocante à Gramática Comparada alemã, sobretudo a partir da função da *literalização* na configuração da ciência galileana, que, conforme

⁷ Obra originalmente publicada em 1989 na França e, posteriormente, em uma versão abreviada em 1995. É a tradução dessa versão abreviada, publicada no Brasil em 2021, que serve de base para as discussões empreendidas neste trabalho.

⁸ Diz Milner (2021[1995], p. 107) em um dado momento: “Sem dúvida, não poderíamos expor detalhadamente os princípios de um programa de pesquisa tão refinado e complexo como foi e ainda é a Gramática Comparada”.

discutirei, está presente em Grimm. Questionamentos quanto à “consciência epistemológica” de Grimm podem ser levantados, entretanto, sigo o próprio Milner (2021[1995], p. 29, grifos meus) quando afirma que “os conceitos e as proposições matemáticas que regem a *literalidade* de uma determinada ciência são sempre, em rigor, explicitáveis; é possível que, por razões contingentes, de fato não estejam explicitamente presentes na mente de todos os praticantes de uma determinada ciência. Isso tampouco altera o essencial”. Ou seja: é possível haver um tratamento literal sem que os conceitos e proposições que o sustentam estejam explicitamente formulados e mesmo atuando conscientemente na mente de seus praticantes, afinal, um tratamento literal estabelece-se desde que se formulem a *regra* e as *restrições* do manejo da *letra*. Efetivamente, defendo a existência de um tratamento literalizado da língua na obra de Grimm, a despeito de, conforme proponho, a possibilidade de tal trato advir de um contexto teórico cujos pressupostos, a princípio, afastá-lo-ia dos princípios que autorizam a matematização do objeto. Paradoxalmente, é a partir da obra de Grimm, em que ressoam os ecos de seu contexto de emergência, e precisamente de seus desdobramentos (e não necessariamente *em* Grimm) que se erigem os princípios que sustentam a Gramática Comparada no lugar de uma ciência galileana. Esses princípios são discutidos na Parte II deste trabalho (*cf.* Capítulo 5).

A posição que assumo remete-me minimamente àquilo que sustenta Koyré (2011[1954], p. 264) quanto ao fato de as grandes revoluções ocorridas na ciência se dão sempre sob a determinação de mudanças ou subversões de concepções filosóficas. Admitindo-se, de fato, que exista uma tal distância e um tal antagonismo entre o pensamento francês e o alemão, não deixa de despertar a atenção que a migração da pesquisa comparatista alemã para a França tenha sido possível quase que inalteradamente e, ainda, que, em território francês, tenha recebido, na sua quase inalterabilidade, um tratamento matematizado e científico. Parece-me ser entre os românticos alemães que ocorre uma transformação fulcral no pensamento linguístico e, muito especificamente, parece-me ser devido à “subestrutura filosófica” — para usar um termo de Koyré (2011[1954]) — proveniente do Romantismo alemão e que perpassa a reflexão linguística dos primeiros comparatistas que tenham sido criadas as *condições* de um tratamento moderno para a língua. Como bem nota Koyré (2011[1954], p. 264) em referência muito explícita à Física, “o pensamento científico [...] está sempre dentro de um quadro de ideias, de princípios fundamentais, de evidências axiomáticas que, em geral, foram considerados como pertencentes

exclusivamente à Filosofia”. A ciência pode até “rejeitá-los *post factum*. Mas apenas para substituí-los por outros. Ou, ainda, para deixá-los escoar no esquecimento, na inconsciência das coisas nas quais não se pensa mais [...]” (Koyré, 2011[1954], p. 263-264). Resgatemo-los, pois, do esquecimento.

Articulando a reflexão historiográfica à epistemológica nos termos então estabelecidos, busco compreender o intrincado entre o ímpeto romântico, hostil ao mecanicismo racionalista, e o encaminhamento da Gramática Comparada junto às ciências ditas galileanas. As considerações finais objetivam propor as vias pelas quais se dá uma articulação teórica e epistemológica entre a língua afetada pelo Romantismo alemão — entendido em seu alcance e em seus limites — com aquilo que, no seu objeto, torna possível a inscrição da Gramática Comparada no lugar de uma ciência galileana.

PRÓLOGO
UMA METODOLOGIA

É bastante normal que, para quem, a partir do presente, e até mesmo do futuro, para onde se dirige o seu trabalho, lança um olhar na direção do passado — um passado há muito *ultrapassado* —, as teorias antigas apareçam como monstros incompreensíveis, ridículas e disformes. De fato, remontando a corrente do tempo, ele as reencontra no momento de sua morte, velhas, ressequidas, esclerosadas [...]. Só o historiador é que a encontra em sua primeira e gloriosa juventude, em todo o esplendor de sua beleza. Só o historiador é que, refazendo e recorrendo à evolução da ciência, apreende as teorias do passado em seu nascimento e vive, com elas, o *élan* criador do *pensamento*.
—Koyré (2011[1954], p. 266, grifos do original).

1 PERSPECTIVAS DA HISTÓRIA DA LINGUÍSTICA

Batista (2013) afirma que são características do mundo contemporâneo a necessidade, a busca e a valorização do resgate da memória e de seu registro. Como diz o autor, “olhar para a História é atitude presente” (Batista, 2013, p. 13). Em “O que é o contemporâneo?”, Agamben (2009[2006], p. 58) propõe, de início, uma primeira resposta para a questão que intitula o seu tratado: “Pertence verdadeiramente ao seu tempo, é verdadeiramente contemporâneo, aquele que não coincide perfeitamente com este, nem está adequado às suas pretensões e é, portanto, nesse sentido, inatural”. Coisa paradoxal, mas, para o filósofo, é precisamente esse seu caráter que faz do contemporâneo um conhecedor de sua contemporaneidade, pois é “exatamente por isso, exatamente através desse deslocamento e desse anacronismo, [que] ele é capaz, mais do que os outros, de perceber e apreender o seu tempo”, diz o autor (Agamben, 2009[2006], p. 58-59), prosseguindo: “A contemporaneidade, portanto, é uma singular relação com o próprio tempo, que adere a este e, ao mesmo tempo, dele toma distâncias; mais precisamente, essa é a relação com o tempo que a este adere através de uma dissociação e um anacronismo”. Disso decorre que a contemporaneidade “comporta um certo ‘*agio*’, uma certa dissociação, em que a sua atualidade inclui dentro de si uma pequena parte do seu fora, um matiz de *démodé*” (Agamben, 2009[2006], p. 68).

Voltando às reflexões de Batista (2013), o linguista faz atestar o seu argumento ao referir-se às comemorações recentes que rememoram personalidades de há mais de um século, bem como ao aumento do número de obras que propõem resgatar fatos do passado para colocá-los em discussão e aos “cursos que colocam em pauta o estudo dos momentos fundadores de reflexões que nos são contemporâneas”. Diante disso, o autor conclui: “O presente é, por assim dizer, o momento da História” (Batista, 2013, p. 13). Já notava Agamben (2009[2006], p. 69) que o contemporâneo é aquele que

percebe, no presente, índices e assinaturas do arcaico, este último entendido como próximo da *origem*. Mas uma origem que não se situa apenas no pretérito cronológico, afinal, “ela é contemporânea ao devir histórico e não cessa de operar neste, como o embrião continua a agir nos tecidos do organismo maduro e a criança na vida psíquica do adulto”. Dessa forma,

[O contemporâneo] é também aquele que, dividindo e interpolando o tempo, está à altura de transformá-lo e de colocá-lo em relação com os outros tempos, de nele ler de modo inédito a história, de “citá-la” segundo uma necessidade que não provém de maneira nenhuma do seu arbítrio, mas de uma exigência à qual ele não pode responder (Agamben, 2009[2006], p. 72).

É precisamente a cesura que o presente instaura entre um “não mais” e um “ainda não” que permite a sua relação peculiar com esses “outros tempos”, em especial com o passado. Na possibilidade de “citá-lo”, reside a sua reatualização, de modo que a contemporaneidade é capaz de “colocar em relação aquilo que inexoravelmente dividiu, rechamar, re-evocar e revitalizar aquilo que tinha até mesmo declarado morto”, diz Agamben (2009[2006], p. 69). Se assim o é, essa relação com o passado, como faz notar o filósofo, não constitui, portanto, um sentimento puramente nostálgico, mas, antes, uma busca por apreendermo-nos no tempo “que nos foi dado viver”. Como diz o autor: “É como se aquela invisível luz,⁹ que é o escuro do presente, projetasse a sua sombra sobre o passado, e este, tocado por esse fecho de sombra, adquirisse a capacidade de responder às trevas do agora” (Agamben, 2009[2006], p. 72). E, na medida em que não dispomos de nenhum outro meio de viver o agora e de torná-lo atual senão através de sua realização com a inserção do discurso no mundo, como faz notar Benveniste (1989[1970], p. 85), esse olhar histórico que se faz presente não exclui de seus horizontes a *linguagem* que o torna possível. Consequentemente, a linguagem também se torna um objeto de uma reflexão histórica que busca apreendê-la *hoje*.

A prática de narrar a História da Linguística não é necessariamente nova. Datam do século XIX as primeiras obras que se propõem a realizar a história dessa disciplina,

⁹ Nessa passagem, Agamben (2009[2006]) refere-se às galáxias remotas do Universo em expansão que se afastam de nós a uma velocidade tão elevada que a luz que emitem em nossa direção não nos alcança por conta da velocidade com que se dá o seu distanciamento. Eis o escuro que observamos no céu, essa luz que viaja até nós com uma velocidade que, apesar de surpreendente, não nos alcança devido à velocidade superior do movimento de afastamento das galáxias. Para o autor, faz parte do contemporâneo a percepção dessa luz que busca nos alcançar, mas que falha em obter êxito, portanto, a percepção do escuro que provém de seu tempo.

embora ensaios que pretendessem realizar a história dos conhecimentos linguísticos fossem bastante anteriores a essa data (Auroux, 2001[1992]; Koerner, 2014[1994]). Afinal, o homem sempre demandou respostas e buscou fornecer explicações para a linguagem, sejam elas de cunho mítico ou pretensamente “científico”. O aumento do número de obras dedicadas à empreitada de narrar a História da Linguística a partir do Oitocentos é notado por Auroux (2001[1992], p. 11) como um sinal do efeito do desenvolvimento institucional da investigação concernente a esse tópico. Nesse espectro, o autor identifica três narrativas frequentes: (I) aquelas cujo objetivo é a constituição de uma base documental para a pesquisa empírica; (II) aquelas cujo caráter é de homogeneidade com a prática cognitiva da qual são derivadas; e, por fim, (III) aquelas que têm um caráter fundador, isto é, voltam-se para o passado com o objetivo de legitimar uma prática cognitiva contemporânea.

Koerner (2014[1994]) também identifica o século XIX como o princípio da História da Linguística como “prática científica séria”, não sem deixar de reconhecer a anterioridade do ato de narrar a história do conhecimento linguístico, como faz Auroux (2001[1992]). No entanto, o autor ressalta que, em geral, essas obras foram empreendidas com o intuito de mostrar os avanços de um ramo muito específico de investigação linguística, ou de uma ideia, ou de um programa (Koerner, 2014[1994], p. 10). Assim como o historiador francês, Koerner (2014[1994]) distingue três tipos de abordagens da História da Linguística, vinculados a razões e épocas muito específicas. O primeiro deles são as *histórias de compilação*, que visam a anunciar que uma meta foi alcançada. Koerner (2014[1994], p. 12) observa que essas são histórias escritas por membros de uma geração que julga ter sido suficientemente delineado o seu quadro teórico de investigação, de modo que qualquer indivíduo poderia realizar a sua pesquisa no ambiente estabelecido sem a necessidade de quaisquer revisões metodológicas. Para Koerner (2014[1994]), os autores dessas obras são representantes dos ideais, das convicções e dos compromissos de toda uma geração e acabam por realizar uma abordagem “unilinear” da evolução do conhecimento linguístico. Obras modelares desse tipo de abordagem são a *Geschichte der Sprachwissenschaft und orientalischen Philologie [História da Linguística e da Filologia Oriental]* (1869), do alemão Theodor Benfey (1809–1881), e *Geschichte der germanischen Philologie [História da Filologia Germânica]* (1870), do conterrâneo Rudolf von Raumer (1815–1876).

O segundo tipo de narrativa, isto é, as *histórias propagandísticas*, atua como o porta-voz de uma tomada de posição contrária a teorias apreciadas em épocas passadas

ou ainda em vigor. Os autores dessa abordagem advogam que as suas conquistas e as teorias às quais se vinculam representam uma ultrapassagem significativa em relação aos êxitos e teorias anteriores. O *Prinzipien der Sprachgeschichte* [*Princípios da História da Língua*] (1880), de Hermann Paul (1846–1921), é considerado um exemplo clássico dessa abordagem. Nessa perspectiva, ocorre a reivindicação contundente de descontinuidade, vindo a “nova” teoria a constituir-se em uma virada sem precedentes no âmago na disciplina. *Language* (1933), do estruturalista americano Leonard Bloomfield (1887–1949), e *Foundations of language* (1939), do compatriota Louis Gray (1875–1955), apresentam capítulos dedicados à História da Linguística cujo objetivo é demonstrar que os métodos da Linguística estrutural são mais adequados que aqueles que os antecedem, os quais mereceriam pouca a atenção (Koerner, 2014[1994], p. 14).

O terceiro tipo, a que chamarei *história gerais*, são menos partidários que os anteriores e apresentam uma tentativa de descrever a história do conhecimento linguístico de maneira mais ampla sem a reivindicação de revoluções no interior da disciplina. Koerner (2014[1994]) observa ser *Sprachwissenschaft: der Gang ihrer Entwicklung von der Antike bis zur Gegenwart* [*Linguística: o percurso de sua evolução desde a Antiguidade até aos nossos dias*] (1955), do alemão Hans Arens (1911–2003), um modelo exemplar dessa abordagem, na medida em que visa “delinear o desenvolvimento do pensamento linguístico ocidental, desde o início das discussões entre os gregos acerca da natureza da linguagem, até ao trabalho linguístico contemporâneo” (Koerner, 2014[1994], p. 16). Embora considere esse tipo de abordagem menos propagandista, Koerner (2014[1994]) observa que o seu intuito certamente não é apenas mostrar que,

a nossa disciplina não só percorreu um longo caminho para consolidar os conhecimentos agora apreciados e os métodos desenvolvidos, mas também que todos nós nos baseamos, conscientemente ou não, nos resultados das gerações anteriores de linguistas, e que devemos muito mais a estes estudiosos do que ao todo talvez nos possamos aperceber (Koerner, 2014[1994], p. 16).

Enquanto atividade efetivamente institucionalizada, foi nos anos de 1970 que se assistiu à emergência de duas perspectivas notáveis gestadas por dois eminentes linguistas e pensadores: o alemão Ernst Konrad Koerner (1939–2022) e o francês Sylvain Auroux (1947–). A despeito de se situarem no mesmo contexto científico, o da ciência da linguagem, e intentarem, como aponta Leite (2019, p. 140), “analisar e

interpretar o conhecimento linguístico tecido no tempo e no espaço”, os autores previamente citados não se vinculam aos mesmos campos investigativos, pois concebem os seus objetos e métodos de formas distintas, para além de não partirem de um mesmo fundamento epistemológico. Koerner é associado à Historiografia Linguística — ou Historiografia da Linguística, termo que o próprio autor intercambia com o primeiro, que “se tornou mais amplamente empregue” (Koerner, 2014[1995], p. 45) —, enquanto Auroux vincula-se à História das Ideias Linguísticas (HIL).

Essa questão terminológica, longe de ser banal, aponta para afastamentos epistemológicos e metodológicos dos autores e de suas disciplinas. Quanto a isto, a apreciação de Leite (2019) é pertinente:

Pontos de vista divergentes, tanto referentes à concepção e direção teórico-metodológica, quanto à definição do objeto de investigação e seus objetivos podem ter sido motivos para a produção de trabalhos epistemológica e metodologicamente diferentes, embora dentro de um domínio comum. Disso resultaram, segundo entendemos, denominações diferentes para a disciplina cujo escopo é a recuperação analítica da história das ciências da linguagem, sob metodologia adequada ao caráter do trabalho [...] (Leite, 2019, p. 144).

Ainda que, como bem o demonstra Leite (2019), pontos de contato possam ser estabelecidos, as particularidades de ambas merecem ser destacadas. Leite (2019, p. 145), a parir de Colombat, Fournier e Puech (2017), destaca que a tomada de posição da História das Ideias Linguísticas pretende-se menos comprometida com uma determinada concepção de ciência, donde advém a escolha do termo *ideias* para o campo, ao qual “subsumem-se todos os tipos de objetos que ultrapassam largamente aquele de ‘teoria’” (Colombat; Fournier; Puech, 2017, p. 16). Para os autores, a expressão “teoria” pode incorrer no equívoco de ser compreendida no contexto de uma concepção de ciência muito restrita, precisamente a que se desenvolveu no Ocidente a partir do século XVIII.

De fato, Auroux (2001[1992], p. 13) assim se posiciona no tocante à definição de seu objeto de pesquisa: “Seja a linguagem humana, tal como ela se realizou na diversidade das línguas; saberes se constituíram a seu respeito; este é o nosso objeto”. Tal posicionamento advém do fato de que, para o autor, compete ao historiador não partir de uma perspectiva que convoque a noção de *ciência*, que possui um peso valorativo.

[...] não faz parte de nosso papel dizer se isto é mais ciência do que aquilo, mesmo se nos acontecer de sustentar que isto ou aquilo é concebido como uma ciência, por esta ou aquela razão, segundo este ou aquele critério [...]. Que todo saber seja um produto histórico significa que ele resulta a cada instante de uma interação das tradições e do contexto. Não há nenhuma razão para que saberes situados diferentemente no espaço-tempo sejam organizados do mesmo modo, selecionem os mesmos fenômenos ou os mesmos traços dos fenômenos, assim como línguas diferentes, inseridas em práticas sociais diferentes, não são os mesmos fenômenos. É o reconhecimento deste fato que constitui nossa posição resolutamente historicista, ao mesmo tempo que fornece o interesse heurístico de todo trabalho histórico (Auroux, 2001[1992], p. 14).

Como define Auroux (2001[1992], p. 12, grifos do original), “ser historiador é se colocar a questão global da mudança (porque, como, quando) e da essência dos objetos submetidos à mobilidade *em si e para si*”.

A Historiografia Linguística, por sua vez, apresenta uma “inclinação à teoria” e concebe o seu objeto como “as teorias da linguagem (bem como as teorias da Linguística), a sua aplicação e a sua evolução através do tempo” (Koerner, 2014[1995], p. 46). Altman (2021), a partir de Simone (1975), é bem mais incisiva ao dizer que a Historiografia é uma área pertencente à Teoria Linguística que toma por objeto. Em suas palavras, “a HL não deve ser um simples apêndice da Linguística enquanto atividade científica, mas sim, parte dela” (Altman, 2021, p. 18). No tocante ao emprego de *historiografia*, Koerner (2014[1978], p. 12) justifica-o a partir da distinção de Friedrich Nietzsche (1844–1900) quanto aos três tipos de tratamento conferido ao estudo da História, adotando do filósofo alemão precisamente o terceiro tipo, a abordagem crítica (“*kritisch*”). Para o autor, a Historiografia, “ao proporcionar a experiência do desenvolvimento da própria disciplina em que se inscrevem os linguistas, promove a habilidade no julgamento de teorias novas ou opostas”, o que contribui para proteger os linguistas “contra a aceitação de forma acrítica de reivindicações excessivas a favor de uma determinada Teoria Linguística” (Koerner, 2014[1978], p. 13).

Tal acepção e compreensão parecem estar atreladas à assunção da distinção, realizada por Benedetto Croce (1866–1952), entre *crônica* e *história*. Afirma Koerner (2014[1995], p. 46): “A primeira consiste em registrar meramente os acontecimentos do passado, sem oferecer qualquer tentativa de distinguir entre um acontecimento significativo e outro insignificante”. O autor igualmente distingue História e Historiografia, compreendendo que o resultado da Historiografia Linguística é a História, a qual define como “o discurso sobre o passado tal como foi produzido pelo

historiador” (Koerner, 2014[1995], p. 45). Na sequência, em nota de rodapé, Koerner (2014[1995], p. 45) propõe outra maneira de compreender aquilo de que fala, afirmando que “quando estiver a falar do estabelecimento dos fundamentos de como empreender a tarefa de escrever a História [...] e de qualquer narrativa que resulte desta atividade, quando bem-sucedida, uso o termo ‘Historiografia’. Essa última definição coaduna-se com aquela proposta por Batista (2013, p. 47), segundo a qual a Historiografia constitui a realização de um recorte nos eventos da História com o intuito de alcançar um “ideal explicativo”, de modo que a HL é então “a necessidade de análise, explicação e hierarquização de dados, fatos, teorias e métodos que constituem os estudos sobre a linguagem ao longo do tempo”. Ainda na esteira de sua distinção entre a História e a Historiografia, Batista (2013, p. 14) refere-se a esta como “escrita interpretativa de uma narrativa sobre episódios e fatos da História”. Isso faz da Historiografia não uma “lista” de datas de trabalhos anteriores. Antes, a HL realiza uma epistemologia interna à reflexão teórica ao submetê-la à crítica retroativa da formulação de seus conceitos, do emprego de seus métodos e de seus princípios norteadores, determinando-lhes, assim, o valor epistêmico (Altman, 2021, p. 18).

Um último ponto que merece destaque, ainda que não receba uma problematização neste trabalho, diz respeito ao modelo epistemológico que sustenta a Historiografia e a História das Ideias Linguísticas. Como bem o demonstra Leite (2019, p. 151), Koerner beneficia-se da epistemologia formulada pelo historiador e filósofo da ciência americano Thomas Kuhn (1922–1996) em seu *Structure of Scientific Revolution* (1962), sobretudo de sua noção de *paradigma*, segundo a qual substituição de um paradigma por uma ciência resulta em uma revolução e na invalidação do paradigma anterior. É precisamente nesse ponto que Leite (2019, p. 152) observa o cerne do distanciamento entre a HL e a HIL, na medida em que a aceitação da tese da continuidade e da acumulação é realizada por esta, enquanto a HL, no entendimento da autora, parece não aceitar essas noções ou, mais especificamente, a de acumulação. A autora bem destaca que, embora admita em muitas ocasiões que o progresso científico na Linguística se realize, também, por via da continuidade, “é, porém, evidente em seus escritos que é sobre a descontinuidade, e não sobre a continuidade, que [se] construiu o modelo da HL” (Leite, 2019, p. 151).

De fato, em uma definição que fornece para a HL, Koerner (2014[1995]) descreve-a como,

[...] campo de investigação cujos preconceitos deveriam consistir apenas em favorecer o restabelecimento dos fatos mais importantes do nosso passado linguístico *sine ira et studio* ao explicar, tanto quanto possível, *as razões das mudanças de orientação e de ênfase e da possível descontinuidade que pode ser observada* (Koerner, 2014[1995], p. 47, grifos meus).

Apesar disso, o autor afirma mais adiante, no mesmo ensaio, que

[...] *seja de se esperar que um historiador encontre mais exemplos de evolução e continuidade do que de revolução e descontinuidade de ideias através dos séculos*, pontuados por mudanças de ênfase, incluindo movimentos pendulares, às vezes causados pelo afluxo de fatores extralinguísticos, tais como avanços na tecnologia, mas também acontecimentos sociopolíticos (Koerner, 2014[1994], p. 60, grifos meus).

E, ainda na mesma exposição,

[...] é de se esperar que muitas ideias nos tenham sido transmitidas pelos nossos antepassados e, *se existe mudança e inovação de fato, normalmente assume a forma da variação de temas, da seleção dentro do conhecimento acumulado, e de desvios do clima intelectual que tendem a induzir maneiras diferentes de encarar as coisas*. Compete ao historiógrafo detectar, analisar, e explicar estas mudanças, não ser iludido por reivindicações de novidade, originalidade e criatividade, habitualmente feitas pela geração a seguir (Koerner, 2014[1995], p. 61, grifos meus).

Dado o objeto de pesquisa desta dissertação — *i.e.*, a apreensão do programa de investigação da Gramática Comparada em seu nascimento e a influência exercida pela atmosfera intelectual do início do Oitocentos sobre o encaminhamento da investigação comparatista a um modelo de cientificidade preciso, o *moderno* —, opto pela proposta teórico-metodológica da Historiografia Linguística para, através de sua articulação com a epistemologia apresentada por Milner (1996; 2002; 2012[1978]; 2021[1995]), reviver o *élan* criador do pensamento a que refere Koyré (2011[1954]), em epígrafe, e avaliar o alcance de seus desdobramentos. Afinal, como bem o anuncia Koerner (2014[1987], p. 95), o início do século XIX representa mais uma ruptura que uma continuidade com as doutrinas do século XVIII, e os próprios românticos percebiam a si como promotores de uma contraproposta quanto às teses iluministas, o que não os impede de produzir um saber que permitirá a aproximação da língua ao objeto de uma ciência galileana. Na sequência, apresento os princípios práticos e teóricos da pesquisa em HL, que

contribuirão para a apreensão da reflexão linguística do início do século XIX subjacente à Gramática Comparada, e muito especificamente na obra de Grimm.

2 PRINCÍPIOS PRÁTICOS E TEÓRICOS DA HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA

Swiggers (2019, p. 47, grifos do original) define a HL como “a atividade, *cientificamente fundamentada*, de *escrever a história do estudo sobre a linguagem*”, esmiuçando cada um dos termos em destaque: por “cientificamente fundamentada”, o autor compreende as restrições e condições prévias impostas ao historiógrafo, desde as formas de acesso às fontes (primárias e secundárias) às competências exigidas para o trato com o tema sob investigação; por “escrever”, Swiggers (2019) refere à apresentação de um relato histórico, que será o objetivo final da pesquisa em Historiografia; por “história”, o linguista compreende o eixo temporal dos eventos pretéritos, que inclui agentes, receptores, mediadores, contextos, entre outros, cuja característica é a produção de conhecimento sobre a linguagem; e, por fim, “estudo sobre a linguagem” é entendido em sua acepção ampla, não se referindo propriamente a uma disciplina, mas aos saberes produzidos sobre a linguagem e as línguas e as suas propriedades estruturais, socioculturais e históricas (Swiggers, 2019, p. 47-48).

A Historiografia Linguística caracteriza-se como um campo de investigação interdisciplinar que tem como objeto de investigação o *texto* devidamente situado em seu contexto social e cultural de produção, circulação, difusão e recepção (Altman, 2019[2012]). A natureza interdisciplinar do campo impõe ao historiógrafo a necessidade de uma dupla *expertise*, isto é, ser dotado de conhecimento especializado sobre os domínios das artes e das ciências e de bons conhecimentos sobre a História Intelectual inseridos no âmbito da História Geral (Malkiel, 1969; 1982, citado por Koerner, 2014[1995], p. 47), além da exigência de que o historiógrafo possua formação em Linguística. No entanto, compete ao historiógrafo uma boa capacidade de síntese, “a faculdade de separar o essencial da massa dos fatos empíricos coligidos a partir das fontes primárias” (Koerner, 2014[1995], p. 47), devido ao fato de a HL ser uma disciplina orientada para a *teoria* e não para os *dados*.

Swiggers (2019, p. 48) estabelece algumas possibilidades de estudo para o eixo dos eventos da história do conhecimento linguístico:

1. A *global*, no curso do tempo e do espaço, ou *parcial* e pontual;
2. A *retrospectiva*, que busca responder a como se originou uma configuração particular de conhecimento sobre a língua e a linguagem, ou a *prospectiva*, que

objetiva dar a conhecer os rumos que tomou determinado saber linguístico uma vez que foi formulado;

3. A que enfatiza os *eventos* ou os *fatores decisivos* ou coexistentes.

Dispensa comentários o fato de que uma história da Linguística adequada não se pode realizar pela simples narração das diferentes teorias linguísticas propostas sucessivamente, sem atenção ao ambiente no qual foram produzidas. Portanto, faz-se necessário considerar duas dimensões ou parâmetros de análise no trabalho historiográfico, quais sejam: a “dimensão social” ou “externa” e a “dimensão cognitiva” ou “interna” (Altman, 2019[2012]; Batista, 2013). O parâmetro externo diz respeito ao contexto em que se produziu determinada obra ou em que produziu determinado autor. Já o parâmetro interno trata do conteúdo de descrição e explicação para os fenômenos linguísticos. Em Historiografia, esses parâmetros são correlacionados, visto que a pesquisa historiográfica busca relacionar aspectos externos à obra aos seus aspectos internos, com ênfase sempre em um deles (Batista, 2013, p. 74-75). Nas palavras de Batista (2013, p. 75), “o que se procura são momentos em que se pode evidenciar o cruzamento desses parâmetros, quando, por exemplo, pode-se detectar em que momento algum fator externo motivou características internas das obras e dos trabalhos analisados”.

A conjugação dessas duas dimensões, cujo objetivo, no trabalho historiográfico, é a reconstituição histórica e epistemológica do objeto selecionado, implica três níveis a serem levados em consideração:

1. Um primeiro nível que se atenta à forma do discurso que é empregada pela teoria, escola ou autor sob investigação;
2. Um segundo nível voltado ao conteúdo do discurso veiculado;
3. Um terceiro nível que enfatiza as estratégias de convencimento de autores ou de uma comunidade científica quanto aos métodos, à teoria, aos dados e às explicações fornecidas.

O primeiro e o segundo níveis interessariam ao parâmetro interno, visto que este se atenta à reconstrução dos estudos linguísticos e a formulação de conceitos teóricos e modelos de análise. Já o terceiro nível interessa ao enfoque externo, pois, para este, o aspecto social constitutivo de uma ciência se revela através de práticas discursivas que

deixam transparecer posicionamentos ideológicos, sociais e históricos, como, por exemplo, a adoção de uma retórica de ruptura ou a defesa da adesão a um paradigma (Batista, 2013, p. 56-57).

Para dar conta do ambiente intelectual no qual se produzem as diferentes reflexões sobre a linguagem, Koerner (2014[1995]) ancora-se no conceito de *clima de opinião*, que se presta ao estabelecimento da “atmosfera intelectual” de um determinado período no qual as ideias linguísticas foram concebidas, recebidas e/ou rejeitadas. O autor exemplifica esse conceito a partir da observação de Becker (1932; 1971), de quem, efetivamente, toma-o e para quem a aceitação de certas explicações devem-se menos à sua formulação lógica que ao clima de opinião que lhes dão suporte. Conforme afirma o autor, o que torna os argumentos de Dante Alighieri (1265–1321) ou de Tomás de Aquino (1225–1274) sem sentido para nós não é uma lógica ruim ou ausência de capacidade de compreensão, mas “o clima de opinião medieval — em sentido *lato*, as concepções prévias instintivamente conservadas, aquela *Weltanschauung* ou mundividência — que impôs sobre Dante e São Tomás um uso peculiar da inteligência e um tipo especial de lógica”, diz Becker (1971, citado por Koerner, 2014[1995], p. 50).¹⁰ Assim, é necessário ao historiógrafo familiarização com “a atmosfera intelectual geral, os fatores extralinguísticos, a situação socioeconômica etc.”, os quais

[...] juntos, podem ter tido, de uma forma ou de outra, um impacto sobre as ideias acerca da linguagem e sobre as teorias linguísticas e métodos de análise que são característicos de um determinado período no desenvolvimento da ciência Linguística (Koerner, 2014[1978], p. 12).

O estabelecimento do clima de opinião é a primeira das três etapas às quais Koerner (2014[1995], p. 58) se refere para a pesquisa em HL, constituindo o objetivo do princípio da *contextualização*. É por meio desse princípio que um autor e a sua obra são situados em um contexto intelectual mais amplo (Batista, 2013), afinal, a Historiografia Linguística concebe que as ideias linguísticas não se desenvolvem em dissonância com o ambiente intelectual dos períodos nos quais emergem. “Na verdade, o que Goethe chamou de *Geist der Zeiten* [espírito do tempo] sempre deixou as suas marcas no pensamento linguístico”, diz Koerner (2014[1995], p. 58), que afirma ainda a necessidade de levar-se em consideração os contextos socioeconômico e político para

¹⁰ No original: “[...] *but the medieval climate of opinion — those instinctively held preconceptions in the broad sense, that Weltanschauung or world pattern — which imposed upon Dante and St. Thomas a peculiar use of the intelligence and a special type of logic*”.

explicar o êxito ou o fracasso de propostas importantes no âmbito da Linguística e até mesmo nos avanços empreendidos por um autor (Koerner, 2014[1995], p. 58; Koerner, 2014[2004], p. 176). Diz o autor:

Sem esse conhecimento extralinguístico do “contexto da situação” seria difícil compreender as mudanças de ênfase na Teoria Linguística ou “revoluções” dentro da disciplina [...]. Estes últimos [os fatores extralinguísticos], nada tendo a ver com a operacionalidade do ofício, a sua metodologia, os seus dados específicos, ou as suas conclusões *per se*, no entanto, podem ter, e em muitos casos têm tido, um impacto significativo na aceitação generalizada de uma estrutura ou Filosofia da Ciência específica, bem como sobre os focos de atenção da investigação, e isto muitas vezes com ramificações sociais de alguma importância (Koerner, 2014[2004], p. 178-179).

De acordo com Batista (2013, p. 76), é no princípio da contextualização que reside a vocação interdisciplinar da HL.

O segundo princípio a ser adotado pelo historiógrafo é o da *imanência*, o qual consiste no estabelecimento de uma compreensão global do texto sob exame, tanto do ponto de vista histórico quanto crítico (e filológico). Dessa forma, “o quadro geral da teoria a ser investigada, assim como a terminologia usada no texto, devem ser definidos internamente”, portanto, sem referência à doutrina linguística contemporânea (Koerner, 2014[1995], p. 59). Conforme observa Batista (2013, p. 76), é a obra em sua natureza própria e em suas configurações social e histórica que é o objeto de análise desse princípio, que pretende “analisar o pensamento linguístico tal como ele se define”. Somente após essas duas primeiras etapas pode o historiógrafo adotar a terceira, *i.e.*, o princípio da *adequação*, por meio do qual é possível “aventurar-se” na realização de aproximações modernas com o vocabulário técnico e o quadro teórico e conceitual sob investigação. No entanto, Koerner (2014[1995], p. 59) é incisivo quanto à necessidade de o historiógrafo deixar explícito que as aproximações e modernizações são uma introdução *sua*. Nessa etapa, residem os esforços interpretativos do investigador em HL para a construção de uma narrativa analítico-interpretativa que constitui o fazer historiográfico (Batista, 2013).

Koerner (2014[1995], p. 59) refere ainda ao problema da *influência*, termo cujo uso indiscriminado, na compreensão do autor, não permite uma clara distinção entre a noção de influência a que chamarei ampla, que compreende as “experiências compartilhadas, [a] educação e o *Zeitgeist* geral”, e a influência direta passível de ser documentada a partir de “referências explícitas, comparação de textos, agradecimentos

públicos, e assim por diante”. No primeiro caso, essa categoria de análise que recebe o título de *argumento da influência* referir-se-ia às ideias que fazem parte do arsenal intelectual de um determinado período, aos quais os autores não conseguiriam necessariamente escapar (Koerner, 2014[1987], p. 101), visto estarem inseridos no debate proporcionado pelo clima de opinião em geral. Ainda que admita essa possibilidade de uso, Koerner (2014[1987], p. 101) considera-a ampla e até insatisfatória. Batista (2013, p. 94), por sua vez, afasta-se de Koerner (2014[1987]) no tocante ao reconhecimento da influência exercida pelo papel do clima de opinião sobre o trabalho dos linguistas. Enquanto o linguista alemão considera que tal influência deve ser tratada com parcimônia, o brasileiro inclui nessa categoria o contato dos linguistas com a atmosfera intelectual na qual estes se inserem, não necessariamente prescindindo de um debate travado de forma explícita entre pares (Batista, 2013, p. 94). Nos dizeres do autor, cujo ponto de vista adoto neste trabalho,

[...] a questão do argumento de influência [coloca-se] como resultante de uma série de fatores, incluindo um contexto mais expandido, de caráter social, cultural, histórico [...]. Para isso, destaca-se o fato de que o panorama intelectual e científico de determinada época pode agir, de forma mais implícita, em posicionamentos científicos adotados, uma vez que a rede de influências que se cria é também resultante de relações mais abstratas, em meio a um contexto mais fluido de sua captação, porém não menos presente e atuante (Batista, 2013, p. 94-95).

Ainda que eu adote a posição de Batista (2013) em relação ao papel do clima de opinião na definição de influência, é digno de nota a proposta de Koerner (2014[1987]) quanto a três critérios a partir dos quais se pode falar em influência no âmbito da Historiografia Linguística, conforme privilegia o autor, isto é, “tendo em vista a formação de determinado autor e a rede de referências (visíveis, por exemplo, em citações textuais)”, nos dizeres de Batista (2013, p. 94).

O primeiro dos critérios propostos por Koerner (2014[1987], p. 101), o *background* do autor, refere-se aos antecedentes familiares, educacionais, profissionais e pessoais do pesquisador em consideração, os quais “podem ser importantes para estabelecer conexões que podem conduzir a provas (frequentemente inconscientes) de empréstimo, integração e assimilação de particulares ideias, conceitos ou teorias”. Nesse sentido, é possível buscar informações como as instituições educacionais frequentadas por determinado autor, os vínculos que manteve com outros autores em

seu percurso e os cargos que ocupou em sua carreira profissional. O segundo critério esboçado por Koerner (2014[1987], p. 101) é a *prova textual*, que consiste na presença de paralelos textuais e relações intertextuais, observáveis a partir de diferentes formas de citação (Batista, 2013, p. 93). Para esse ponto, o *background* do autor mostra-se útil, na medida em que permite o estabelecimento de relações direta de um autor com as suas supostas fontes de inspiração. Por fim, o critério do *reconhecimento público*, que consiste em uma referência direta de um autor às obras de outros, seja na sua forma escrita ou por meio exposições orais. No entanto, Koerner (2014[1987]) afirma que, antes de assumir tais menções como evidências de influências recebidas, é preciso estudar os autores e obras mencionados e demonstrar a influência deles sobre o autor cuja obra linguística está a ser investigada, por meio de comparações textuais, que integram o segundo critério acima referido.

Koerner (2014[2004], p. 179) chama ainda atenção para a seleção de fontes que contribuirão para a verificação dos dados relevantes. Conforme o autor, fontes que comumente integram o trabalho historiográfico incluem autobiografias, memórias, prefácios, correspondências pessoais entre acadêmicos, resenhas de obras acadêmicas, registros institucionais e narrativas orais, como entrevistas cedidas por partícipes de eventos. Hymes e Fought (1981, citados por Altman, 2019[2012], p. 29) propõem uma classificação de fontes, catalogando-as a partir do tipo de informação que elas podem fornecer aos historiógrafos. Para os autores, existem fontes que se prestariam mais a fornecer informações sobre teorias e métodos de investigação linguística; existem aquelas mais propícias a informar o modo como os linguistas lidaram com os dados e com os problemas; outras são mais úteis para informar sobre as influências e relações de afinidade entre linguistas e não linguistas através das “pistas” que forneceriam. Há ainda fontes que dão a conhecer as circunstâncias institucionais, profissionais e sociais que enformaram as investigações dos linguistas; e, por fim, há as fontes que fazem conhecer as crenças, os valores, as atitudes de pessoas, de grupos ou de gerações, cujos efeitos se fazem sentir sobre os rumos e orientações que foram dados à produção do conhecimento linguístico em um contexto determinado.

A catalogação de fontes e ideias, assim como a contextualização destas, corresponde à etapa *heurística* da pesquisa em HL, que permite a esta partir para a etapa *hermenêutica*, “historicamente fundamentada do conhecimento/*know how* linguístico”. Essa etapa realiza-se através de uma análise interpretativa, argumentativa e de uma síntese histórico-comparativa entre conceitos, autores e modelos e fundamentada em

categorias interpretativas gerais e específicas (Swiggers, 2010; 2013). A abordagem do *corpus* em HL realiza-se por meio de dois tipos básicos de análise: (I) aquele que Swiggers (2010) descreve como “discriminador” ou “discriminador-imanente”, o qual “focaliza a emergência de *insights* linguísticos específicos, sua formulação e difusão, sua possível transformação (adaptação ou ‘exaptação’), sua sobrevivência ou desaparecimento” em sua correlação com os seus contextos de emergência; e (II) o tipo tipologizante, que tem como ênfase os modelos ou modelizações do conhecimento linguístico (Swiggers, 2010, p. 6-7). O primeiro tipo de análise favorece a investigação das teorias e conceitos propostos por autores individuais, o surgimento e a propagação de termos e conceitos específicos e a recepção de doutrinas, *insights* e técnicas de investigação. Já o segundo tipo focaliza a elaboração, comumente lenta, de programas de pesquisa na História da Linguística. Apesar de terem enfoques distintos, os dois tipos de análise previamente citados não constituem efetivamente um antagonismo, podendo serem, ambos, utilizados em uma investigação de cunho historiográfico, pois,

Como investigação interdisciplinar, baseada em fundamentos metodológicos sólidos na História da Linguística, [a HL] contribui com *insights* fundamentais sobre as conquistas (assim como sobre as oportunidades perdidas), sobre os caminhos compensadores (assim como sobre os becos sem saída), sobre os princípios (e pseudoprincípios), as técnicas (e *bricolages*), os teoremas (e os pressupostos) que marcaram o curso evolucionário do interesse do homem pela metáfora básica que carrega o sentido (e o não-sentido) da vida, a linguagem (Swiggers, 2010, p. 8-9).

Os princípios esboçados, ainda que não apresentem necessariamente todo o aparato teórico e metodológico formulado para a investigação em Historiografia Linguística, fornecem, ao menos, as diretrizes para a pesquisa historiográfica e para a elaboração de uma História da Linguística menos enviesada e melhor fundamentada teoricamente. Diante disso, e para finalizar essa exposição, recordo as palavras de Koerner (2014[1995]) no tocante à sua teorização sobre a HL e ao estabelecimento de uma metodologia para a área:

[...] o meu objetivo é muito mais modesto: o estabelecimento de uma lista de princípios práticos e teóricos que sejam suficientemente amplos para encontrar larga aceitação entre os historiógrafos da Linguística, porque podem ser adaptados a períodos diferentes da História das Ciências da Linguagem e a aspectos particulares de investigação, sendo, no entanto, diretrizes que podem tornar a nossa interpretação do passado mais transparente para colegas que não

compartilhem necessariamente da mesma formação, perícia e interesse (Koerner, 2014[1995], p. 63).

Nas próximas páginas, o leitor deparar-se-á com duas partes. Na Parte I, “O Romantismo: uma *forma mentis*”, busco estabelecer o clima de opinião da Alemanha romântica do século XIX, com especial ênfase em dois aspectos desse movimento amplo e de difícil definição que foi o Romantismo alemão: o *ideológico* e o *epistemológico*. Os aspectos ideológicos do movimento romântico alemão são explorados no capítulo “O despertar germânico” (*cf.* Capítulo 3, § 3.1). Nele, trato da reação alemã à importação do Classicismo francês na Filosofia e na Arte, bem como do surgimento do nacionalismo romântico, que reconheceu a *língua* como importante fator de afirmação nacional em uma época em que a Alemanha buscava o resgate de seu prestígio entre as nações europeias e uma renovação cultural. Nesse momento, traço ainda um percurso da influência de Herder sobre o Romantismo alemão, assim como do papel dos Círculos Românticos de Jena e Heidelberg na constituição do espírito romântico, cujos partícipes, entre os quais os irmãos Grimm, iniciaram um movimento de resgate da cultura germânica e foram particularmente influentes nas universidades alemãs, onde introduziram o espírito científico do Romantismo.

Os aspectos epistemológicos do Romantismo alemão são tratados no capítulo “O Universo como um Organismo” (*cf.* Capítulo 3, § 3.2), cuja ênfase, como o título o anuncia, recai sobre o *organicismo* romântico, categoria fulcral do pensamento e do saber românticos (Gusdorf, 1993[1982]) e noção com a qual o Romantismo contrapôs-se à concepção de mundo mecanicista do Século das Luzes. A compreensão organicista do Universo é abordada desde a sua introdução, com Herder, passando pela definição de Immanuel Kant (1724–1804) até a proposta a Schelling, com quem o organicismo adquiriu uma dimensão metafísica e a partir do qual se tornou um modelo epistêmico aplicável aos domínios das Ciências da Natureza e das Ciências Humanas. Na sequência, que constitui a Parte II, “O eco, a língua, a ciência”, exploro de maneira detida o trabalho linguístico de Grimm e a influência exercida pelo Romantismo alemão sobre o autor a partir dos dois eixos convocados na Parte I (*cf.* Capítulo 5). A questão norteadora dessa etapa, que constitui a questão norteadora do trabalho, é: qual o papel do Romantismo alemão, considerado ideológica e epistemologicamente, sobre a produção de um conhecimento linguístico que abre a possibilidade de se conferir à língua um tratamento que faz a Gramática Comparada anunciar os princípios de uma

Ciência Moderna? A proposição de uma resposta para essa questão será empreendida através dos princípios práticos e teóricos acima apresentados em articulação à epistemologia exposta por Milner (1996; 2002; 2012[1978]; 2021[1995]), da qual trato na Parte II (*cf.* Capítulos 4 e 5).

PARTE I
O ROMANTISMO: UMA *FORMA MENTIS*

Dizer que alguém é um pensador romântico ou um herói romântico não é dizer qualquer coisa. Às vezes, equivale a dizer que aquilo que ele é ou faz precisa ser explicado em termos de um propósito, ou de um conjunto de propósitos (talvez internamente contraditórios), ou de uma visão, ou talvez de vislumbres ou sugestões, que podem apontar para algum estado ou atividade em princípio irrealizável — algo na vida, ou um movimento, ou uma obra de arte que faz parte de sua essência, mas é inexplicável, talvez ininteligível.
—Berlin (2015[1999], p. 14).

3 UMA TRANSFORMAÇÃO NO PENSAMENTO

Em muitos aspectos, transformação pode ser o termo definidor do Romantismo. Lovejoy (2005[1936], p. 285), por exemplo, descreve-o como “a profunda e importante, mas complexa e confusa, mudança nas concepções e valores”. Mudança essa que o autor caracteriza como a “substituição do uniformitarismo pelo que pode ser denominado diversitarismo como a concepção dominante na maior parte das províncias normativas do pensamento” (Lovejoy, 2005[1936], p. 291). Berlin (2015[1999], p. 14-15) prefere descrevê-lo não como uma transformação precisamente, mas como “a mais forte expressão e o mais forte sintoma” de uma radical mudança de valores que afetou o pensar, o sentir e o agir do homem ocidental na segunda metade do século XVIII — portanto, antes do que se convencionou chamar Romantismo. Nas palavras do autor, “essa mudança é expressa mais vividamente em boa parte do que parece ser mais caracteristicamente romântico nos românticos” (Berlin, 2015[1999], p. 14). Por fim, Elia (1978, p. 114), que refere o Romantismo como “o maior acontecimento espiritual do Ocidente nos tempos modernos”, atribui a sua descrição ao fato de, com o Romantismo, ter-se irrompido “uma nova tábua de valores que atingiu todos os domínios do pensamento humano, o artístico como o científico [...]”.

Consideram-se, comumente, as duas últimas décadas do século XVIII como o período em que o Romantismo alemão se consolidou efetivamente (Nunes, 1978). Foi em 1798, no segundo número da revista *Athenäum*, a primeira vez em que a palavra “romântico” (“*romantische*”) foi utilizada com a acepção que passou a designar o ideal estético do movimento artístico-filosófico em ascensão. O termo, empregado por Friedrich Schlegel, foi utilizado, a princípio, para proclamar a supremacia do que nomeou “*die romantische Poesie*” (Lovejoy, 1916, p. 385). Antes disso, o vocábulo fora utilizado pelos franceses e pelos britânicos no século XVII com um tom pejorativo, referindo-se a um gênero de relato ficcional “meio disparatado, absurdo,

cheio de lances heroicos e fantásticos, onde há muitas peripécias de amor e aventura”, incompatíveis com o ideal clássico então vigente (Rosenfeld; Guinsburg, 1978, p. 266). Aos poucos, o termo passou a referir-se não mais ao mundo ficcional, mas às paisagens selvagens e melancólicas da Inglaterra, que passaram a ser adjetivadas de românticas (Rosenfeld; Guinsburg, 1978, p. 266). A acepção de que se revestiu o termo “*romantic*” na língua inglesa possuiu influência fundamental sobre o movimento romântico, pois as paisagens britânicas referidas como românticas eram aquelas “que o homem não converteu à sua medida, uma paisagem solitária, selvagem, montanhosa” (Reynold, 1935, citado por Elia, 1978, p. 115).

Enquanto designação de uma escola de pensamento, a palavra “Romantismo” impôs-se muito especificamente aos partícipes do Círculo Romântico de Heidelberg, entre 1808 e 1810. O termo foi originalmente utilizado pelos defensores da *Aufklärung* aos “adversários” cujas vozes alcançavam públicos cada vez mais amplos e visava a difamar esses autores. Johann Heinrich Voß (1751–1826), poeta e tradutor alemão, por exemplo, pressentia naquilo a que chamou Romantismo um “conglomerado de valores retrógrados, o retorno do obscurantismo, a reincidência do abominável” (Gusdorf, 1993[1982], p. 85).¹¹ Apesar de sua acepção pejorativa, a expressão foi aceita de bom grado pelos românticos de Heidelberg, diferentemente da recepção que alcançou entre os componentes do primeiro Romantismo de Jena (Gusdorf, 1993[1982], p. 84-85).

As origens espirituais do Romantismo devem ser buscadas no mundo nórdico, precisamente na Inglaterra e na Alemanha. Nas ilhas britânicas, os românticos buscaram inspiração em Edward Young (1683–1765) e nos poemas épicos do lendário narrador Ossian, publicados em 1760 pelo escocês James Macpherson (1736–1796) (Aguilar e Silva, 1976, p. 466). Ainda assim, Berlin (2015[1999], p. 28) é incisivo ao dizer que não foi na Inglaterra que se deu a forma mais dramática do Romantismo, mas, sim, na Alemanha. Bornheim (1978, p. 77), ao tratar das diversas manifestações do Romantismo nas nações europeias, declara existir uma singularidade no Romantismo alemão, “o único que se estrutura como um movimento consciente, a partir de uma posição filosófica”, e isto não somente no tocante às suas origens, mas ao seu próprio desenvolvimento, que obedeceu “sempre, primeiramente, a novas exigências de ordem filosófica”. Em pleno acordo com os autores anteriores está Gusdorf (1993[1982]), que diz:

¹¹ No original: “*Conglomerat de valeurs rétrogrades, c’est le retour de l’obscurantisme, la récurrence de l’infâme*”.

A situação espiritual do Romantismo alemão não se encontra em nenhuma outra parte da Europa [...] Esse Romantismo não é um fenômeno momentâneo e passageiro, mas um reordenamento do espaço cultural, uma ordenação durável. Os escritores e artistas, romancistas, poetas e musicistas que surgiram na Alemanha após a era goetheana até os dias atuais foram marcados [...] pelos sinais dos tempos consagrados nessa época privilegiada em que determinadas coordenadas espirituais parecem ter sido fixadas de uma maneira quase definitiva (Gusdorf, 1993[1982], p. 77).¹²

É precisamente o estado espiritual da Alemanha que constitui, na compreensão de Bornheim (1978), o fato de o Romantismo que ali se desenvolve, e não o de nenhum outro lugar, exercer influência preponderante sobre todas as outras manifestações do Romantismo, pois, em sendo a cultura alemã basicamente romântica, o que se costuma chamar de Era romântica é somente a manifestação por excelência de “constantes que atravessam, com intensidade maior ou menor, todas as etapas dessa cultura” (Bornheim, 1978, p. 77). E isso pode explicar a longevidade de um movimento que, tendo marcado a totalidade da cultura alemã, desde a política à esfera artística e a dos saberes, caracteriza-se não como um estilo literário ou um modo de sentir, mas como um “olhar original sobre a ordem do pensamento e um comprometimento com a ação” (Gusdorf, 1993[1982], p. 91).

Nas páginas a seguir, exploro precisamente duas das transformações introduzidas pelo Romantismo no pensamento alemão. Em um primeiro momento, dedico-me ao despertar germânico para os valores nacionais (cf. § 3.1), que representa uma tomada de posição ante a hegemonia cultural francesa na Alemanha. Na sequência, discuto a categoria de *organismo* (cf. § 3.2), fulcral para a compreensão romântica do Universo e que se contrapõe ao Universo mecanicista cartesiano.

¹² No original: “*La situation spirituelle du Romantisme allemand ne se retrouve nulle part en Europe [...] ce Romantisme n’est pas un phénomène épisodique et passager, mais un remembrement de l’espace culturel, une mise en ordre durable. Les écrivains et artistes, romanciers, poètes, musiciens qui se sont affirmés dans les Allemagnes, depuis l’âge goethéen jusqu’à nos jours, sont [...] par les signes des temps affirmés en cette époque privilégiée où certaines coordonnées spirituelles semblent avoir été fixées d’une manière quasi définitive*”.

3.1 O DESPERTAR GERMÂNICO

Alemães, falai alemão! Vomitai o lado repulsivo do Sena!
—Herder (citado por Berlin, 1982, p. 163).

Quando, em 1815, o Exército prussiano e as forças britânicas derrotaram a investida do Imperador dos Franceses, Napoleão Bonaparte (1769–1821), na Batalha de Waterloo, um furor patriótico encheu os corações dos jovens alemães (Koerner, 1988, p. 4). O ódio contra a França estava bem estabelecido, e a doutrina do Sangue e Solo (*Blut und Boden*) ecoava entre os românticos alemães (Goldsmith; Laks, 2019). Sentimento bastante distinto daquele que pairava nos principados alemães ao longo dos séculos XVII e XVIII, a saber, o de tristeza. Berlin (2015[1999]) assim descreve a atmosfera alemã setecentista:

[...] havia um enorme complexo de inferioridade nacional, que começou nesse período [século XVII], em relação aos grandes Estados progressistas ocidentais, especialmente em relação ao francês, esse Estado brilhante que tinha conseguido esmagá-los e humilhá-los, esse grande país que dominava as ciências e as artes e todas as províncias da vida humana com uma arrogância e um sucesso até então sem precedentes (Berlin, 2015[1999], p. 67).

Nesse período, chamado, com muita justeza, de o “século francês”, a língua, a Literatura e a cultura francesa exerciam profunda influência e domínio sobre a cultura europeia em geral, “desde as margens do Tejo até Moscovo” (Aguiar e Silva, 1976, p. 445). Do outro lado do Reno, a situação era bastante diferente. Ao final do século XVIII, a Alemanha não havia ainda alcançado uma posição de liderança no cenário europeu, e os escritores de língua alemã experimentavam êxito muito restrito ao universo germânico (Gusdorf, 1993[1982], p. 61). Nos dizeres de Berlin (2015[1999], p. 66), “com exceção da grande figura de Leibniz, sem dúvida um filósofo de escala mundial, é muito difícil encontrar alguém entre os alemães da época [do século XVI e início do século XVIII] que tenha afetado o pensamento ou mesmo a arte mundial de alguma forma significativa”. Carpeaux (2014) aponta que, no século XVIII, a Alemanha era vista pelos seus vizinhos como uma nação de iletrados. Na França, dizia-se ser o alemão uma língua que somente se deve utilizar para falar com criados e cavalos. Os nobres alemães falavam francês e, nas Universidades, preferia-se o latim. Mesmo

Leibniz, por exemplo, escrevia em francês e em latim (Gusdorf, 1993[1982], p. 61) É, nos termos de Carpeaux (2014), a Era do “grande silêncio” alemão.

Um grande contributo para a ausência de afirmação da Alemanha ante os países europeus era o seu estatuto político. Diferentemente da França ou da Inglaterra, que experienciaram uma centralização política em torno da figura do Rei bastante precoce e mantiveram-na ao longo dos séculos, o Sacro Império Romano-Germânico sofria com a perda de seu poder central (Elias, 1997, p. 18), e a Alemanha falhava em alcançar uma unidade política. Fronteiras imprecisas, em especial ao Norte e ao Leste, disputado com os eslavos, e a existência de cerca de 360 Estados soberanos relativamente independentes uns dos outros e cujos governantes defendiam os próprios interesses impediam a centralização do poder, bem como a modernização do país. Gusdorf (1993[1982], p. 63) assim descreve a Alemanha de fins do século XVIII: “[...] uma nebulosa cuja circunferência não é delimitada e cujo centro não figura em parte alguma”.¹³ A unidade alemã era, então, uma unidade cultural, literária, filosófica e, sobretudo, *linguística* (Gusdorf, 1993[1982], p. 62). Aquilo a que chamo “Alemanha” neste trabalho deve ser entendido, portanto, como este complexo linguístico-cultural de povos que habitavam a região dos rios Reno e Danúbio e banhados pelo Mar Báltico, e não como um Estado unificado — o que não ocorrerá até 1871.

Fatores históricos diversos concorrem para a situação da Alemanha no cenário europeu. Berlin (2015[1999]) considera a “ruptura violenta” da Guerra dos Trinta Anos (1618–1648) um grande fator da estagnação do progresso alemão. O conflito, travado em solo alemão — que se tornou o grande palco de conflitos bélicos religiosos (Elias, 1997) —, transformou “o que poderia ter sido um grande desenvolvimento cultural em um mar de sangue”, como diz Berlin (2015[1999], p. 66), ceifando a vida de um terço dos alemães (Elias, 1997). Elias (1997) assim descreve a discrepância entre o desenvolvimento francês ou britânico e o alemão no período supracitado:

[...] esses trinta anos de guerra representam uma catástrofe [...]. Na memória dos franceses, ingleses e holandeses, o século XVII é descrito como um dos mais brilhantes em relação ao desenvolvimento destes povos, um período de grande criatividade cultural e de crescente pacificação e civilização. Para a Alemanha, entretanto, esse século foi um período de empobrecimento, inclusive de empobrecimento cultural, e de crescente brutalidade entre as pessoas (Elias, 1997, p. 19).

¹³ No original: “*Une nébuleuse dont la circonférence n’est pas délimitée et dont le centre n’est nulle part*”.

Outro grande contributo foi a Reforma Protestante (1517), que ocorreu em território alemão em concomitância com o Renascimento italiano. Enquanto, no Sul europeu, a palavra de ordem era o retorno aos clássicos greco-romanos, no Norte, o movimento era o voltar-se à fé. Isso teria criado uma verdadeira “cisão” entre o mundo nórdico e os países latinos. Durante os dois séculos subsequentes, os desdobramentos dessa cisão isolariam a Alemanha da cultura latina, o que provocaria, mais tarde, tentativas de reintegração por partes dos alemães aos valores europeus. Foi o que se testemunhou com a *Aufklärung* do século XVIII, que representou “uma quebra do elemento nacional, desenvolvendo-se como uma etapa bastarda” (Bornheim, 1978, p. 79). De fato, a *Aufklärung* é a versão germanizada do Iluminismo francês, e não uma manifestação genuína do pensamento germânico (Gusdorf, 1993[1982], p. 63). Nesse período de renovação da Alemanha, existia uma forte ênfase na cultura francesa, cuja idealização conduziu os alemães ao esquecimento dos valores nacionais. Como diz Bornheim (1978, p. 78), “exemplificativa, sob este ponto de vista, é a corte de Frederico, o Grande, reflexo da francesa e frequentada por Voltaire. Ou Leibniz, que escreveu quase toda a sua obra em francês”. Na Academia de Ciências de Berlim, a língua de trabalho era a francesa, e boa parte de seus membros eram franceses ou suíços, os quais publicavam as suas resoluções também em francês. Frederico, o Grande (1712–1786), um homem de formação francesa, escrevia e falava em francês, assim como muito dos nobres alemães desse período (Gusdorf, 1993[1982], p. 63).

Neste ambiente, a *res cogitans* cartesiana era soberana. Todos os aspectos da atividade humana, as ciências, a Filosofia, as artes e os valores dever-se-iam subordinar à Razão, dotada do poder de libertar o homem do obscurantismo. Erigia-se, assim, o princípio único a partir do qual tanto a Ciência quanto a Filosofia podiam-se explicar: a Razão (Bornheim, 1978, p. 79). Concebida como a mesma em todos os homens, independentemente de fatores relacionados à época, à raça e ao lugar, a Razão constituía o guia de valores do homem em quaisquer aspectos. O particular e o elemento não-universalizável eram encarados como “falso” e “ruim” — a depender do domínio no qual se o encontre (na Religião, na Arte etc.) —, um desvio a ser eliminado, visto ser ininteligível a todos os homens. Daí a ênfase na Antiguidade Clássica na esfera artística, afinal, “o grego do tempo de Péricles [...] raciocinava do mesmo modo que o fazia um súdito de Luiz XIV”, diz Aguiar e Silva (1976, p. 452). Justificava-se, pois, a existência do Belo e de um gosto estético universais, de modo que o Classicismo francês se coadunava plenamente com a atmosfera intelectual que

pressupunha a existência de uma Razão universal (Aguiar e Silva, 1976). O universal e o uniforme, eis os princípios iluministas (Lovejoy, 2005[1936], p. 286-287). Assentado nesses princípios, o Iluminismo concebia que o homem dever-se-ia conformar a um padrão universal, uniforme e imutável para todo ser tido por racional e, dedicado à sua padronização, desferiu violentos golpes contra a diferença entre os homens, os seus valores e instituições, no que consistiu “o fato central e dominante da história intelectual da Europa desde o final do século XVI até o final do século XVIII” (Lovejoy, 2005[1936], p. 290).

Ainda que gozasse de prestígio entre a elite alemã, as Luzes nunca se conseguiram infiltrar nas camadas populares, que permaneceram fiéis à Reforma e ao movimento pietista que surgiu em decorrência desta (Bornheim, 1978, p. 84). Diferentemente da *Aufklärung*, o Pietismo pregava a dedicação do homem à fé e ao mundo interior. O resultado, nos termos de Berlin (2015[1999], p. 70), foi “uma intensa vida interior, [...] o ódio violento à França, às perucas, às meias de seda, aos salões, à corrupção, aos generais, aos imperadores, a todas as grandes e magníficas figuras deste mundo [...]”. Esse ambiente intimista criado pelo Pietismo favoreceu figuras como a de Johann Georg Hamann (1730–1788), que opôs as luzes da Razão à iluminação interior (Gusdorf, 1993[1982], p. 63), e propunha que a compreensão do Universo não se poderia dar pelo intelecto, mas pela fé. Hamann sustentou a crítica à generalização típica dos clássicos e concebeu que o conhecimento de algo só se pode dar na exata medida em que se o observe naquilo que ele tem de único e particular (Berlin, 2015[1999], p. 75), tanto no que concerne aos indivíduos quanto aos grupos nacionais (Rosenfeld; Guinsburg, 1978, p. 269).

Eis que, em fins do Setecentos, o grande silêncio alemão começava a ser rompido, e vozes dissonantes começaram a manifestar-se contra as Luzes parisienses (Gusdorf, 1993[1982], p. 63). O ano de 1797 é particularmente simbólico, e, para Beiser (2003, p. 45), representa o princípio do Romantismo alemão. Foi nesse ano que artistas e filósofos passaram a reunir-se em Berlim e, posteriormente, nos aposentos de Friedrich Schlegel em Jena a partir de 1802. Esse grupo, que, mais tarde, ficaria conhecido como o Círculo Romântico de Jena, era composto pelos irmãos Schlegel, August (1767–1845) e Friedrich, o escritor Ludwig Tieck (1773–1853), Schelling, o teólogo Ernst Daniel Schleiermacher (1768–1834), o historiador da arte Wilhelm Heinrich Wackenroder (1773–1801) e por Novalis. Entre as críticas que dirigiam à *Aufklärung*, estava a redução do mundo a uma máquina (Beiser, 2003, p. 46). Não

tardou até que denúncias do processo de aculturação alemã diante da França começassem a surgir aos quatro ventos, e ataques à importação dos valores clássicos fossem lançados. É o “despertar para a consciência nacional”, como diz Bornheim (1978, p. 82), a cuja acentuação se assistirá cada vez mais, sobretudo após a influência exercida pelo movimento Tempestade e Ímpeto (*Sturm und Drang*), iniciado na segunda metade do século XVIII e frequentemente referido como um Pré-Romantismo, ao qual se associam os nomes de Goethe e Johann Christoph Friedrich von Schiller (1759–1805).

Contrário ao intelectualismo e à ordem da *Aufklärung*, o *Sturm und Drang* lançou-se em um “individualismo selvagem”, traço deixado pelo movimento pietista e a sua afirmação de uma relação direta dos homens com Deus (Gusdorf, 1993[1982], p. 75). Associada ao *Sturm und Drang*, encontra-se ainda a figura de Herder, pensador que exerceu influência notável sobre o Romantismo alemão e o seu caráter nacionalista. Nada mais ilustrativo que a prece de Herder citada em epígrafe — autor que se encontra nas bases do *Sturm und Drang* (Bornheim, 1978) —, que proclama aos alemães “falai alemão”, ou a sua afirmação de que “falamos palavras de estrangeiros, e elas nos afastam de nossos próprios pensamentos”, ou mesmo quando se dirige aos compatriotas, alertando-lhes que “[...] os retos de todas as canções folclóricas genuínas estão sendo lançados ao abismo do esquecimento [...] a noite da assim chamada cultura está devorando tudo em seu redor como um câncer” (citado por Berlin, 1982, p. 161). As ideias herderianas e os seus estudos sobre a língua e a Literatura exerceram profunda influência sobre a valorização do elemento nacional e das tradições germânicas nesse período de revolta contra as Luzes. É preciso, pois, que eu me detenha, ainda que de forma breve, em algumas linhas de sua reflexão devido ao fato de Herder ter exercido profunda influência sobre o clima de opinião do começo do século XIX e sobre o Romantismo alemão, como o aponta Koerner (2014[1987], p. 94-95).

De fato, a figura de Herder nesse cenário tornou-se central. Afinal, como aponta Berlin (1982, p. 133), Herder é o “pai” do nacionalismo, do historicismo e da noção de espírito do povo (*Volksggeist*), que exerceram profunda influência sobre o Romantismo alemão. Contrário à concepção de mundo racionalista e francesa, que preconizava a existência de leis universais, objetivas, eternas e inalteráveis a ordenar a realidade, o filósofo alemão concebia que as atividades, o período histórico e as diferentes civilizações eram dotados de um caráter muito particular e próprio, o qual se via ameaçado diante de uma perspectiva que buscava a universalização e a sua redução a

leis universalizantes. Nesse sentido, Herder participou de um movimento que se vinha estruturando ao longo de sua juventude, o qual buscava dar “uma nova ênfase às diferenças culturais” e colocar-se contrário à “autoridade das normas e leis eternas e gerais” (Berlin, 1982, p. 136). Ainda que as ideias de Herder tivessem sido gestadas em um ambiente que se lhes apresenta como uma “origem”, Berlin (1982, p. 139-140) atribui ao autor três teses originais: a do *populismo*, que preconizava a importância de se pertencer a uma cultura ou a um grupo, não necessariamente político; a do *expressionismo*, segundo a qual toda atividade humana, e muito particularmente a arte, constitui a expressão da personalidade de um indivíduo ou de um grupo, inteligíveis ao “olhar frio e desapassionado” de um observador que não a concebia como expressão e “um processo dinâmico de comunicação”; por fim, a do *pluralismo*, isto é:

[...] a crença não apenas na simples multiplicidade, mas na incomensuralidade dos valores das diferentes culturas e sociedades e, além disso, na incompatibilidade dos ideais igualmente válidos, junto com a implicada consequência revolucionária de que as noções clássicas de um homem e uma sociedade ideal são intrinsecamente incoerentes e sem significado (Berlin, 1982, p. 140).

Essas três teses conjugaram-se na obra de Herder, vindo a constituir-se em seu ponto de vista predominante, incluindo sobre as ciências. Afinal, para o autor, “compreender uma coisa era [...] ver como ela podia ser vista, determinada e avaliada como o era, dentro de um contexto específico, por uma cultura ou tradição em particular” (Berlin, 1982, p. 140). O filósofo concebia o mundo como “orgânico, dinâmico e unitário”, em que todos os seus componentes eram, concomitantemente, únicos e dotados de um laço estreito entre si por meio de uma variedade de relações muito amplas cuja análise e descrição por completo eram impossíveis de serem realizadas (Berlin, 1982, p. 148).

A concepção de nação de Herder dizia respeito não a uma unidade política, a qual considerava uma criação artificial do Estado, mas *cultural*. O filósofo valorizava as unidades naturais estabelecidas entre os homens pertencentes a uma cultura comum (Berlin, 1982, p. 147). Para o autor, os diferentes grupos humanos eram produtos de fatores como o clima, a geografia, as necessidades físicas e biológicas, entre outros, e a sua formação unitária era devida às tradições e às memórias comuns, “das quais o principal elo e veículo — aliás, mais do que veículo, a verdadeira encarnação — é a *linguagem*” (Berlin, 1982, p. 149, grifos meus). Conforme afirma Berlin (1982, p. 149)

em sua interpretação do pensamento de Herder: “Existe algo de mais precioso para uma nação além da linguagem de seus pais? Nela reside a totalidade do seu mundo, constituído pela tradição, a história e princípios de vida; toda a sua alma e coração”.

[...] todo homem que deseja expressar-se usa palavras; as palavras não são uma invenção dele, elas lhe foram transmitidas por uma espécie de fluxo de imagens tradicionais herdadas. E esse fluxo, por sua vez, também foi alimentado por outros homens que se expressaram. Um homem tem mais em comum, mesmo que de maneira impalpável, com outros homens com quem a natureza o colocou em proximidade do que com homens distantes dele (Berlin, 2015[1999], p. 100).

O solo, as tradições e, sobretudo, a linguagem constituem o vínculo efetivo entre os homens na concepção de Herder (Berlin, 2015[1999], p. 100). Isso porque a linguagem, os costumes e a visão de mundo de um indivíduo não foram criados por esse indivíduo, mas por outros com os quais ele forma uma unidade orgânica. Dessa forma, “cada uma dessas atividades pertence a um conjunto que deve ser compreendido como um todo; elas se explicam mutuamente” (Berlin, 1982, p. 173). Em seu sistema de pensamento, dava-se, portanto, especial importância para a linguagem, concebida como a expressão da experiência coletiva dos povos e o testemunho de fenômenos como “o crescimento social, os ciclos da infância, juventude, maturidade e decadência”, comuns a todos os indivíduos e nações (Berlin, 1982, p. 152-153). Para o autor, “o gênio de um povo é mais bem manifestado em sua língua” (citado por Morpurgo Davies, 1998, p. 83-84), de modo que ser alemão significava fazer parte de uma corrente cujo elemento dominante é a linguagem (Berlin, 1982, p. 173). Nela, encontra-se o “repositório cultural” dos povos, resultante do acúmulo de suas tradições e criatividade ao longo dos séculos, de modo que as diferenças linguísticas refletiriam as diferentes experiências vivenciadas pelos povos (Falbel, 1978, p. 43).

É claro que tais concepções de Herder contribuem para que o Romantismo pusesse em causa o universalismo suposto pelo Classicismo e pela Era do Esclarecimento. Enquanto para a doutrina clássica “a poesia tem de falar uma linguagem universal”, nos dizeres de Samuel Johnson (1709–1784) (citado por Lovejoy, 2005[1936], p. 289), para Herder a linguagem poética pertenceria a todos e não a um grupo seleto de predestinados (Falbel, 1978, p. 43). Tendo em vista que as expressões humanas constituem uma forma de comunicação entre homens que partilham dos mesmos valores, costumes e tradições, uma obra de arte alemã não pode ser julgada por

valores estéticos universais da tradição grega, por exemplo; tampouco uma obra de arte da Grécia Antiga pode ser apreciada por um alemão oitocentista, estranho à sua expressividade, a menos que este alemão tentasse, de alguma forma, reconstituir a atmosfera grega clássica dentro de si (Berlin, 2015[1999], p. 102).

Para compreender a filosofia grega, é preciso compreender a arte grega; para compreender a arte grega, é preciso compreender a história grega; para compreender a história grega, é preciso compreender a geografia grega, é preciso ver as plantas que os gregos viam, é preciso compreender o solo onde viviam, e assim por diante (Berlin, 2015[1999], p. 102).

Eis a gênese do *historicismo* de Herder, fortemente intrincado à sua concepção de pertencimento (Berlin, 2015[1999], p. 103), a qual se encontra no cerne de suas crenças (Berlin, 1982, p. 173). Para o autor, há uma *essência* em cada cultura e em cada grupo que se deve desenvolver, como tal, ao seu grau mais pleno e mais rico, e não ser esmagada por uma cultura e por tradições que lhe são completamente estranhas (Berlin, 2015[1999], p. 105-106). A noção central em Herder é a de *crescimento* (Berlin, 1982, p. 156), pois “[...] tudo o que ele acreditava era que os grupos humanos cresciam de modo semelhante ao das plantas ou dos animais”, diz Berlin (2015[1999], p. 101). O autor rejeitava, portanto, um ideal universal de vida e considerava a imitação uma “praga terrível”, pois não acreditava na existência de uma mesma natureza idêntica a todos os homens em todas as épocas e períodos. Para o filósofo, “as culturas são comparáveis, mas não comensuráveis”, diz Berlin (1982, p. 162), e todas são dotadas de um espírito próprio, que se desenvolve ao longo do tempo, mas permanece inalterado em sua essência (Aguar e Silva, 1976, p. 484-485), pois “cada nação tem seu centro interno de felicidade, como cada esfera seu próprio centro de gravidade” (citado por Berlin, 1982, p. 166). A noção de espírito da nação, por sua vez, residia precisamente na sua ideia de pertencimento (Berlin, 1982, p. 174). Nesse sentido, o pensamento de Herder coloca-o como um dos grandes “pais” do Romantismo alemão, que rejeitou a unidade, a harmonia, a compatibilidade das ideias, quer na ação quer no pensamento (Berlin, 2015[1999], p. 108), substituindo-as pelas peculiaridades que caracterizam os povos cujas produções carregam a marca de seu espírito, do *Volksgeist* (Guinsburg, 1978, p. 15). De fato, de acordo com Lovejoy (2005[1936], p. 291), o grande traço do Romantismo foi precisamente a afirmação do diversitarismo em detrimento do uniformitarismo clássico.

Ainda que a nacionalidade para Herder fosse, acima de tudo, cultural, no ambiente nacionalista favorecido pelo Romantismo alemão, as concepções desse filósofo rapidamente se coadunaram à de *nação*, à de uma entidade maior, à qual se atribui o dever de ser *livre*, o que, para uma nação, implica ser livre de outras nações (Berlin, 2015[1999], p. 142). Na atmosfera romântica do início do século XIX, quando da ocupação das tropas de Bonaparte na Prússia, os franceses não poderiam ser vistos senão como inimigos dos alemães (Gusdorf, 1993[1982], p. 68). Ironicamente, teriam sido essa mesma ocupação e a nova divisão dos limites germânicos promovida pelos franceses grandes contributos para a criação de uma consciência nacional cada vez mais forte e política. Afinal, os novos limites estabelecidos pelos franceses reuniram comunidades outrora dispersas, o que contribuiu para o fortalecimento de seu sentimento de unidade (Gusdorf, 1993[1982], p. 68-69). Como nota Sorel (citado por Gusdorf, 1993[1982], p. 69), “em 1806, o Sacro Império [Romano-Germânico] fora aniquilado, mas a Alemanha renasceu”.¹⁴ Renovada a consciência nacional, fortaleceu-se o movimento de rejeição à tradição clássica e, sobretudo, francesa e o ódio patriótico contra a França, inimigo do qual os alemães tinham de livrarem-se. Bem o ilustra as palavras de Johann Gottlieb Fichte (1762–1814) em seu *Reden an die deutsche Nation* [*Discursos à nação alemã*] (1807–1808): “Essa [a cultura francesa] é a invasão estrangeira que se deve, acima de tudo, repelir. [...] Começamos a falar e a escrever em alemão” (Fichte, 1807, citado por Gusdorf, 1993[1982], p. 69).¹⁵ Os laços entre o político e o cultural acham-se atados.

Esses vínculos renovados conduziram os alemães ao culto ao passado germânico. De fato, o nacionalismo é um dos grandes e mais duradouros traços do Romantismo alemão (Gusdorf, 1993[1982], p. 69-70). Uma marca desse resgate da importância cultural alemã deu-se com a criação da Universidade de Berlim, em 1810, que contou com financiamento de Wilhelm von Humboldt (1767–1835) (Gusdorf, 1993[1982], p. 70). A Universidade de Berlim serviria de modelo para a reforma de diversas outras Universidades alemãs, cujo próprio sistema passava por uma reforma no começo do século, o que favoreceu demasiadamente certas “inovações” nos currículos (Amsterdamska, 1987, p. 65). A própria concepção de que a Universidade era o espaço de cultivação do conhecimento favoreceu muito a introdução de novos conhecimentos.

¹⁴ No original: “[The] genius of a people is nowhere better manifested than in its speech”.

¹⁵ No original: “C’est là l’invasion étrangère qu’il importe avant tout de repousser. [...] On commence à parler et à écrire en allemand”.

A Universidade alemã será, de fato, um espaço de realização do espírito científico romântico, conforme observa Gusdorf (1993[1982]), e deve-se notar desde então que a Gramática Comparada se beneficia dessa reforma do sistema universitário alemão, na medida em que surgiu como disciplina institucionalmente estabelecida e coincidiu com os interesses dos alemães por uma formação mais ampla, o que incluía não só o estudo das línguas e Literatura clássicas, mas das germânicas e orientais. Ilustra-o as cátedras dedicadas ao sânscrito, criadas pela primeira vez em 1819, na Universidade de Bonn (Amsterdamska, 1987, p. 65).

No âmbito universitário, a influência de August Böckh (1785–1867), filólogo e historiador alemão, fez-se sentir na propagação da crença de que o estudo das línguas, cultura, arte, leis, religião e Literatura constituía um meio de conhecer a vida cultural de um povo ou de uma comunidade (Amsterdamska, 1987, p. 67). Aqui também não é difícil pressentir algum eco do pensamento de Herder, para o qual as leis, a música, o panorama social, a dança e a religião compartilhada por um povo pertencem a um conjunto solidário que se explica mutuamente, na medida em que constitui o reflexo de um traço profundo e definidor de uma cultura (Berlin, 1982, p. 173). Diferentemente de suas outras manifestações, o movimento romântico alemão constituiu efetivamente uma renovação na ciência, e são as Universidades alemãs as principais promotoras do espírito científico do Romantismo, fortemente influenciado pelos sistemas filosóficos de Fichte e Schelling (Gusdorf, 1993[1982], p. 78).

Foi igualmente no ambiente universitário, precisamente na Universidade de Heidelberg, que se formou, a partir de 1804, o Círculo Romântico de Heidelberg, a segunda geração de românticos após o Círculo Romântico de Jena. Entre os componentes do Círculo de Heidelberg estiveram o poeta Clemens Brentano (1778–1842), a poetisa Bettina von Arnim (1785–1859) e o seu esposo e também poeta Achim von Arnim (1781–1831), o escritor Joseph Görres (1776–1848), o jurista Friedrich Karl von Savigny (1779–1861) e os irmãos Jacob e Wilhelm Grimm. De acordo com Gusdorf (1993[1982], p. 83), a principal diferença dos primeiros românticos de Jena em relação aos de Heidelberg reside no fato de “o Romantismo de Jena ter-se limitado a uma intuição poético-religiosa; o segundo Romantismo de Heidelberg irradiou-se em todos os compartimentos da cultura, cujas significações ele renovou”.¹⁶ Para os

¹⁶ No original: “*Le premier Romantisme de Iéna était replié sur une intuition poético-religieuse; le Romantisme second de Heidelberg rayonne à travers les compartiments de la culture, dont il renouvelle les significations*”.

românticos de Heidelberg, a atividade poética não era central. Esses autores dedicaram-se à recolha e publicação de canções populares, além de nutrirem interesse pelo folclore, pelos mitos e pela filologia, o que abriu espaço para estudos que constituíam um verdadeiro reflexo do espírito romântico. Exemplifica-o o trabalho dos irmãos Grimm, cuja coletânea de contos *Kinder- und Hausmärchen* (1812–1858) “demonstram o entusiasmo romântico no campo das tradições populares”, nos dizeres de Gusdorf (1993[1982], p. 83).¹⁷ Os Grimm também foram os responsáveis pela fundação de um novo campo do saber, a Germanística, dedicado ao estudo unificado da cultura germânica (Gusdorf, 1993[1982], p. 83).

O Romantismo de Heidelberg teve um papel preponderante na formação do estado de espírito romântico alemão. Surgido após o colapso da Prússia na Batalha de Jena-Auerstedt (1806) e a conseqüente dissolução do Círculo Romântico de Jena, os românticos de Heidelberg ingressaram nas fileiras do movimento antifrancês. Na *Aufklärung*, veementemente promovida por Frederico à época de seu reinado, viam somente a aculturação da Alemanha à França. Desde os seus primórdios, o Romantismo pôs-se como uma oposição à moda parisiense. O retorno ao passado genuinamente germânico era inevitável e ganhava força com a humilhação nacional alemã diante das tropas francesas. Berlin (2015[1999], p. 71) bem observa serem a “sensibilidade nacional ferida” e “uma humilhação nacional terrível” as raízes do movimento romântico alemão. A transformação cultural andava de mãos dadas com a mudança política de então. Até 1815, o nacionalismo romântico estaria bem estabelecido em solo alemão (Gusdorf, 1993[1982], p. 86-87).

No ambiente universitário, Grimm teve contato com Savigny, e esse encontro gerou frutos profissionais. Savigny, professor em Heidelberg, defendia o retorno às fontes do direito germânico em oposição às do direito romano (Gusdorf, 1993[1982], p. 83) em clara aderência aos ideais românticos. Grimm, um estudante de Direito na Universidade de Marburgo, foi aluno de Savigny, em cuja biblioteca teve contato com os primeiros textos germânicos do Medievo, donde provavelmente se originou o seu interesse pela Idade Média. O jovem então acompanhou Savigny como o seu assistente em Paris, em 1805, antes de retornar a Kassel, onde passou a trabalhar como bibliotecário e se pôde dedicar aos seus estudos (Morpurgo Davies, 1998, p. 136-137). Em 1812, Grimm publicou o primeiro volume do periódico *Altdeutsch Wälder*,

¹⁷ No original: “*Manifestent la ferveur romantique appliquée au domaine des traditions populaires*”.

dedicado a textos em alemão antigo, o qual foi alvo de críticas de August Schlegel (1767–1845) por suas “confusões linguísticas babilônicas”.¹⁸ Dizia Schlegel: “Nunca é demais repetir: o estudo dos antigos textos nacionais só é produtivo através da arte/técnica da interpretação [*Auslegungskunst*] e da crítica. Como é possível fazê-lo sem conhecimentos gramaticais?” (citado por Koerner, 1988, p. 4).¹⁹ Destaque-se a importância que a filologia adquiriu entre os românticos na leitura crítica e tradução de uma obra, sobretudo a partir da teorização de Friedrich Schlegel durante a virada do século XVIII. Para este autor, a transposição do texto de uma época para outra feita pelo crítico literário e pelo tradutor requer o rigor filológico e a observação atenta do “espírito do texto” em um trabalho exegético (Medeiros, 2017).

É possível vislumbrar aí algum eco de Herder, para quem a Literatura popular só poderia ser efetivamente estudada e compreendida a partir de sua própria língua, afinal, para Herder, o pensar e o dizer possuíam mútua e estreita dependência (Robins, 2004[1967], p. 121). Tal suposição advém do fato de a influência de Herder sobre Grimm e os seus contemporâneos ser particularmente conhecida (Antonsen; Marchand; Zgusta, 1990). Herder, aliás, é textualmente referido por Grimm (1859[1851], p. 5) em *Über den Ursprung der Sprache*. Nesse ambiente, as ideias de Herder foram muito favorecidas, pois, dissolvida a Prússia, os alemães reconheceram como único fato unificador a língua e a cultura, às quais Grimm dedicou-se durante toda a sua vida. Koerner (1988, p. 4) também faz notar que a crítica de Schlegel, junto a uma série de outros eventos, entre eles o furor patriótico despertado pela vitória prussiana na Batalha de Waterloo, acima referido, teriam contribuído profundamente para os estudos linguísticos de Grimm, ao qual o autor passou a se dedicar ostensivamente nos anos que se seguiram. Um ano após essa batalha, em 1816, ocorreu também a publicação da obra de Bopp, *Über das Konjugationssystem der Sanskritsprache*, marco fundador da Gramática Comparada e que representou uma verdadeira guinada nos estudos linguísticos.

Neste capítulo, busquei estabelecer o ambiente que criou condições favoráveis para a circulação dos ideais nacionalistas que alimentaram o Romantismo alemão. Ante o influxo francês, cultural e militarmente, em terras germânicas, os alemães buscaram nas artes e na língua a unidade ausente na esfera política. Sob a influência de Herder,

¹⁸ No original: “*Babylonische Sprachverwirrung*”.

¹⁹ No original: “*Man kann es nicht genug wiederholen, die Beschäftigung mit den alten einheimischen Schriften kann nur durch Auslegungskunst und Kritik gedeihen; und wie sind diese möglich ohne grammatische Kenntniß?*”

reconheceram no cultural e no linguístico a essência do povo e da nação, o que resultou em uma busca pelas formas autênticas de expressão germânica e por seu culto, e em uma rejeição ostensiva contra a aculturação alemã perante a França. Esse olhar mais sensibilizado para o passado germânico exerceu forte influência sobre Grimm, que, a princípio, nutriu um interesse particular pela Literatura e pela legislação germânicas, enquanto um estudante de Direito, antes de enveredar pelos estudos linguísticos. Ainda assim, o interesse despertado pelo nacionalismo romântico não me parece dar conta do estabelecimento de uma explicação para os fenômenos linguísticos com os quais se depararam os comparatistas, o que suponho ser devido a outra transformação no pensamento nesse período, precisamente ontológica, discutida a seguir.

3.2 O UNIVERSO COMO UM ORGANISMO

Cada planta, cada flor contém todo o sistema do universo; um momento da vida abriga a eternidade dentro de si; o átomo mais tênue é um mundo, e o mundo talvez seja apenas um átomo. Cada porção do universo parece um espelho onde toda a criação é representada.
—M.^{me} de Staël (1852[1813], p. 456-457).²⁰

Organismo é o termo chave do Romantismo, e a concepção organicista do Universo é a característica central da mundividência (*Weltanschauung*) romântica. De acordo com uma apreciação de Hirschfeld,

Organismo é o termo em voga à época, introduzido por Herder, definido por Kant em um sentido que não era, naturalmente, aquele de Herder, empregado por Kiehmeyer, revalorizado por Schelling, brilhantemente estabelecido por Goethe. Sem esse termo, não é possível compreender o Romantismo; ele é válido em todos os domínios e muito particularmente no domínio histórico (Hirschfeld, citado por Gusdorf, 1993[1982], p. 426).²¹

De fato, Peckham (1951) reconhece naquilo que nomeia o “organicismo dinâmico” a garantia de unidade do Romantismo em suas diversas feições. Compreendendo o Universo como um Organismo que não é *feito* de uma vez por todas, mas que está a *fazer-se*, a desenvolver-se e a crescer (Peckham, 1951, p. 10), o paradigma organicista romântico submeteu à mesma inteligibilidade as artes e as ciências através de princípios que asseguraram a sua unidade epistemológica (Gusdorf, 1993[1982], p. 427). Como bem observa Gusdorf (1993[1982], p. 329), “a noção de organismo é uma categoria fundamental do saber romântico”.²² Tal alcance e valor epistemológico é devido, sobretudo, a uma transformação na concepção do Cosmo em relação ao Universo mecanicista cartesiano.

A concepção mecanicista da natureza entendia esta como um arranjo de partículas que interagem entre si de acordo com leis rigorosas (Gusdorf, 1993[1982], p. 422). Dessa forma, como aponta Koyré (1966, p. 319, grifos do original), o

²⁰ No original: “*Chaque plante, chaque fleur contient le système entier de l’univers, un instant de vie recèle en son sein l’éternité, le plus faible atome est un monde, et le monde peut-être n’est qu’un atome. Chaque portion de l’univers semble un miroir où la création tout entière est représentée*”.

²¹ No original: “*Organisme est le terme à la mode de l’époque, inauguré par Herder, défini par Kant dans un sens qui n’était naturellement pas celui de Herder, employé par Kiehmeyer, monnayé par Schelling, brillamment constitué par Goethe. Sans ce terme on ne peut se représenter le Romantisme; il a cours dans tous les domaines et tout particulièrement dans le domaine historique*”.

²² No original: “*La notion d’organisme est une catégorie fondamentale du savoir romantique*”.

questionamento de Descartes era este: “Qual é o modo de ação que a natureza *deve* seguir?”. Prossegue Koyré (1966, p. 319): “As leis da natureza, essas são leis para a natureza, regras com as quais ela não pode não se conformar. Pois são elas, essas regras, que a formam”. Leis essas estabelecidas por Deus e as quais, uma vez estabelecidas, não se alteram. A *permanência*, eis a grande lei do Universo cartesiano.

Outro traço do Universo mecanicista cartesiano foi a primazia das partes sobre o todo. O todo era concebido apenas como um agregado de partes sem as quais ele não possuía existência efetiva. Tal concepção, predominante no método científico, implicava que a investigação de qualquer objeto complexo se realizava via a análise das partes que o compõem. “Para entende-*lo*, deve-se tomá-lo em pedaços, conhecer as partes e as *suas* características e quantas partes existiam no determinado conjunto — e então os seus problemas estariam resolvidos”,²³ diz Lovejoy (1941, p. 272-273, grifos do original) — ato análogo à decomposição de uma equação em seus fatores, por meio da qual se compreende a sua estrutura e a sua composição, como faz notar Koyré (2011[1948], p. 356). A primazia das partes sobre o todo estendia-se para a própria representação do Universo, concebido como um aglomerado de fenômenos dispersos cuja coesão era garantida por rigorosas leis científicas deterministas (Gusdorf, 1993[1982], p. 317). Nas últimas décadas do século XVIII, assistiu-se, no pensamento alemão, à inversão dessa primazia. Iniciava-se a valorização da “Ideia do Todo”, que encontrou em Herder um de seus expoentes.

O Universo de Herder era concebido como um todo orgânico, dinâmico e unitário (Berlin, 1982, p. 148) e, sobretudo, auto-organizado, aplicando-se este conceito, inclusive, às comunidades humanas (Matthews, 2014, p. 204). Em sua figura, a concepção organicista do Universo transformou-se no modelo geral para o desenvolvimento da Humanidade, ampliando-se para fenômenos como as nações, os grupos familiares, a arte e até a ciência. “Todos esses organismos possuem o mesmo itinerário modelar: todos eles ‘germinam, produzem botões, florescem e definham’”,²⁴ diz Armstrong (2003, p. 20), citando Herder. O filósofo rejeitava a concepção mecanicista da natureza, pois concebia esta como orgânica e caracterizada por forças criativas e interativas (Matthews, 2014, p. 203). Para o autor, a natureza é uma unidade

²³ No original: “To understand it, you had but to take it to pieces, to know the parts and their characteristics and the of their action, and how many of them there were in the given complex — and your problem was solved”.

²⁴ No original: “All these organisms share the same exemplary itinerary: they all ‘germinate, produce buds, blossom, and wither away’”.

em que as *Kräfte* — isto é, “as forças misteriosas, dinâmicas e determinadas a encontrar um objetivo” (Berlin, 1982, p. 159) — fluíam umas dentro das outras de modo a colidirem, chocarem-se e combinarem-se, e toda a realidade era concebida como uma simbiose dessas forças (Berlin, 1982, p. 159). O princípio de sua filosofia historicista era o de que “forças orgânicas” animam o mundo físico e o espiritual, manifestando-se, no último, através das correntes tradicionais (Matthews, 2014, p. 203).

Para o autor, na medida em que tanto o mundo natural quanto o da história humana constituem um só mundo, ambos se encontram necessariamente em uma interação recíproca e ambos se encontram mutuamente sob a dependência dessa unidade auto-organizadora que é o Universo (Matthews, 2014, p. 204). Em Herder, como diz Berlin (1982, p. 164), “somente existe uma grande e criativa *Kraft*”, pois “o vivo na criação é em todas as formas, aspectos e meios, um único espírito, uma grande chama” (Herder, citado por Berlin, 1982, p. 164). Decorrencia direta de uma tal concepção, no entendimento de Matthews (2014, p. 204), é o fato de o Universo orgânico resultante ser, então, um Universo fundamentalmente monístico, em que qualquer dualismo passava a ser compreendido como um *continuum* nos degraus de uma auto-organização. “Dessa forma, as leis do mundo material e os costumes tradicionais humanos tornam-se duas manifestações quantitativamente diferentes das ‘forças orgânicas’ que dão ânimo ao nosso mundo”, afirma Matthews (2014, p. 204).²⁵ No organicismo dinâmico de Herder, todo o mundo é concebido como parte de um movimento evolucionista com um fim determinado, cuja ascensão afeta todos os seres até a sua culminância na figura do homem (Gusdorf, 1993[1982], p. 417).

Entre os componentes desse todo orgânico e dinâmico, está a linguagem. Para Herder, a linguagem constituía parte do processo de desenvolvimento natural da consciência humana (Berlin, 1982, p. 149-150). Profundamente convencido da existência de interrelações orgânicas entre tudo, o autor concebia a linguagem como a expressão da experiência coletiva de um grupo, e enxergava em sua história a revelação de fenômenos como o crescimento social, comuns a todos os indivíduos e nações (Berlin, 1982, p. 153-154), conforme tive a oportunidade de referir em momentos anteriores. Na medida em que as diferenças entre o clima e as experiências convergem para a constituição da essência dos povos, Herder concebia e valorizava a autonomia dos diferentes grupos advinda de suas experiências particulares, as quais lhes conferiam

²⁵ No original: “*Thus do the laws of material nature and customs of human traditions become two quantitatively different manifestations of the ‘organic forces’ that animate our world.*”.

autenticidade (Berlin, 1982, p. 156). O ponto central de sua doutrina é a noção de *crescimento natural* em oposição à concepção clássica de estaticidade. Para o filósofo, “a Natureza é crescimento”, diz Berlin (1982, p. 156). Sintetizando a doutrina de Herder, Berlin (1982) pontua que,

O que é normalmente salientado é, em primeiro lugar, seu relativismo, sua admiração por cada cultura autêntica ser o que é, e sua insistência em que as perspectivas e civilizações devem ser compreendidas desde dentro, em termos de seus próprios estágios de desenvolvimento, propósitos e expectativas e, em segundo lugar, seu definitivo repúdio da distorção central do racionalismo cartesiano, que somente considera como verdadeiro conhecimento aquilo que é universal, eterno, inalterável e governado por relações rigorosamente lógicas, ou seja, apenas o que é matéria de estudo da Matemática, Lógica, Física e outras Ciências Naturais (Berlin, 1982, p. 156).

A ênfase nas particularidades dos grupos, a sua interrelação com a cultura, a linguagem e todos os outros fatores que tornam os grupos autênticos, assim como a sua concepção de desenvolvimento natural desses grupos em relação estreita com esses mesmos fatores que os tornam únicos, parecem-me constituir um desdobramento do *organicismo* em um ponto de vista necessariamente *histórico*. Afinal, a compreensão de algo, para Herder, consistia em entendê-lo em sua individualidade e em seu desenvolvimento; entender um indivíduo é entender a estrutura orgânica da sociedade em relação à qual as suas ações se explicam (Berlin, 1997, p. 253). A sua compreensão só é possível na medida em que nos transportemos para *dentro* dele, para o período e o local em que cada cultura e nação se produziu, desenvolveu-se e expressou-se, pois “cada um dos estágios é um fim em si mesmo” (Berlin, 1982, p. 168). Em Herder, diz Berlin (1982, p. 167), “toda compreensão é necessariamente histórica”.

Na figura de Kant, o organicismo romântico inspirou-se em seu conceito de *fim da natureza* (*Naturzweck*), em cuja generalização, de acordo com Beiser (2003, p. 138), encontram-se as suas origens. Para Kant, segundo Beiser (2003), algo é um fim da natureza na exata medida em que satisfaz duas condições: (I) ser dotado de uma unidade orgânica cujas partes são inseparáveis do todo e cuja Ideia determina o lugar de cada parte; e (II) autogerar-se e auto-organizar-se, fazendo de todas as partes *causa e efeito* umas das outras, de modo a excluir-lhes quaisquer causas externas (Beiser, 2003, p. 138). Dessa fora, o conceito de fim natural designa um ser, sobretudo, auto-organizado, enfatizando-se o fato de esse ser desenvolver-se, essencialmente, com vistas a um *fim* e desprovido de qualquer finalidade exterior e estabelecida *a priori*; portanto, um

organismo é um fim natural quando traz em si o princípio de sua organização (Van de Vijver, 2004). Logo, Kant concede primazia à segunda das condições expostas, que constitui a característica específica de algo que é um fim da natureza, qual seja, a de *autogerar-se*. “A sua concepção e a sua estrutura surgem do interior conforme algum princípio interno; não surgem do exterior”,²⁶ diz Beiser (2003, p. 138).

Os princípios de Kant que constituem a definição do organicismo romântico são os de *unidade totalizante*, o de *delimitação* e o de *interrelação* (Armstrong, 2003, p. 15-16). O primeiro diz respeito ao fato de existir uma Ideia reguladora que não só submete a si todos os elementos do sistema como os enforma de uma determinada maneira. Sistema em Kant significa a unidade de conhecimentos variados reunidos sob uma única Ideia organizados de acordo com um fim. Nessa definição, reside o interesse de Kant em distinguir um verdadeiro sistema de um conglomerado de elementos. Afinal, como faz notar Grégoire (1948, p. 328), um conglomerado de elementos significa a sua relativa autonomia, mesmo que a sua *soma* resulte em um único efeito, coisa muito diferente de um todo sistemático em que os elementos se influenciam mutuamente. É precisamente por ser um fim em si que é possível concebê-lo como um conceito ou uma Ideia reguladora, “caso contrário, a Ideia do todo não poderia determiná-lo, mesmo que fosse apenas como princípio de conhecimento” (Van de Vijver, 2004, p. 224).²⁷ O segundo princípio, o de delimitação, implica que um sistema possa ser claramente distinguido de outros sistemas aproximados. Por fim, o de interrelação diz respeito ao fato de que as partes do sistema são, necessariamente, completamente dependentes umas das outras. Nesse sistema, o princípio de interrelação implica que os elementos são, ao mesmo tempo, ativos e passivos. A “essência do organicismo” em Kant, que só se delimita em sua *Kritik der Urteilskraft* [*Crítica da Faculdade de Julgar*] (1790), consiste em serem os elementos *meio* e *fim* (Armstrong, 2003, p. 16-17). “Em um sistema orgânico, todos os elementos são, dessa forma, meios e fins [...]. Uma interrelação verdadeiramente orgânica é aquela da interdependência recíproca”,²⁸ afirma Armstrong (2003, p. 17).

²⁶ No original: “*Its design and structure arise from within according to some internal principle; they do not arise from outside*”.

²⁷ No original: “*sinon l’Idée du tout ne pourrait pas la déterminer, même si ce n’est que comme principe de connaissance*”.

²⁸ No original: “*In an organic system, all the elements are thus both means and ends – the system has its circumference nowhere and its centre everywhere. A truly organic interrelationship is one of reciprocal interdependence*”.

A função reguladora da Ideia torna-a desprovida de um objeto determinado sob o ponto de vista do conhecimento, mas confere aos conceitos do entendimento uma unidade sistemática. Ao fazê-lo, a Ideia adquire um valor objetivo, na medida em que, ao conferir unidade sistemática aos conceitos, empresta-a aos fenômenos considerados em sua materialidade e em sua particularidade (Deleuze, 1983[1963]).

Esta unidade, admitida como inerente aos fenômenos, é uma *unidade final* das coisas (máximo de unidade na maior variedade possível, sem que se possa dizer até onde vai essa unidade). Tal unidade final só pode ser concebida segundo um conceito de *fim natural*; com efeito, a unidade do diverso exige uma relação da diversidade com um fim determinado, conforme os objetos que referimos a essa unidade. No conceito de fim natural, a unidade é sempre unicamente presumida ou suposta como conciliável com a diversidade das leis empíricas particulares (Deleuze, 1983[1963], p. 67-68, grifos do original).

Assim, Deleuze (1983[1963]) afirma que, a partir do conceito de fim natural, determina-se um objeto da Ideia racional. De fato, a Ideia em si mesma não possui um objeto determinado, mas, antes, *determinável* analogamente aos objetos da experiência. Essa determinação, que se realiza análoga e indiretamente, apenas é possível na medida em que os objetos da experiência apresentem a unidade final natural em relação à qual o objeto da Ideia servirá de princípio ou substrato (Deleuze, 1983[1963], p. 69). Deste modo, é o conceito de unidade final ou de fim natural que conduz à determinação de “Deus como causa suprema intencional agindo à maneira de um entendimento”, afirma Deleuze (1983[1963], p. 69), pois a unidade das leis empíricas particulares “deve ser pensada como uma unidade de tal ordem que apenas um entendimento *diferente do nosso* poderia dá-la necessariamente aos fenômenos”. Assim, não se encontram na Natureza fins divinos intencionais, mas apenas fins que são os da Natureza, aos quais se acrescenta a Ideia de uma causa divina intencional como condição de sua *compreensão* (Deleuze, 1983[1963], p. 69). A Natureza, por sua vez, apenas pode formar um sistema, e não um agregado, em função de um fim último. No entanto, nenhum ser organizado pode constituir tal fim, pois, como afirma Deleuze (1983[1963], p. 76, grifos do original), “um fim último implica a *existência* de alguma coisa como fim; mas a finalidade interna nos seres organizados diz respeito à sua *possibilidade* sem considerar se a sua própria existência é um fim”.

A consideração de um organismo como um todo organizado torna-o distinto de uma justaposição de elementos autônomos entre si. Além disso, confere ao ser

organizado independência e autonomia em relação a outros organismos, na medida em que ele dispõe de todas as funções e estrutura necessárias para assegurar a sua independência. Grégoire (1948) afirma que, na acepção científica do termo, o *todo* implica ainda uma aproximação à acepção de *forma*, pois todos os elementos do todo passam a ser função uns dos outros, e a modificação de um elemento implica alterações em todos os demais. A acepção filosófica do termo totalidade, que se coaduna à definição de Kant,²⁹ admite um princípio totalizante qualquer distinto das propriedades físico-químicas da matéria. Esse princípio é um princípio final *interno* ao organismo, portanto, distinto dos princípios mecanicistas. Trata-se, portanto, de um princípio ontológico que pressupõe uma unidade sistemática na natureza (Van de Virje, 2004).

É preciso atentar-se para os desdobramentos, no ambiente romântico, das concepções desses autores. Kant referiu-se muito especificamente aos organismos naturais, mas as suas concepções foram transpostas para outras esferas, alcançando uma dimensão metafísica (Lovejoy, 1941, p. 273). Por sua vez, Herder, que fazia um uso metafórico e não transcendental do termo orgânico, influenciou diversos pensadores idealistas, entre os quais Schelling (Berlin, 1982, p. 173-174; Matthews, 2014, p. 204; Gusdorf, 1993[1982], p. 420), que o cita e que é uma figura importante na concepção orgânica do Universo. Em um certo sentido, o organicismo dinâmico de Herder antecipou algumas das concepções basilares da *Naturphilosophie* de Schelling, precisamente a concepção da Natureza como um organismo a movimentar-se sob o impulso de uma “força vital” (Gusdorf, 1993[1985], p. 428). Schelling, precursor da *Naturphilosophie*, assumirá o “*continuum* monístico” que caracteriza o Universo orgânico de Herder e distinguirá a matéria inanimada como uma mente inconsciente, ao passo que a mente é matéria que se tornou consciente de si (Matthews, 2014, p. 204). Como bem nota Lovejoy (1941, p. 273-274), os efeitos históricos de um conceito ou de uma metáfora não coincidem necessariamente com as suas implicações lógicas.

É precisamente na figura de Schelling e em sua *Naturphilosophie* que o organicismo tomará outro folgo. Conforme observa Hartmann (1983, p. 135), a ideia básica da *Naturphilosophie* de Schelling é a de que, na Natureza, “existe uma organização prevacente, organização que não se pode conceber sem uma força produtiva”. Essa força produtiva necessita de um princípio organizador, o qual não pode ser concebido

²⁹ “É um produto organizado da natureza aquele em que tudo é fim e, reciprocamente, também meio” (citado por Grégoire, 1948, p. 332) [No original: “*Ein organisiertes Produkt der Natur ist das, in welchem alles Zweck und wechselseitig auch Mittel ist*”].

como um princípio cego de realidade. Nesse aspecto, Schelling mostrou-se um sucessor de Fichte, segundo o qual a Natureza é um produto direto do Eu e de sua atividade espontânea, sem que o Eu reflita sobre esta. Daí se origina a ilusão da autonomia do ser natural. Schelling assume que um espírito inconsciente cria a Natureza, mas se afasta de Fichte ao não atribuir ao Eu o princípio criador do real, mas, sim, ao seu exterior, portanto, a um princípio criador extraconsciente do real (Hartmann, 1983).

A consciência (“Eu”) não é a primeira, mas emerge a meio dum processo mais vasto de formas, e dentro deste processo é somente a continuação da série gradual que vai da matéria amorfa até às estruturas mecânicas, químicas, vegetais e animais, pois “antes” da consciência está o “espírito inconsciente”. Schelling quer dizer com isto que é o mesmo espírito que se torna espírito humano quando alcança consciência de si (Hartmann, 1983, p. 323).

Para Schelling, este espírito que anima a natureza é, também, partilhado pelo homem, cuja raiz é o Absoluto. Nesse aspecto, o homem e a natureza conciliam-se ao partilharem um fundamento comum que, no primeiro, desdobra-se na consciência e na liberdade; na segunda, permanece inconsciente e caracteriza-se por sua ausência de liberdade. Sendo assim, a ideia de fim é um importante componente na *Naturphilosophie* de Schelling, afinal, tal qual o fim humano é a integração com o Absoluto pela via moral, também a natureza busca atingi-lo, mas por outros caminhos. Daí resulta ser a natureza um todo unificado, auto-organizado e dotado de dinamismo (Bornheim, 1978, p. 100-101), pois Schelling concebia o mundo como movendo-se de um estágio de inconsciência bruta para um estágio de consciência (Berlin, 2015[1999]).

A filosofia de Schelling buscou, em princípio, conceder autonomia à Natureza, concebendo-a como dotada de um conjunto de regulações que asseguravam a sua coerência e que eram atribuíveis a uma necessidade *interna* agindo à maneira do espírito consciente presente em nós (Gusdorf, 1993[1982], p. 419-420). Dessa forma, o organicismo de Schelling, em lugar de atribuir e explicar os eventos naturais através de eventos que lhes são externos e agem sobre eles, explica-os através do necessário posicionamento deste em um todo sistemático. O paradigma explicativo não é mais analítico, mas holístico (Beiser, 2003).

Não existe sistema, na acepção verdadeira do termo, que não seja ao mesmo tempo uma totalidade orgânica. De fato, se em um sistema orgânico tudo se apoia e se sustenta de modo recíproco, essa organização teria, enquanto totalidade, de preexistir às suas partes, o

Todo não poderia brotar das partes, mas as partes teriam de brotar do Todo (Schelling, 1799, citado por Gusdorf, 1993[1982], p. 419-420).³⁰

Nos termos de Hartmann (1983, p. 139), “as coisas, portanto, não são princípios do organismo, mas o organismo é que é o princípio das coisas”.

O pensamento metafísico subjacente à *Naturphilosophie* de Schelling é o da *identidade*: “[...] unidade de natureza e espírito, semelhança essencial do espírito em nós e da natureza fora de nós. A natureza não está confinada no exterior e o espírito, no interior; também fora de nós domina o mesmo espírito; também fora de nós a mesma natureza” (Hartmann, 1983, p. 136). Desfazem-se, pois, as oposições entre o mecanicismo e o organicismo. Afinal, as formas físicas básicas contêm, em si, o princípio da vida, e existiria na suposta fragmentação original da vida em uma variedade de organismos multiformes um princípio unitário de evolução responsável por unir tudo o que, para o entendimento, parece estar cindido.

Hartmann (1983) bem observa que, apesar de seu caráter altamente metafísico, as concepções de Schelling seduziram muitos cientistas do período e, no campo das Ciências Naturais, fez-se “constatar” em muitas descobertas. Destas, Schelling soube tirar partido, incluindo a diversidade de ideias das Ciências Naturais em sua concepção teleológica fundamental por meio da qual buscou “compreender os diferentes tipos de fenômenos naturais como potências de um único princípio primário” (Hartmann, 1983, p. 138). Nas décadas de 1830 e 1840, a *Naturphilosophie* era uma doutrina fortemente estabelecida nas Universidades alemãs (Gusdorf, 1993[1985], p. 361) e constituiu-se como a “certeza comum” de um grande número de estudiosos alemães em uma ampla gama de domínios, das Ciências da Terra à Biologia, à Antropologia, à Medicina e às Ciências da Cultura. “O organicismo romântico estendeu a sua influência a toda a enciclopédia”,³¹ afirma Gusdorf (1993[1983], p. 348), embora — é válido ressaltar — o impacto do pensamento romântico nos diferentes domínios sobre os quais repercutiu tenha tido desdobramentos variáveis (Schmitter, 2000).

Entre os românticos alemães, a extensão do conceito de fim natural para a Natureza como um todo fez com que esta fosse concebida como um “organismo de organismos”, na medida em que todas as coisas no mundo natural passaram a ser

³⁰ No original: “*Il n’est pas de système, au sens vrai du mot, qui ne soit pas, en même temps, un tout organique. Si en effet toutes les parties d’un ensemble organique se portent, se supportent et se soutiennent réciproquement, cette organisation en tant que le Tout, devait préexister à ses parties, et ce n’est pas le Tout qui a dû naître des parties, mais les parties du Tout*”.

³¹ No original: “*L’organicisme romantique a étendu son influence à l’ensemble de l’encyclopédie*”.

concebidas como dotadas de um fim, e a Natureza, como um vasto propósito. Dessa forma, tudo na Natureza passa a representar os diferentes degraus de um todo hierarquizado e de sua organização e desenvolvimento. Tal concepção pressupõe a existência de uma só força viva por toda a Natureza, que se manifesta em todas as coisas, desde a matéria mais simples às coisas mais complexas, até culminar com a autoconsciência, esta concebida como a forma mais elevada de seu desenvolvimento e de sua força (Beiser, 2003, p. 138). Essa é a principal consequência da concepção organicista e romântica da Natureza: a de que as coisas na Natureza são os diferentes degraus, que vão do inconsciente ao consciente, este manifesto na figura do filósofo ou do artista. Conforme afirma Beiser (2003, p. 138): “[...] não há distinção de espécie, mas apenas de graus entre o mental e o físico. O corpo e a mente não são mais substâncias heterogêneas, mas apenas níveis diferentes de organização e desenvolvimento da mesma força viva em toda a Natureza”.³² Dessa forma, os românticos contrapuseram-se à divisão do mundo em orgânico e inorgânico, pois “a natureza toda deveria ser compreendida como um único organismo vivo, e caberia à ciência o conhecimento da história desse organismo”, diz Bornheim (1978, p. 97).

A perspectiva organicista do Romantismo implicava algumas transformações na cosmovisão. De acordo com essa concepção, o que caracteriza a matéria não é a mais a constância e a atemporalidade; a matéria é ativa e temporal, desenvolvendo-se do rudimentar para o organizado. Ademais, concebendo o Universo como uma força viva, os românticos reintroduziram uma organização hierárquica no Cosmo, cujo desenvolvimento apresenta diferentes níveis e estágios de uma organização ascendente (Beiser, 2003, p. 142-143). Para os românticos, a autoconsciência é apenas o grande propósito da Natureza, o mais alto desenvolvimento, a mais plena organização alcançada por ela em sua escala ascendente e o motivo pelo qual tudo existe (Beiser, 2003, p. 145). Tudo na Natureza é um fim em si, tudo é reciprocamente meio e fim. Sendo assim, cada componente da Natureza é um instrumento para o desenvolvimento do todo, e este também o é para o desenvolvimento de cada parte (Beiser, 2003, p. 146). Cada termo se torna o que é pelo outro, e o conceito central do organicismo é o de unidade da Natureza (Beiser, 2003, p. 148-149). De fato, o Todo foi a grande temática do Romantismo alemão, e tanto na Arte quanto na Ciência exigiu-se a fusão

³² No original: “*There is no distinction of kind, but only one of degree, between the mental and physical. The mind and body are no longer heterogeneous substances, but are only different levels of organization and development of the single living force throughout nature*”.

com uma unidade superior, a explicação das coisas a partir de um princípio básico primário (Bornheim, 1978).

Do exposto, cumpre destacar a transposição da concepção organicista, originária das Ciências Biológicas, para outros domínios epistemológicos, desde as Ciências da Natureza até às Ciências Humanas, como aponta Gusdorf (1993[1982], p. 421, grifos do original): “O organismo define um modelo epistemológico passível de aplicação em todos as áreas do conhecimento; ele permite um número infinito de variações subordinadas ao tema geral, como *metamorfoses* que preservam a analogia fundamental do protótipo comum”.³³ Dada a forte presença do espírito científico do Romantismo nas Universidades, em cujos espaços o Romantismo deixou marcas profundas, o organicismo transformou-se no protótipo de inteligibilidade, que deixou de inspirar-se nas fórmulas geométricas cartesianas e passou a assentar-se sobre um dinamismo fluído, uma “transformação contínua do desenvolvimento vital consoante o eixo do crescimento e da degenerescência. O tema do organismo, em todos os níveis da realidade, modela uma compreensão flexível dos fenômenos, imitando a presença latente da vida” (Gusdorf, 1993[1982], p. 425).³⁴

A noção de organismo propõe um esquema vitalista de crescimento cujo dinamismo progride do nascimento à morte, mantendo entre os elementos que [o organismo] reúne a solidariedade íntima de um plano de organização, subordinando os mecanismos ao governo da finalidade (Gusdorf, 1993[1982], p 422).³⁵

Como faz notar o físico, filósofo e teólogo alemão Franz Xaver von Baader (1765–1841): “O conceito de sistema se confunde com o de organismo ou vida. [...] Todas as partes de um conhecimento sistemático são, conseqüentemente (como todo membro de um organismo), um todo, um círculo que se fecha sobre si” (citado por Gusdorf, 193[1982], p. 424).³⁶ A totalidade abrange a si própria, diz Gusdorf

³³ No original: “L’organisme définit un modèle épistémologique applicable à tous les domaines de la connaissance; il autorise la possibilité de variations de nombre indéfini sur le thème général, comme autant de métamorphoses conservant l’analogie fondamentale du prototype commun”.

³⁴ No original: “Métamorphose continue du devenir vital selon l’axe de la croissance et de la dégénérescence. Le thème de l’organisme, à tous les niveaux de la réalité, modèle une compréhension souple des phénomènes, à l’imitation de la présence latente de la vie”.

³⁵ No original: “L’idée d’organisme propose un schéma vitaliste de croissance dont le dynamisme progresse de la naissance à la mort, en maintenant entre les éléments qu’il assemble la solidarité intime d’un plan d’organisation, subordonnant les mécanismes au gouvernement de la finalité”.

³⁶ No original: “Le concept de système se confond avec le concept d’organisme ou de vie. [...] Toute partie d’une connaissance systématique est par suite (comme tout membre d’un organisme) un tout, un cercle qui se ferme sur lui-même”.

(1993[1982], p. 424-425), e cada uma de suas partes, e em cada um de seus momentos, inclui, em potência, o Todo, pois “o Universo, organismo imenso, absorve os organismos particulares, solidários ou interligados entre si, comungando com a unidade transempírica da vida divina” (Gusdorf, 1993[1982], p. 421).³⁷ Esse todo orgânico, que constitui o sistema da Natureza, é passível de ter a sua economia interna analisada em cadeias intermediárias bastante numerosas, e essa análise estaria a cargo da pesquisa experimental. Afinal, as Ciências da Natureza, para Schelling, eram ciências necessariamente experimentais, e o conhecimento só é possível pelo intermédio da experiência (Gusdorf, 1993[1982], p. 345-346).

Acrescente-se a isso a transformação substancial ocorrida na concepção de História dos homens oitocentistas em relação à visão francesa e iluminista do século XVIII, o que Koyré (2011[1944], p. 105) atribui ao fato de os homens setecentistas, diferentemente dos homens românticos, não nutrirem qualquer sentimento nostálgico pelo passado. “Muito pelo contrário: seus olhares estavam voltados para o futuro”, diz Koyré (2011[1944], p. 105).

O pensamento romântico (e todo historicismo é mais ou menos herdeiro do pensamento romântico), pensamento “vegetativo” [...], opera de muito bom grado com categorias, ou, melhor, com imagens organicistas e principalmente botânicas. Fala-se de desenvolvimento, de crescimento, de raízes; opõem-se as instituições formadas “por crescimento natural” (*natürlich gewachsen*) às que são “artificialmente fabricadas” (*künstlich gemacht*), ou seja, opõe-se a ação inconsciente e instintiva das sociedades humanas à sua ação consciente e deliberada (Koyré, 2011[1944], p. 105).

Como bem observa Koyré (2011[1944], p. 105), a atitude romântica em relação ao processo histórico atribui a este um desenvolvimento quase autônomo e vê o homem não como um agente, mas como “um produto da evolução histórica e de suas forças impessoais e transpessoais”. Essa atitude quanto ao passado que se estabelece no pensamento romântico e prega a preponderância do pretérito em relação ao presente não implica, necessariamente, fixidez: “O crescimento não é imobilidade, a árvore não é a raiz e a flor não é o botão”, diz Koyré (2011[1944], p. 105-106). A ideia de passado, entre os românticos, admite a realização do passado no presente, na medida em que “o crescimento vegetal é um processo *lento*, e um processo que, na fase nova, muito

³⁷ No original: “*L’univers, organisme immense, absorbe les organismes particuliers, solidaires les uns des autres, ou emboîtés les uns dans les autres, communiant dans l’unité transempirique de la vie divine*”.

frequentemente conserva a fase anterior” (Koyré, 2011[1944], p. 106, grifos do original). Essa presença do passado no presente, um passado que se prolonga para o futuro, contrasta com a concepção de história do Iluminismo, que pregou a insurreição contra o passado e as suas forças que impediam o progresso. À depreciação do passado “incivilizado”, cujos séculos anteriores não constituíam senão etapas para uma vida superior, no presente e no futuro, subjazia a crença no progresso típica do Iluminismo (Berlin, 1982, p. 169; Koyré, 2011[1944], p. 106).

Sensíveis ao passado, os românticos começaram a simpatizar-se pelo estudo histórico, realizando investigações sobre épocas ignoradas ou difamadas pelos iluministas franceses, a exemplo da Idade Média. A substituição do ceticismo racionalista por um olhar mais simpatizado pelo Cristianismo conduziu-os à idealização do Medieval (Rupke, 1990), período em que acreditavam encontrar o espírito nacional imaculado, sem quaisquer influências externas, crença essa claramente devida a Herder, que concebia as nações como organismos dotadas de um espírito que se desenvolve no tempo sem alterar-se em sua essência, conforme previamente referido. A esse gesto, subjazem ainda ideais nacionalistas, mas, igualmente, o descontentamento do Romantismo com a realidade circundante, o qual o conduziu ao anseio por evasão no tempo e no espaço. No primeiro caso, o Medieval transformou-se na principal rota de fuga dos românticos; no segundo, o Oriente foi particularmente enfatizado (Aguiar e Silva, 1976). Ambos, por sua vez, resultantes do sentimento nostálgico de busca por integração com o Universo Infinito, por um desejo de unidade e síntese e superação da fragmentação — que ultrapassa largamente os anseios políticos dos alemães —, que, em última instância, conduziu-os ao reconhecimento de que o Paraíso se perdera para todo o sempre, mas a cuja busca nunca se renunciou de fato (Rosenfeld; Guinsburg, 1978; Berlin, 2015[1999]). Como bem o anunciava Novalis, “buscamos em todo lugar o Absoluto e encontramos apenas as coisas” (citado por Gusdorf, 1993[1982], p. 347).

A título de síntese, as palavras de Berlin (2015[1999]) são pertinentes:

Quando perguntaram a Novalis para onde ele estava se voltando, qual era o sentido básico de sua arte, ele disse: “Estou sempre indo para casa, sempre para a casa de meu pai”. Foi, em certo sentido, uma observação religiosa, mas ele também queria dizer que todas as tentativas de buscar o exótico, o estranho, o estrangeiro, o inusitado, todas essas tentativas de emergir do contexto empírico da vida cotidiana, como escrever histórias fantásticas com transformações e transmutações de um tipo peculiar, tentativas de escrever histórias simbólicas ou alegóricas ou que contêm todo tipo de

referências místicas e veladas, imagens esotéricas de um tipo muito peculiar que preocupam os críticos há anos — tudo isso são tentativas de voltar, de voltar para casa, rumo àquilo que está puxando e atraindo, a famosa *Sehnsucht* [Nostalgia] infinita dos românticos, a busca da flor azul, como chamou Novalis. A busca da flor azul é uma tentativa de absorver o infinito em mim mesmo, de tornar-me um só com ele ou então de dissolver-me nele (Berlin, 2015[1999], p. 160).

O fascínio dos românticos pela História, bem como a sua concepção de que a História se faz realidade, conduziu-os ao desenvolvimento de uma série de estudos, entre os quais o da Filologia Histórica, como nota Eichner (1982, p. 16). De fato, Morpurgo Davies (1998, p. 83) argumenta que essas duas “tendências” (*i.e.*, o historicismo e o organicismo) predominaram no ambiente intelectual romântico e em muitos campos. Testemunha a relevância que o historicismo adquiriu a compreensão de Savigny, para quem a história não mais constituía apenas um acúmulo de fatos ordenados, mas a única maneira de explicar e conhecer “nós mesmos” (Morpurgo Davies, 1998, p. 83). Como nota Guinsburg (1978), o discurso histórico deixou de ser meramente descritivo para tornar-se interpretativo. As civilizações e os seus sucessivos períodos, então, passaram a ser estudados como partes conexas de um desenvolvimento (Rupke, 1990). Nessa esfera, registre-se o prestígio que adquiriu a expressão “orgânico”, contraposta a “mecânico” — esta última passando a experimentar rejeição pela *intelligentia* alemã. Conforme observa Morpurgo Davies (1998), ainda que o uso de “orgânico” por diversos autores, ou até por um mesmo autor, nem sempre tivesse uma acepção única, é possível destacar algumas ideias subjacentes às suas aplicações na reflexão linguística. No âmbito desta, Friedrich Schlegel empregara o termo em 1808 na sua obra *Über die Sprache und Weisheit der Indier*, embora não o fizesse indiscriminadamente. Muito pelo contrário: Schlegel empregou-o em referência a um grupo específico de línguas cuja flexão não se realizava por meio da aglutinação de afixos, mas por meio de um desenvolvimento “orgânico” das raízes (Morpurgo Davies, 1998, p. 86).

Em um sentido mais ampliado, Morpurgo Davies (1998, p. 86-87) observa três acepções recorrentes subjacentes ao termo “orgânico” em matéria de linguagem: (I) a ideia de que a língua, assim como a arte, a religião e a cultura, constitui uma expressão orgânica de um povo ou de uma nação; (II) a concepção, manifesta por Humboldt, de que é preciso enfatizar o organismo enquanto tal, as suas partes e as suas dependências mútuas. Dessa forma, torna-se impossível estudar um elemento isolado sem ter em

consideração o todo da língua; e (III) a língua, enquanto um organismo, é dotada de um desenvolvimento autônomo. Desenvolvimento esse que obedece a leis internas e, portanto, produz uma história própria. Tal concepção, no entendimento da autora, permitiu o desenvolvimento da Linguística como uma disciplina autônoma, na medida em que, dotada de uma história própria, a língua também é passível de ser estudada em si mesma e por si mesma, conforme o pretendia Bopp, o fundador da Gramática Comparada, e como o afirma Grimm (1859[1851]).

Nas páginas acima, discuti a concepção romântica do Universo como um Organismo, com vistas a demonstrar o desejo de síntese que paira no ambiente intelectual do Romantismo, precisamente de síntese com o Todo — a qual tem desdobramentos mítico-religiosos. Ressalte-se, desde agora, que a concepção organicista dos Universo confere aos objetos naturais uma organização interna que rejeita influências exteriores à geração, ao funcionamento e à organização do ser então sob consideração. Admite-se, portanto, a existência de um “princípio vital” unido aos processos físico-químicos, desfazendo-se uma oposição entre mecanicismo e finalismo. Essa concepção organicista do Universo desdobra-se em um historicismo, na medida em que, como aponta Koyré (2011[1944]), o desenvolvimento de um organismo é um processo que se realiza no curso do tempo. Como tive a oportunidade de ressaltar, esses princípios, surgidos no domínio das Ciências Naturais, expandem-se para outros campos, tornando-se um modelo epistemológico cujos desdobramentos são variados.

PARTE II
O ECO, A LÍNGUA, A CIÊNCIA

4 A CIÊNCIA COMO UMA QUESTÃO

A concepção do senso comum a respeito da ciência pode ser assim sintetizada:

Conhecimento científico é conhecimento provado. As teorias científicas são derivadas de maneira rigorosa da obtenção dos dados da experiência adquiridos por observação e experimento. A ciência é baseada no que podemos ver, ouvir, tocar etc. Opiniões ou preferências pessoais e suposições especulativas não têm lugar na ciência. A ciência é objetiva. O conhecimento científico é conhecimento confiável porque é conhecimento provado objetivamente (Chalmers, 1993[1983], p. 22).

A afirmação de Chalmers (1993[1983]) justifica, em partes, a defesa por parte dos praticantes de uma área de que aquilo que fazem merece o rótulo de *científico*. Como bem observa o filósofo britânico, a ciência é altamente estimada, seja no mundo acadêmico ou no cotidiano, e a atribuição desse rótulo a uma prática confere-lhe certa autoridade. Enquanto prática, a Linguística não consegue escapar a essa associação simplista. A respeito da definição de Linguística como “o estudo científico da língua(gem)”, Lyons (1987) pertinentemente questiona os significados de “língua(gem)” e “científico” em uma definição tão direta e objetiva quanto essa, presente em boa parte dos manuais que se dedicam a uma apresentação da Linguística. Mais adiante, o autor retoma essa questão, afirmando:

A Linguística é normalmente definida como ciência da linguagem, ou alternativamente, como estudo científico da linguagem. O próprio fato de que há uma seção neste livro e em outras introduções à Linguística explicitamente dedicada à discussão do *status* científico desta disciplina não deve deixar de ser comentado. Afinal, disciplinas cujo *status* científico é inquestionável — a Física, a Química, a Biologia etc. — não têm necessidade de justificar sua reivindicação de se chamar ciência. Por que deveria a Linguística preocupar-se tanto em defender a validade de seu título? E por que, ao defender suas credenciais científicas, o linguista tantas vezes dá a impressão de protestar em demasia? O leitor tem todo o direito de levantar suspeita (Lyons, 1987, p. 45).

Suspeita essa ainda mais acentuada, sobretudo, quando se tem, pelo menos desde o século XVIII, um *topos* que associa a cientificidade de uma disciplina à matematização característica da Física, introduzido pela figura de Kant, para quem a Física só se teria transformado em científica a partir da Revolução Galileana (Auroux, 2012, p. 15).

Milner (2021[1995]) igualmente ressalta o desejo da Linguística de ser uma ciência, desejo esse para além do qual ela não possui qualquer *status*. E esse termo, *ciência*, bem faz notar Milner (2021[1995], p. 15) que “não se reveste de nenhuma evidência”. Para o autor, questionar o porquê de a questão da ciência interessar à Linguística é uma tarefa que deve ser feita, sobretudo se considerarmos o fato de que nenhuma ciência se preocupou tanto com proposições sobre os seus métodos, a natureza de seus raciocínios e os seus dados como a Linguística. Diz o autor: “[...] a Linguística, como disciplina, se revela fortemente preocupada com uma epistemologia” (Milner, 2021[1995], p. 15), e é à epistemologia que compete definir o conteúdo do termo ciência.

Haja visto a referida associação entre o *matemático* e o *científico*, é preciso, pois, questionar o que há de *matematização* em Linguística. Nesse domínio, o americano Noam Chomsky foi quem explicitamente reivindicou para a Linguística o “estilo galileano”. No entanto, Milner (1996) faz notar que não só a Linguística de Chomsky e a Linguística estrutural são passíveis de apresentarem-se como uma matematização. Nesse quesito, a Gramática Comparada oitocentista detém o pioneirismo, se “considerada no que tem de incisivo”, diz Milner (1996, p. 79). Considerando que essa é uma disciplina que se desenvolve em meio ao ápice do Romantismo alemão, não é irrelevante questionar se o Romantismo terá fornecido algum contributo para o encaminhamento da Gramática Comparada rumo aos princípios de uma Ciência Moderna.

4.1 UMA CIÊNCIA MODERNA

Em geral, o termo “moderno” tem algum sentido?
—Koyré (1991[1930], p. 15).

Talvez cause algum espanto a questão de Koyré (1991[1930]), que, no entanto, é bastante pertinente, sobretudo quando se afirma nos manuais de Linguística a fundação de uma Linguística Moderna, sem que se precise em que termos *moderno* é compreendido. Uma resposta, fornecida pelo próprio Koyré (1991[1930], p. 15), pode ser a seguinte: “Somos sempre modernos, em qualquer época, quando pensamos mais ou menos como nossos contemporâneos e de modo um pouco diferente do dos nossos mestres”. Quando aplicada à ciência, no entanto, a coisa muda de roupagem. Modernidade e matematização se aproximam, de modo que, como expõe Milner (2021[1995], p. 27), uma dita Ciência Moderna constitui uma configuração discursiva que, desde Koyré, caracteriza-se por dois traços extrínsecos: (I) a matematização do empírico e (II) a constituição de uma relação teoria-técnica, consistindo a técnica na aplicação prática da teoria, e a ciência, na teoria da técnica. E a modernidade científica deve-se precisamente à Revolução Científica do século XVII, época em que ocorreram duas transformações substanciais: (I) “a destruição do Cosmos, isto é, a substituição do mundo finito e hierarquicamente ordenado de Aristóteles e da Idade Média por um Universo infinito, ligado pela identidade de seus elementos componentes e pela uniformidade de suas leis”; e (II) “a geometrização do espaço, isto é, substituição do espaço concreto (conjunto de ‘lugares’) de Aristóteles pelo espaço abstrato da geometria euclidiana, daí por diante considerado como real” (Koyré, 2011[1954], p. 266).

Galileu Galilei (1564–1642) e René Descartes (1569–1650) foram as figuras responsáveis por “aplicar ao real as noções rígidas, exatas e precisas das matemáticas, e, em primeiro lugar, da geometria” (Koyré, 2011[1948], p. 352). “A mudança capital introduzida por Galileu, com outros matemáticos ‘platonizantes’, como Kepler, na ontologia científica, foi *identificar a substância do mundo real às entidades matemáticas contidas nas teorias utilizadas para descrever as aparências*”, como faz notar Crombie (citado por Koyré, 1991[1956], p. 75, grifos meus). Empreendimento esse “excessivamente paradoxal”, como bem observa Koyré (2011[1948]), afinal, tudo em nossa realidade circundante vai na contramão da matematização característica da Ciência Moderna. Em outras palavras, a realidade não é matemática tampouco

matematizável. “Entre a Matemática e a realidade física existe um abismo”, afirma Koyré (2011[1948], p. 352).

No domínio da língua, Milner (2012[1978]) notou que tal abismo também é observável. Afinal,

[...] tudo na experiência cotidiana vai na contramão de que, para objetos tão intimamente ligados à realidade como as palavras, seja possível construir uma escrita que justamente não deva nada a essa realidade (Milner, 2012[1978], p. 67).

E a *escrita* é, cá, fundamental. Conforme Milner (2012[1978]), essa foi uma empreitada muito recente, levada a cabo pela Gramática Comparada, e não, como se poderia supor, pelas gramáticas racionalistas. Afinal, estas não cumpriram o mínimo exigido, “a edificação de uma escrita” (Milner, 2012[1978], p. 31). Portanto, a ciência de que se está a falar é “aquela que, após Galileu, substitui o objeto por letras e símbolos a partir dos quais ela raciocina” (Milner, 2012[1978], p. 30). Afinal,

[...] toda ciência, de que a Linguística é apenas uma espécie, é construção de uma escrita e se define como ciência por só admitir a escrita do repetível. Isso implica que ela descarte tanto o que, da realidade, não é necessário à repetição do seu objeto quanto o que, por si só, não é repetível — o acidental, digamos —, bem como, por fim, o que poderia mascarar o que se repete naquilo que se repete — ou seja, as variações individuais (Milner, 2012[1978], p. 60-61).

Milner (2021[1995]) é incisivo em dizer que a Gramática Comparada anuncia os princípios de uma tal ciência.

Para que tal escrita fosse possível, era preciso que a Linguística se despojasse do real e de um exterior que parasita a palavra sob muitas formas desde a Era Clássica. Aqui, a questão que se coloca então é a da natureza da *língua* enquanto objeto de uma Linguística concebida como científica nos termos outrora descritos. Questão essa, como aponta Aurox (2012, p. 14-15), nada simples, visto que, “de um lado, ela toca uma diversidade de instrumentos matemáticos tal que impõe uma especialização ao pesquisador; de outro, a escolha de algum desses instrumentos parece depender de uma escolha metafísica que concerne à natureza do objeto de estudo”.

Se a Gramática Comparada, nascida ao bafejo do Romantismo alemão (Elia, 1978), apresenta uma configuração epistêmica de caráter moderno, é possível questionar

a influência do movimento romântico alemão sobre a “escolha metafísica” dos comparatistas no tocante ao tratamento matematizável que será conferido ao seu objeto, o que faço a partir da figura de Grimm e de seus estudos. Nas páginas a seguir, discuto essas influências com o intuito de verificar se o Romantismo alemão, considerado sob os aspectos que abordei anteriormente, teria contribuído para um olhar sobre a língua que a despojasse da realidade de modo a abrir a possibilidade de uma escrita matematizável no âmbito do comparatismo.

5 JACOB GRIMM: UM *HOMMO ROMANTICUS*

Quaisquer que sejam as divergências — e elas são grandes — entre os homens dos séculos XIII e XIV, comparemo-las a homens do século XVII, mesmo sendo estes últimos diferentes uns dos outros. Ver-se-á logo que eles pertencem a uma mesma família; sua “atitude” e sua “maneira de ser” são as mesmas. E essa maneira de ser e esse espírito são bem diferentes dos dos homens dos séculos XV e XVI. O *Zeitgeist* não é uma fantasia.
—Koyré (1991[1930], p. 16).

Como bem observa Gusdorf (1993[1982], p. 83), Jacob Ludwig Karl Grimm e o seu irmão, Wilhelm Karl Grimm, não foram estudiosos da Literatura — trabalho pelo qual são amplamente reconhecidos; os Grimm foram *savants*.³⁸ Termo muito justo para descrever a atitude dos irmãos que dedicaram as suas pesquisas à mitologia, às leis, à língua e à Literatura popular germânicas. Em realidade, o testemunho de Grimm é categórico: “Todas as minhas obras se relacionam com a minha pátria, de cujo solo brotam as suas forças” (citado por Gooch, 1913, p. 61).³⁹ Os Grimm são *savants* do mundo germânico, e a este dedicaram a fundação de um campo, a Germanística, previamente referida. É possível conjecturar, ainda que eu não possa nem objetive *demonstrá-lo* neste trabalho, que em todos os campos aos quais dedicou a sua investigação, os Grimm tenham exercido o espírito científico do Romantismo alemão. Afinal, “o *Zeitgeist* não é uma fantasia”, o que o torna, acima de tudo, um *homo romanticus*, testemunho por excelência do “abalo sísmico” tanto nos valores quanto nas verdades que atingiu a Europa oitocentista (Gusdorf, 1993[1984], p. 302). Vale lembrar as palavras de Koerner (2014[1987], p. 95) quanto ao fato de o início do século XIX testemunhar mais uma ruptura que uma continuidade com as doutrinas setecentistas, e o próprio movimento romântico alemão encarava a si como uma reação às Luzes.

Na obra linguística de Grimm, à qual se circunscreve este trabalho, é possível sentir os ecos do Romantismo alemão, ideológica e epistemologicamente. Ecos esses que têm a possibilidade de ressoar a partir de alguns acontecimentos históricos notáveis, advindos, em certa medida, da colonização europeia na América e no Oriente. Entre eles, um adquire importância capital no ambiente romântico: a “descoberta” do *sânscrito*, língua essa responsável por lançar uma luz sobre a língua alemã, “até então deixada no esquecimento”, como afirma o germanista (Grimm, 1859[1851], p. 9). Não

³⁸ A partir de agora, todas as ocorrências de “Grimm” referem-se à figura de Jacob. Qualquer menção à dupla será antecedida pelo artigo definido no plural.

³⁹ No original: “*All my works relate to the Fatherland, from whose soil they derive their strength*”.

menos importante é a problemática nova que é colocada por essa “descoberta” na História da Linguística. Consideremos esses dois aspectos.

A importância do sânscrito para a História da Linguística é incontestável, e foi assinalada por um número vasto de eminentes linguistas. Bréal (1882[1864]), Saussure (2012[1916]), Benveniste (1995[1963]) e Martinet (1986) — só para citar alguns nomes — assinalam-lhe o lugar no desenvolvimento dos estudos linguísticos, sobretudo considerando o nível “cognitivo” da Linguística. Robins (2004[1967], p. 102-106), por exemplo, chega a descrever a “descoberta” do sânscrito como “um dos mais significativos acontecimentos da História da Linguística” e a primeira de quatro rupturas que marcarão os rumos dos estudos linguísticos modernos. Cumpre registrar que esse acontecimento é mais uma “redescoberta” propriamente dita, afinal, o sânscrito era conhecido pela Europa pelo menos desde o Renascimento. O próprio Robins (2004[1967]) observa que as primeiras menções a esta língua datam do fim do século XVI, quando o mercador italiano Filippo Sasseti (1540–1588) mencionou as diversas semelhanças que encontrara entre palavras sânscritas e italianas. Semelhanças entre o sânscrito e outras línguas europeias foram igualmente assinaladas por B. Schulze e o missionário francês Gaston-Laurent Cœurdoux (1691–1779). Todos esses anúncios, por sua vez, não produziram grandes efeitos (Robins, 2004[1967]); nenhum conduziu a um estudo comparativo sistemático dessas línguas, como ocorreu na Alemanha anos mais tarde.⁴⁰

A situação é muito diferente quando Sir William Jones (1746–1794) revelou, em uma comunicação proferida à Royal Asiatic Society em 1786, em Calcutá, as semelhanças entre o grego, o latim, o sânscrito e as línguas germânicas, supondo-lhes uma origem comum. Disse Jones:

O sânscrito, sem levar em conta a sua antiguidade, possui uma estrutura maravilhosa: é mais perfeito que o grego, mais rico que o latim e mais extraordinariamente refinado que ambos. Mantém, todavia, com estas duas línguas tão grande afinidade, tanto nas raízes verbais quanto nas formas gramaticais, que não é possível tratar-se de um produto do acaso. É tão forte essa afinidade que qualquer filólogo

⁴⁰ É preciso considerar que fatores diversos concorrem para o não desenvolvimento desses estudos em épocas precedentes e para o seu surgimento no Oitocentos. Em primeiro lugar, deve-se ter em atenção a ampla compilação de dados de que dispunham os comparatistas aquando do começo de seus estudos. Eles foram particularmente beneficiados pela catalogação das diferentes línguas, em número cada vez mais crescente, por parte dos eruditos setecentistas (Auroux; Hordé, 1992). Grimm (1859[1851]) é um dos autores que explicitamente reconhecem a contribuição das ordens de Catarina II da Rússia (1729–1796) a respeito da organização de um dicionário poliglota para o estudo comparativo das línguas. Esses estudos, no entanto, visavam a, a partir das línguas, rastrear a história dos povos (Auroux; Hordé, 1992).

que examine o sânscrito, o grego e o latim não pode deixar de acreditar que os três provieram de uma fonte comum, a qual talvez não exista. Razão idêntica, embora menos evidente, há para supor que o gótico e o celta tiveram a mesma origem que o sânscrito (Jones, 1786, citado por Robins, 2004[1967], p. 107).

A repercussão da circulação do sânscrito na Europa oitocentista é dupla, especialmente em território alemão: por um lado, o sânscrito permite a formulação da hipótese de que o grego, o latim e as línguas germânicas pertencem a uma mesma família, o que, em uma época em que os alemães eram difamados pelos franceses, significava a possibilidade de sua afirmação junto aos europeus sem a necessidade de uma sujeição da cultura alemã à francesa, gesto esse de especial importância em um momento em que a valorização dos elementos nacionais estava relativamente estabelecida. Sobre o apreço de que se reveste o sânscrito no ambiente intelectual alemão do começo do Oitocentos no tocante a essa reintegração, Auroux, Bernard e Boulle (2000) afirmam que

o prestígio trazido por uma afinidade do alemão com o sânscrito, veículo de uma civilização e de uma sabedoria elevadas, seduziu muito os alemães. Permitiu-lhes redescobrir um fio de história que os libertaria do domínio cultural esmagador da língua latina e dos seus descendentes românicos (Auroux; Bernard; Boulle, 2000, p. 162).⁴¹

Trata-se, pois, como afirma Grimm (1859[1851]), de reestabelecer o alemão ao terceiro posto, junto ao grego e ao latim, que lhe pertence por direito. Por outro lado, abriu novas possibilidades para o estudo da língua, colocando a noção de parentesco das línguas no centro do debate, sobretudo no tocante aos métodos anteriormente empregados para o estudo destas (*cf.* Auroux, 2012).

Em Grimm (1859[1851], p. 9), encontram-se efetivamente os ecos dos dois traços a que me refiro, afinal, o germanista atribui ao sânscrito a renovação por que passaram os estudos linguísticos, não sem demonstrar o seu ressentimento pelo esquecimento do alemão pelos gramáticos gregos e latinos:

A perfeição e a ordem majestosa do sânscrito foram um convite ao estudo desta língua por direito próprio, que permitia também o acesso a uma poesia rica e antiga. Assim que a geleira se rompeu, assim que

⁴¹ No original: “*Le prestige d’une affinité de l’allemand avec le sanskrit, véhicule d’une haute civilisation de sagesse, avait de quoi séduire les Allemands. Elle leur permettait de retrouver un fil de l’histoire qui les libère de la domination culturelle écrasante de la langue latine et de ses descendantes romanes*”.

se descobriu a bússola que doravante guiaria aqueles que se aventurassem no oceano da língua, uma luz brilhante e inesperada foi lançada sobre o vasto domínio das línguas imediatamente aparentadas ao sânscrito, exibindo, ao olhar admirado do linguista, o espetáculo da história de todas essas línguas a desenrolar-se, em linhas distintas ou em traços mal delineados, com todo um cortejo de consequências imprevistas e frutuosas. Ao mesmo tempo, a atenção começou a centrar-se nas leis que regem o desenvolvimento histórico da nossa língua, que até então havia sido deixada em um incrível estado de esquecimento (Grimm, 1859[1851], p. 9).⁴²

No entanto, é de se duvidar que o sânscrito, *per se*, tenha permitido o desenvolvimento desses estudos. Como bem notam Auroux e Hordé (1992), o tratamento conferido ao dado não prescinde de uma posição teórica. Já referi que o conhecimento do sânscrito pelos europeus desde o Renascimento, e mesmo o das semelhanças de palavras sânscritas com palavras latinas e italianas, não fizeram emergir um estudo comparativo das línguas indo-europeias. Em meu entendimento, é o arranjo metafísico proporcionado pelo Romantismo, e muito especificamente pelo *organicismo* romântico enquanto cosmovisão, que permite uma tal reorientação, de modo que, da redescoberta do sânscrito, possam ser tiradas as consequências. Pois, como faz notar Koyré (1991[1953]; 1991[1956]) em referência muito específica à Física,

As grandes revoluções científicas do século XX, tanto quanto as do século XVII ou do século XIX, embora naturalmente assentadas na descoberta de fatos novos — ou na impossibilidade de verificá-los —, são fundamentalmente revoluções *teóricas*, cujo resultado não foi a melhoria da conexão entre elas e os “dados da experiência”, mas a aquisição de uma nova concepção da realidade profundamente subjacente àqueles “dados” (Koyré, 1991[1956], p. 77, grifos do original).

Assim, afirma ainda o autor,

[...] qualquer que seja a importância dos novos “fatos” descobertos e reunidos pelos *venatores*, a acumulação de certo número de fatos, isto é, uma pura coleção de dados da observação e da experiência não constitui uma ciência. Os “fatos” têm de ser ordenados, interpretados,

⁴² No original: “*La perfection et la majestueuse ordonnance du sanscrit invitèrent à étudier en elle-même cette langue, qui ouvrait d’ailleurs l’accès d’une riche et antique poésie. Dès que l’on eut rompu la glace, dès qu’on eut découvert la boussole qui devait dorénavant guider ceux qui s’aventureraient sur l’océan du langage, il se répandit sur le vaste domaine des idiomes immédiatement parents du sanscrit une lumière vive et inattendue qui fit apparaître à l’œil étonné du linguiste le spectacle de l’histoire de toute ces langues se déroulant, en lignes distinctes ou en traits à peine ébauchés, avec tout un cortège de conséquences imprévues et fécondes. On commença en même temps à se préoccuper de la recherche des lois du développement historique de notre langue, laissée jusqu’alors dans un incroyable oubli*”.

explicados. Em outras palavras, só quando é submetido a um tratamento teórico é que o conhecimento dos fatos se torna uma ciência (Koyré, 1991[1953], p. 272).

De fato, o que ocorre na virada do século, é, como apontam Auroux e Hordé (1992, p. 541), remetendo a Koyré, uma reorientação teórica que permite não só a descoberta de fatos desconhecidos, mas a interpretação dos fatos conhecidos. Para os autores, é a partir dessa reorientação teórica que são criadas as condições de se falar em parentesco e, muito especificamente, em *indo-europeu*, condições inexistentes antes do século XVIII. A relação que compreendo existir entre o organicismo romântico, segundo o qual os fenômenos são dotados de um desenvolvimento interno, estende-se para a língua por meio da redescoberta do sânscrito, que, suposto anterior às línguas clássicas e ao grupo germânico, constitui o “elo” a partir do qual se podem reestabelecer as relações entre as línguas e uma explicação que recorra não mais à História, mas à historicidade própria de que elas são constituídas. Visão bastante distinta da Era precedente, para a qual

quando duas línguas se assemelhavam, era preciso vincular ambas à língua absolutamente primitiva, ou então admitir que uma provinha da outra (mas o critério era externo, a língua mais derivada sendo muito simplesmente a que tivesse aparecido na história em data mais recente), ou ainda admitir permutas (devidas a acontecimentos extralinguísticos: invasão, comércio, imigração) (Foucault, 2007[1966], p. 404).

Doravante, essa referência externa desvanece-se. A ausência de registros entre esses povos, por sua vez, coloca uma problemática completamente distinta. Como diz Milner (2021[1995]),

Sem dúvidas, semelhanças entre o grego e o latim haviam sido observadas há muito tempo; no entanto, elas não eram um enigma, visto que as relações históricas e geográficas entre os povos falantes dessas línguas eram conhecidas. Em contrapartida, que possam existir semelhanças acentuadas entre o grego e o sânscrito, eis o que apresentava um problema novo e interessante. De resto, rapidamente ficou evidente que as semelhanças entre grego e latim não eram menos enigmáticas: retroativamente, revelou-se ter sempre existido um problema ali onde as culturas greco-latinas — depois humanistas — nada haviam percebido. Por essa razão, podemos dizer que o problema do indo-europeu é completamente moderno (Milner, 2021[1995], p. 108).

Na virada do século XVIII, institui-se uma transformação em termos de reflexão linguística que, apesar de dar-se lentamente, afeta a compreensão mesma do que é uma língua, a qual abre novas perspectivas para uma *ciência* Linguística. Conforme Foucault (2007[1966]),

o que estava em jogo nessa conjugação comparada não era mais o liame entre sílaba primitiva e sentido primeiro, era uma relação mais complexa entre as modificações do radical e as funções da gramática; descobria-se que em duas línguas diferentes havia uma relação constante entre uma série determinada de alterações formais e uma série determinada de funções gramaticais, de valores sintáticos ou de modificações sem sentido (Foucault, 2007[1966], p. 323).

Nessas condições intelectuais, Grimm produz a sua *Deutsch Grammatik*, que contará com quatro volumes, o primeiro tendo sido publicado em 1819. Em 1822, a segunda edição de sua obra trouxe uma descoberta que, nos dizeres de Auroux (2006), constituiu uma verdadeira revolução epistemológica. Essa descoberta merece ser destacada no quadro em que se realizou.

Primeiramente, destaquem-se os anos que Grimm passou junto ao Círculo Romântico de Heidelberg, o contato com a figura de Savigny e com os textos germânicos do Medievo à época de sua estadia de pesquisa em Paris, os quais certamente exerceram influências sobre o interesse de Grimm pela poesia germânica antiga e pela língua. Como previamente afirmado, a crítica de August Schlegel sobre a impossibilidade de se estudar a poesia sem bons conhecimentos gramaticais tiveram os seus efeitos sobre o jovem alemão. Collinge (2001) observa que o contato de Grimm com a poesia medieval dotou-o de bons conhecimentos sobre o sistema fonológico das línguas germânicas antigas, inclusive do gótico. Como faz notar Altman (2018, p. 170), estar em um determinado local em um determinado momento exerce contribuições para os rumos que tomam o conhecimento, e essa não é uma afirmação trivial. Afinal, a descoberta de Grimm é precisamente relevante na medida em que explicita um funcionamento que se tornará um princípio dos comparatistas. Há que se notar, conforme a tabela abaixo, que a descoberta de Grimm refere-se ao grupo germânico e a dois de seus estados.

Investigando as correspondências fônicas entre as línguas clássicas e o grupo germânico, Grimm (1880[1848]) estabelece nove correspondências, às quais chamou *equações* (“*Gleichungen*”):

Tabela 1 – Correspondências fônicas estabelecidas por Grimm.

<i>lat.</i>	B	P	F	G	C	H	D	T	(F)
<i>griech.</i>	B	P	F (PH)	G	K	CH	D	T	TH
<i>goth.</i>	P	F	B	K	H	G	T	TH	D
<i>ahd.</i>	F	B (V)	P	CH	H	K	Z	D	T

Fonte: Grimm (1880[1848], p. 275).

Conforme expõe a Tabela 1, Grimm notou que o gótico (*goth.*) comportava os fonemas *f*, *p*, *th* e *t* onde outras línguas da família indo-europeia invariavelmente comportavam, respectivamente, os fonemas *p*, *b*, *t* e *d*. Portanto, enquanto em gótico (*goth.*) se tinha “*fotos*”, em latim (*lat.*), em grego (*griech.*) e em sânscrito (*skr.*) havia “*pedis*”, “*podós*” e “*padas*”, respectivamente. Outros exemplos são encontrados na Tabela 2, abaixo:

Tabela 2 – Exemplos de correspondências fônicas estabelecidas por Grimm.

<i>skr.</i>	<i>pítar</i>	<i>prathamás</i>	<i>tri</i>
<i>lat.</i>	<i>pater</i>	<i>primus</i>	<i>tres</i>
<i>griech.</i>	<i>πατήρ (patér)</i>	<i>πρώτος (prótos)</i>	<i>τρεῖς (treís)</i>
<i>goth.</i>	<i>fader</i>	<i>fruma</i>	<i>þ(th)reis</i>

Fonte: Grimm (1880[1848], p. 275).

Para explicar a discrepância entre a forma gótica e as demais, o germanista formulou a hipótese de que a alteração fonética encontrada teria ocorrido em algum período remoto da língua germânica, de modo que as consoantes *aspirata* (*bh*, *dh*, *gh*),⁴³ *media* (*b*, *d*, *g*) e *tenuis* (*p*, *t*, *k*) do grupo indo-europeu passaram, respectivamente, a consoantes *media* (*b*, *d*, *g*), *tenuis* (*p*, *t*, *k*) e *aspirata* (*ph*, *th*, *kh*) no grupo germânico. Restringindo-se ao grupo germânico, do qual tomou dois estados para a comparação, o gótico (*goth.*) e o alto-alemão antigo (*a.h.d.*), Grimm percebeu que as consoantes *aspirata* do gótico (*f*, *th*, *h*) transformaram-se em *media* (*b*, *d*, *g*) no alto-alemão antigo; as consoantes *tenuis* (*p*, *t*, *k*) em gótico passaram a *aspirata* (*f*, *z*, *ch*) em alto-alemão antigo; enfim, as *media* (*b*, *d*, *g*) em gótico tornaram-se *tenuis* (*p*, *t*, *k*) em alto-alemão antigo.

⁴³ Grimm utilizou a terminologia grega de sua época.

Conforme constata Grimm (1880[1848], p. 275), a mutação obedece a uma “regra fixa” (“*feste Regel*”), qual seja, a de que as consoantes *media* passam a *tenuis* e posteriormente a *aspirata* e estas transformam-se em *media*, recomeçando-se o ciclo de transformações. Dessas observações, Grimm (1880[1848]) estabeleceu ainda a impossibilidade de existirem “saltos” entre as transformações, de modo que não seria possível às consoantes *tenuis* transformarem-se em *media*, e estas em *aspirata*, bem como as *aspirata* em *tenuis*. Para além de fixar o curso do desenvolvimento da língua, estabelece-se igualmente um ponto de restrição que diz respeito ao fonema mesmo: a impossibilidade de se passar de um a outro através de um salto, sem se seguir a lei previamente estabelecida. Há algo na língua que impõe uma ordem à sua estrutura. No entanto, a proximidade *demonstrada* entre o grupo germânico e as línguas clássicas não são isentas de repercussão no ambiente romântico.

Registre-se que, após a Era Napoleônica, as nações europeias buscaram recuperar a sua identidade. Collinge (2001, p. 1212) destaca particularmente o caso alemão, onde se desenvolveram pesquisas de cunho étnico, empírico e anti-apriorísticos, alimentadas pelo sentimento valorativo que se desenvolveu ante as descobertas demonstráveis, em detrimento de uma idealização, e aos aspectos naturais e nacionais. Não é difícil pressentir aí ecos românticos, caracterizados pela rejeição do universal e valorização do conterrâneo. Afinal, Grimm foi particularmente influenciado pelas crenças de seu professor, Savigny, com quem teve contato durante a sua participação no Círculo de Heidelber. Em seus estudos jurídicos, Savigny disseminou a crença de que as leis de um povo constituem uma expressão do espírito nacional, este último, ele próprio, desenvolvido no decorrer de anos. A crença de que é somente através da compreensão do caráter de um povo que se pode conhecer as suas instituições, as suas ciências e Literatura, juntamente com o projeto de resgate da consciência nacional, conduziu Grimm aos seus estudos sobre a língua e a Literatura germânicas (Collinge, 2001). Exemplificam-no os materiais de que se serviu para a sua investigação linguística, constituídos por textos jurídicos antigos, sagas, textos mitológicos e literários alemães. Grimm recolheu os dados linguísticos fornecidos por esses materiais, os quais apresentavam evidências do desenvolvimento de vários estágios das línguas germânicas (Cherubim, 1985, p. 679). Igualmente, registre-se a crença romântica de que a essência de algo deveria ser buscada no passado longínquo (Schmitter, 2000), e o fato de o trabalho de Grimm ter sido essencialmente *histórico*:

“A partir de formas mais antigas, ele traçou um percurso para os seus correspondentes posteriores” (Collinge, 2001, p. 1215).

No entanto, é preciso registrar o interesse de Grimm em investigar os modos pelos quais as experiências históricas dos povos deixavam impressas marcas formais nas estruturas linguísticas (Cherubim, 1985, p. 680). Nada mais paradoxal para um tratamento matematizado do objeto, conforme o demanda a Ciência Moderna, que tal recorrência a *qualia* pudesse abrir uma via para um tratamento formal da língua. De fato, um dos traços mais importantes do Romantismo alemão, e que julgo contribuir para a abertura de um tratamento formal da língua, é justamente este: rejeitando a concepção clássica do mundo, o seu universalismo, a permanência de suas leis, o Universo romântico, em última instância orgânico, lança um olhar cada vez mais *interiorizado* para tudo aquilo quanto o constitui objeto de seu interesse (os povos, as nações, a Literatura, a língua) e, com isso, permite que se despoje a língua de algo que lhe seja exterior, mas que, no ambiente do qual emerge, ainda a atravessa como sendo constitutivo de sua natureza mais íntima. A relação que Grimm buscou entre as estruturas linguísticas e a experiência dos povos é flagrante na explanação que fornece para a sua lei de mudança consonantal (*Lautverschiebung*):

De certo ponto de vista, a mutação fonética parece-me uma característica de horror e repulsão à civilização, que outros povos mais pacíficos evitaram, mas que está relacionada ao violento progresso dos povos germânicos rumo à liberdade e à sua luta por ela, o que marcou o início da Idade Média e acarretaria a transformação da Europa, avançando rumo aos sons mais íntimos de sua língua (Grimm, 1880[1848], p. 292).⁴⁴

Não preciso me estender quanto à influência do Romantismo presente nessa passagem, em que se aliam o espírito do povo rumo à liberdade e a rejeição à civilização, que culminaria com a língua alemã a “seguir a sua própria história”, para além do explícito vínculo estabelecido entre a mutação consonantal e a queda do Império Romano do Ocidente realizada pela conquista de Roma pelos povos germânicos em 476 da Era Cristã. Essa relação, que me parece estar associada à anexação de diferentes povos ao Império, estabelece com a língua uma tal reciprocidade, visto que a mutação consonantal das línguas germânicas constituem o

⁴⁴ No original: “*Ja in gewissem betracht erscheint mir das lautverschieben als eine barbarei und Verwilderung, der sich andere ruhigere Völker enthielten, die aber mit dem gewaltigen das mittelalter eröffnenden vorschritt und freiheitsdrang der Deutschen zusammenhängt, von welchen Europas Umgestaltung ausgehn sollte, bis in die innersten laute ihrer spräche strebten sie vorwärts [sic]*”.

ponto em que “a língua alemã afasta-se das outras e segue o seu próprio caminho; de fato, onde cria uma diferença essencial mesmo em suas próprias origens”.⁴⁵ Note-se que o registro mais antigo que se tem da língua germânica é o justamente o gótico, a partir de uma tradução da *Bíblia* realizada por Úlfilas (c. 311–383), que viveu no Império Romano (Câmara Jr., 2021[1975]). Dessas considerações, apreende-se o ideal herderiano de que na linguagem reflete-se o desenvolvimento histórico dos povos, constituindo-se a língua a sua manifestação por excelência.

Se, de dentro do quadro em que se realizou, a descoberta de Grimm evoca as influências românticas sobre o seu trabalho, ela anuncia um outro alcance, constituindo a base sobre a qual o programa de investigação comparatista constitui os seus princípios. Os princípios decorrentes da mutação fônica regular são os seguintes: a unidade mínima da mudança é o *fonema*, e não mais a *palavra*; a sua realização se dá em todas as ocorrências do fonema, desde que obedecidas certas restrições contextuais; a transformação é restrita a uma língua específica ou a um grupo de línguas, como é o caso do grupo germânico (Auroux, 2006, p. 81-82). Esses princípios resultaram na recusa e na restrição, no âmbito do comparatismo, dos métodos empregados pela etimologia global. Esta, à Court de Gébelin (1725–1784), possuía como unidade de base a palavra; a transformação fonética contingente era admitida, mas no âmbito do mesmo órgão de articulação (*e.g.*, substituição de uma labial por outra) (Auroux, 2006; 2012).

Para Auroux (2009), a descoberta de Grimm representou uma profunda reorientação do ponto de vista, que, conforme o entendo, acompanha o profundo abalo no modo de ser da linguagem a que refere Foucault (2007[1966]) e que só se deu tardiamente. Para Foucault (2007[1966]), há razões para esse atraso:

É que, durante toda a Idade Clássica, a linguagem foi posta e refletida como discurso, isto é, como análise espontânea da representação [...]. Para que a ciência da linguagem sofresse modificações tão importantes, foram necessários acontecimentos mais profundos, capazes de mudar, na cultura ocidental, até mesmo o ser das representações (Foucault, 2007[1966], p. 320).

Prossegue o autor:

Até o começo do século XIX, as análises da linguagem só manifestam ainda poucas mudanças. As palavras são sempre interrogadas a partir

⁴⁵ No original: “Die deutsche Sprache von den andern abtritt und für sich geht, ja wo sie selbst unter ihren eignen stämmen wesentlichen unterschied gründet [sic]”.

de seus valores representativos, como elementos virtuais do discurso que lhes prescreve a todas um mesmo modo de ser. [...] Na Gramática Geral sob sua forma mais pura, todas as palavras de uma língua eram portadoras de uma significação mais ou menos oculta, mais ou menos derivada, mas cuja primitiva razão de ser residia em uma designação inicial. Toda língua, por mais complexa que fosse, achava-se situada na abertura, disposta de uma vez por todas, pelos gritos arcaicos. As semelhanças laterais com outras línguas — sonoridades vizinhas recobrando significações análogas — só eram observadas e coligidas para confirmar a relação vertical de cada uma com esses valores profundos, encobertos, quase mudos (Foucault, 2007[1966], p. 321).

Ainda que um deslocamento discreto houvesse sido operado no último quartel do século XVIII, em que a comparação “não mais permite saber o que cada uma pode comportar de memória ancestral”, mas, antes, traçar-lhes até que ponto as línguas se assemelham, quais os limites de sua transparências umas às outras, ainda assim “essas comparações fazem-se ainda exclusivamente a partir dos conteúdos representativos; confronta-se um mesmo núcleo de significação — que serve de invariante — com as palavras pelas quais as diversas línguas podem designá-lo” (Foucault, 2007[1966], p. 321).

A partir daí, é possível observar a reorientação a que me referi a partir de Auroux (2009), mais acima. Detendo-me exclusivamente às investigações de Grimm, quando elevada ao estatuto de *lei*, constituindo o protótipo do que se convencionou chamar de *lei fonética*,⁴⁶ as consequências ultrapassam o quadro teórico e ideológico de sua emersão: doravante, a língua recebe um tratamento *sistemático*: as transformações independem da *significação* das palavras; as suas causas são internas às relações entre os fonemas. É a natureza da língua que se pode colocar sob questão. Como argumenta Auroux (1996),

o conceito de leis fonéticas supõe uma transformação ontológica: as realidades afetadas pela mudança não são as palavras, mas unidades menores, aquilo que Grimm chamou de “letras” e que nós chamamos de fonemas. Podemos, portanto, tentar contestá-la buscando demonstrar que a mudança afeta as palavras; empiricamente, as tentativas que seguiram essa direção falharam. Podemos também admitir essa transformação ontológica e considerar que a realidade da língua [...] são as suas entidades, os fonemas. A mudança fonética diz

⁴⁶ A noção de lei fonética será formulada pelos Neogramáticos, sobretudo após a descoberta de Verner das razões por trás das exceções da descoberta de Grimm, as quais o próprio Grimm constatou. A lei de Verner, conforme ficou conhecida a sua descoberta, estabelece que as exceções se devem à posição do acento na sílaba primitiva (Robins, 2004[1967]), reforçando-se as relações sistemáticas entre os fonemas e a regularidade matemática da transformação.

respeito à passagem de um sistema fonológico a outro (Auroux, 1996, p. 306).⁴⁷

Transformação ontológica essa *já manifesta* na obra de seus realizadores, como Grimm — mesmo que o seu alcance não tenha necessariamente sido compreendido por aqueles que a produziram. Quando Grimm (1848), ao estabelecer a transformação como obedecendo a uma “regra fixa”, depara-se com o *lat. calidus* e o *goth. kalds*, que, à primeira vista, são bastante semelhantes, o autor pondera:

Comparativamente, o *lat. calidus* e o *goth. kalds* são bastante semelhantes para se corresponderem, o que, inclusive, é demonstrado pelos seus significados diferentes e até opostos. Assim, de acordo com a quarta equação, o *lat. gelidus* corresponde a *kalds*, e para *calidus*, de acordo com a quinta equação, esperar-se-ia em *goth. halds* ou *halts*. *Halts* é de fato encontrado, mas corresponde ao *lat. claudus* (Grimm, 1880[1848], p. 291).⁴⁸

Apesar de referir-se ao *significado* das formas *calidus* e *kalds* para expor a impossibilidade de se lhes estabelecer uma relação de correspondência, o que se sobressai como uma *evidência* da ausência de relação é a regra de correspondências previamente estabelecida, em que *lat. g = goth. k* (cf. Tabela 1). Independentemente do aspecto significativo da unidade, daquilo que queiram comunicar, estabelece-se, para a língua, *regras* que não dizem respeito às suas funções comunicativas, mas ao funcionamento mesmo a que se acha sujeita no curso do tempo, sem qualquer relação com a sua função designativa. Nos termos de Foucault (2007[1966], p. 387): “Certamente, ela [a palavra] não deixa de ter um sentido e de poder ‘representar’ alguma coisa no espírito de quem a utiliza ou a escuta; esse papel, porém, não é mais constitutivo da palavra no seu ser mesmo, na sua arquitetura essencial [...]”. Isso contrasta demasiado com a tradição clássica, que assentava as suas análises em princípios herdados das Gramáticas Gerais, segundo os quais teria existido uma língua

⁴⁷ No original: “La conception des lois phonétiques suppose un chagement d’ontologie: les réalités sur lesquelles agit le chagement son non pas les mots, mais des unités plus petites, ce que Grimm nommait des ‘lettres’ et que nous appelons phonèmes. On peut donc essayer de la contester en cherchant à montrer que le chagement affect les mots; empiriquement, les tentatives allant dans cette direction se sont soldées par des échecs. On peut aussi admettre ce changement d’ontologie et considérer que la réalité d’une langue (pour le point qui nous concerne) ce sont ces entités, les phonèmes. Le changement phonétique concerne le passage d’un système phonologique à un autre”.

⁴⁸ No original: “Das lat. calidus und goth. kalds sind einander allzugleich, um verwandt zu scheinen, was auch ihre abweichende sogar entgegengesetzte bedeutung zeigt, lautverschoben gehört also zu kalds nach der vierten gleichung lat. gelidus, und für calidus wäre nach fünfter ein uns abgehendes goth. halds oderhalts zu gewarten, halts findet sich wirklich, entspricht aber dem lat. claudus [sic]”.

primitiva e comum fornecedora de um lote inicial de raízes e que recorriam a existência de acontecimentos históricos, *estranhos à língua*, “e que, do exterior, a vergam, gastam-na, apuram-na, agilizam-na, multiplicam ou misturam suas formas (invasões, migrações, progressos dos conhecimentos, liberdade ou escravidão política)” (Foucault, 2007[1966], p. 322). Com esse novo olhar, entra-se, pois, nos termos de Foucault (2007[1966]), na dimensão do *gramatical puro*, em que

a linguagem não é mais constituída somente de representações e de sons que, por sua vez, representam o pensamento; é, ademais, constituída de elementos formais, agrupados em sistema, e que impõem ao som, às sílabas, às raízes, um regime que não é o da representação. Introduce-se assim na análise da linguagem um elemento que lhe é irreduzível (Foucault, 2007[1966], p. 324).

Conseqüentemente,

Doravante, porém, há um “mecanismo” interior das línguas que determina não só a individualidade de cada uma, mas também suas semelhanças com as outras: é ele que, portador de identidade e de diferença, signo de vizinhança, marca do parentesco, vai tornar-se suporte da história. Por ele, a historicidade poderá introduzir-se na espessura própria da palavra (Foucault, 2007[1966], p. 325).

Epistemologicamente, abre-se a possibilidade de constituição de uma ciência que tome por objeto *formas linguísticas* sem atenção àquilo que elas eventualmente possam designar. Como faz notar Foucault (2007[1966]), o objeto de comparação nas línguas deixa de ser o par formado por um grupo de letras e um sentido e passa a ser conjuntos de modificações de valor gramatical.

As línguas são confrontadas não mais por aquilo que as palavras designam, mas pelo que as liga umas às outras; elas vão agora comunicar-se, não por intermédio desse pensamento anônimo e geral que devem representar, mas diretamente, uma com a outra, graças a esses finos instrumentos de aparência tão frágil, mas tão constantes, tão irreduzíveis, que dispõem as palavras umas em relação às outras (Foucault, 2007[1966], p. 324-325).

A Gramática Comparada, em sua forma “acabada”, como diz Milner (2021[1995], p. 110), elegeu justamente as correspondências fônicas como objeto de investigação. Estágio em que está autorizada a conferir um tratamento *formal e literal*

ao seu objeto, através de uma “manipulação cega” das entidades, sem conceder qualquer importância, para o manejo, àquilo que eventualmente designem.

Constatamos, entre certas línguas, semelhanças que não se deixam explicar nem pela geografia (porque essas línguas são muito distantes), nem pela história (porque faltam informações), nem por eventuais propriedades gerais do espírito humano (porque as semelhanças pertinentes concernem à forma fonética e não a semantismos), nem por restrições fisiológicas que influenciam a articulação ou a acústica (Milner, 2021[1995], p. 108).

Constatações essas que, por sua vez, implicadas nos princípios de uma ciência como a Gramática Comparada — quais sejam:

- Os dados pertinentes concernem, antes de tudo, à forma fônica; as significações constituem apenas índices de confirmação;
- O verdadeiro critério não é a semelhança, mas a correspondência;
- A unidade mínima da correspondência é o fonema, não a palavra (Milner, 2021[1995], p. 109).

Enfim, constatações que, tornadas princípios, supõem um entendimento do objeto que o despoja de tudo quanto não diz respeito a esse *funcionamento* que autoriza se expliquem as formas sem recorrência à *qualia*.

Foucault (2007[1966]) estabelece quatro seguimentos teóricos determinantes dessa transformação no modo de ser da linguagem, os quais se realizam em concomitância com as obras de Schlegel, Grimm e Bopp. Detenho-me em dois desses seguimentos. O primeiro é o reconhecimento de que as línguas se distinguem efetivamente pela sua organização interna, pelo que, também, igualam-se, desfazendo-se, no âmbito do comparatismo, as classificações hierárquicas clássicas:

Compreende-se que a nova Filologia, tendo agora para caracterizar as línguas esses critérios de organização interior, haja abandonado as classificações hierárquicas que o século XVIII praticava: admitia-se então que havia línguas mais importantes que outras porque nelas a análise das representações era mais precisa ou mais fina. Doravante, todas as línguas se equivalem: elas têm somente organizações internas que são diferentes (Foucault, 2007[1966], p. 394).

O segundo desses seguimentos teóricos é aquele concernente ao estudo que se dedicou a essa organização interna. Em primeiro lugar, observa-se o gesto através do qual a língua se desprende do regime da *letra*, e passa a ser tratada como um arranjo

de elementos fonéticos. Daí, derivam três formas de análises: a primeira consistiu na realização da tipologia das sonoridades que constituem uma língua; a segunda foi o estudo das condições determinantes de uma mudança em uma sonoridade. Assim, por exemplo, faz notar Grimm (1859[1851], p. 39) que “as consoantes duplas não existiam nas línguas antigas; resultam ou da assimilação de duas consoantes diferentes, ou frequentemente do encontro do *i*”;⁴⁹ a terceira foi a constância de suas modificações no decorrer da Histórica, expressa, sobretudo, através da obra de Grimm, de 1822 (*cf.* Tabela 1). Para Foucault (2007[1966], p. 397), esse conjunto de relações permitiu que “em vez de as línguas serem submetidas a essa medida exterior, a essas coisas da história humana que deviam, para o pensamento clássico, explicar as mudanças, detêm elas próprias um princípio de evolução. Aí, como alhures, é a anatomia que fixa o destino”.

Essa mudança de perspectiva é flagrante em *Über den Ursprung der Sprache*, três décadas mais tarde. Auroux (2006) bem destaca o papel exercido pelo desenvolvimento exponencial do comparatismo no tocante à retomada da reflexão sobre a origem da linguagem ao longo do século XIX, momento em que o assunto recebeu especial atenção. Como faz notar o pensador francês, os comparatistas debruçaram-se sobre essa questão e aliaram-na ao método comparativo com o intuito de conferir-lhe um tratamento científico (Auroux, 2006, p. 60). Não me cabe avaliar os méritos dessa proposta de articulação, o que escaparia aos meus objetivos, de modo que essa afirmação configura antes uma informação contextual que efetivamente de interesse teórico para a reflexão que ora desenvolvo. Aqui, cumpre-me avaliar o tratamento internalizado conferido às línguas comparadas por Grimm e depreender daí ecos do Romantismo alemão em seu entendimento de língua e a sua influência sobre o trato com esta.

Na referida obra, que trata de uma conferência proferida na Preußische Akademie der Wissenschaften em 1851, Grimm (1859[1851], p. 6-7) dirige uma crítica aos estudos filológicos das línguas clássicas por permanecerem às bordas exteriores da língua, buscando somente aquilo que permitisse a interpretação dos textos, ao passo que “a textura própria da língua atraía pouca atenção; assim, as formas gramaticais mais surpreendentes permaneciam sem serem analisadas, desde que não apresentassem

⁴⁹ No original: “*Les doubles consonnes n’existaient pas dans les langues anciennes, elles proviennent soit de l’assimilation de deux consonnes différentes, soit fréquemment encore de la rencontre de l’i*”.

dificuldades do ponto de vista filológico”.⁵⁰ A esse desinteresse pelas formas linguísticas *per se*, o autor atribui a ausência de progresso que se registrou ao longo dos séculos pelos filólogos greco-latinos no tocante ao estudo da “anatomia da língua”. Acresce a isso o rancor nacionalista, tipicamente romântico, quanto ao fato de a língua alemã ter ficado no esquecimento, e o seu ensino nas escolas ter-se restringido a “usos vulgares”, que não permitia às línguas germânicas serem alçadas ao terceiro posto junto às línguas clássicas, ao passo que “a lei do organismo das línguas aparentadas pode ser deduzida com tanta certeza da relação entre elas como a figura de uma curva a partir da posição de três dos seus pontos” (Grimm, 1859[1851], p. 7).⁵¹ Doravante, são as relações internas, as leis internas passíveis de serem apreendidas a partir da comparação das línguas, que permitem o estabelecimento de relações de parentescos que comprovam a posição do alemão junto à díade clássica, o grego e o latim, e ao sânscrito.

Registre-se que, conforme observam Auroux, Bernard e Boulle (2000), a pesquisa histórica de Grimm em torno das línguas germânicas esteve relacionada aos anseios nacionalistas dos românticos alemães, particularmente os de *unidade*, unidade essa que, face ao esfacelamento linguístico e político do Estado alemão — que não houvera alcançado a sua unificação —, só poderia ser alcançada no curso do tempo, para onde se dirigirá o olhar de Grimm. A sua *Geschichte der deutschen Sprache* é a esse respeito sintomática, como fazem notar Auroux, Bernard e Boulle (2000). Nos dizeres de Trabant (2020[2008], p. 76), após a Era Napoleônica, a Alemanha empenhou-se na busca por “sua própria unidade e a unidade com outros povos europeus”, este último traço sintoma da cisão, outrora referida, entre a Alemanha e a Europa no curso do tempo, por fatores diversos, aos quais tive a oportunidade de referir. Prossegue Trabant (2020[2008], p. 76-77): “A diversidade alemã era evidente e concebida como uma fatalidade, diante da unidade e da força da França revolucionária. Essa unidade alemã tão desejada se encontrava na língua”. Para o autor, a obra de Grimm não constitui mais que um corolário dessa questão, visto buscar “demonstrar a existência de uma coerência entre todas as tribos e entre todas as línguas germânicas” (Trabant, 2020[2008], p. 77). Igualmente, os vínculos que, no ambiente romântico, criase existir entre a língua e a história dos povos, particularmente flagrante em Grimm

⁵⁰ No original: “*La texture même du langage attirait peu l’attention; et c’est ainsi que les formes grammaticales les plus surprenantes restaient en dehors de tout examen, du moment où elles ne présentaient pas de difficultés au point de vue philologique*”.

⁵¹ No original: “*La loi de l’organisme de langues parentes puisse être déduite avec autant de certitude de leurs rapports entre elles que la figure d’une courbe de la position de trois de ses points*”.

(1859[1851], p. 49), ecoam em afirmações do tipo “pois [a língua alemã] está dilacerada, como nós, e carrega ainda muitos farrapos dos quais tem de se livrar antes de poder seguir livremente a sua trajetória”.⁵²

A despeito da repercussão nacionalista que tal observação possa sugerir, ênfase que é o olhar *internalizado* para a língua, mais uma vez, que permite a formulação de uma tal aproximação, desfazendo-se a recorrência a um exterior que, não obstante essa tomada de posição, seguirá presente, manifesto na referência a um “espírito nacional” e de um vínculo entre a língua e a nação — “Nossa língua é a nossa história”,⁵³ afirma (Grimm, 1859[1851], p. 45) — cuja atuação, no curso do tempo, deixavam impressas as suas marcas na língua — concepção essa herdada da influência de Herder sobre o pensamento romântico. Assim, Grimm (1859[1851]) rejeita a submissão das línguas a leis universais, enfatizando o seu desenvolvimento particular, que advém da natureza das comunidades que as falam:

As línguas não estiveram sujeitas a leis eternas e imutáveis, como as da luz ou as da gravidade; dependem apenas da ação livre do homem, florescendo no estado florescente dos povos, brutas durante o seu estado de barbárie, ora florescendo em uma terra fértil, ora definhando em um solo ingrato [...]. Onde quer que o olhar consiga penetrar nas origens da linguagem, vê uma agitação viva, uma alternância entre a firmeza e a suavidade, entre a expansão e a queda, um desenvolvimento contínuo que nunca chega a um estado definitivo; em uma palavra, tudo nos mostra que a língua é obra da atividade humana e que traz em si as qualidades e os defeitos da nossa natureza. A constância da língua seria inconcebível, porque o que precisa de progredir e de se desenvolver necessita do espaço e do alcance prescindíveis a algo condenado à imobilidade eterna (Grimm, 1859[1851], p. 50).⁵⁴

Corolário do “estado de espírito” romântico, que, rejeitando uma concepção universal de homem, submetido a leis imutáveis, transferiu para a língua o apreço pelos aspectos que tornam uma língua *a língua* de um povo, de uma nação (Schmitter,

⁵² No original: “Car elle est déchirée, comme nous le sommes nous mêmes, et elle traîne encore bien des lambeaux dont elle doit se débarrasser avant de pouvoir s’avancer librement dans la carrière”.

⁵³ No original: “Notre langue est aussi notre histoire”.

⁵⁴ No original: “Les langues n’ont pas été soumises à des lois éternelles et immuables, comme celles de la lumière ou de la pesanteur; elles ne dépendent que de la libre action de l’homme, florissantes dans l’état florissant des peuples, barbares durant leur barbarie, tantôt s’épanouissant sur une terre fertile, tantôt végétant languissantes sur un sol ingrat [...] Partout où l’œil peut se faire jour dans l’origine du langage, il aperçoit une agitation vivante, une alternative de fermeté et de mollesse, d’essor et d’affaissement, un devenir continuel qui n’aboutit jamais à un état définitif; tout, en un mot, nous démontre que le langage est l’œuvre de l’activité humaine et qu’il porte en soi les qualités et les défauts de notre nature. L’uniformité du langage ne serait pas concevable, car ce qui doit progresser et se développer a besoin du champ et de l’espace dont peut se passer au contraire ce qui est condamné à une immobilité éternelle”.

2000), sem a qual “[as nações] se dispersariam sem a força desse [da língua] liame” (Grimm, 1859[1851], p. 29). De fato, Grimm (1859[1851], p. 16), fiel à herança herderiana, alimentou a crença de que as mudanças introduzidas na língua são devidas às condições do espaço e da época em que vivem os homens, afirmando que “as mudanças de uma língua dependem, portanto, das condições do ambiente e do período em que vivem os seus falantes: o ambiente e o período são as duas causas que determinam todas as mudanças nas línguas humanas”.⁵⁵ No entanto, não deixa de ser relevante que se estabeleça a possibilidade de se apreender as *leis* dos fenômenos que se passam na língua a partir de sua anatomia. É esse trato que é possibilitado pela comparação exaustiva da estrutura das línguas e a explicação de umas pelas outras, *i.e.*, por si mesmas.

Nessa mudança de ponto de vista, Grimm (1859[1851], p. 7-8) observa uma profunda reorientação nos modos de proceder e que, acredito, que possibilita a constituição de uma ciência que tome por objeto exclusivamente as relações formais entre *fonemas* de línguas distintas, cujas transformações se podem acompanhar no curso do tempo e que independem do aspecto significativo das unidades consideradas nas quais figuram as mudanças. Submetida à inteligibilidade romântica, segundo a qual os fenômenos constituem organismos dotados de um desenvolvimento interno,⁵⁶ o *entendimento* de língua que subjaz tal abordagem é necessariamente aquele a que Foucault (2000[1966]) refere, isto é, o de que as línguas são dotadas de um mecanismo interior que tanto lhes confere a sua individualidade quanto as suas semelhanças entre si, a despeito de esse mecanismo, ainda assim, remeter a laços estreitos entre a língua e o espírito dos povos.

⁵⁵ No original: “*Les variations d’un idiome dépendent donc des conditions du milieu et de l’époque où vivent ceux qui le parlent: le milieu et l’époque sont les deux causes qui déterminent tous les changements des langues humaines*”.

⁵⁶ Há que se reiterar que o organicismo na Gramática Comparada não encontrou uma única repercussão. Embora amplamente aceite por muitos autores, nem todos compartilharam dos mesmos pontos de vista. Já tive a oportunidade de referir a partir de Morpurgo Davies (1998) que o organicismo linguístico pode ser compreendido minimamente a partir de três pontos de vista. Collinge (2001) é enfático ao afirmar que, para Grimm, a concepção orgânica de ciclos de decadência linguística é irrelevante em *Über den Ursprung der Sprache*, embora, conforme veremos, uma outra perspectiva não menos organicista subjacente às considerações de Grimm sobre as línguas possa ser encontrada. Não me dedicarei, neste trabalho, a avaliar a adesão integral ou parcial de Grimm à perspectiva organicista, em suas variedades, tampouco as obras do autor, de datas distintas, em que se mostram presentes ou ausentes tais perspectivas. As minhas considerações a esse respeito restringem-se à *Über den Ursprung der Sprache*, e não pretendem representar uma visão de conjunto da reflexão linguística de Grimm, a qual, como faz notar Cherubim (1985), necessita de ser montada como um mosaico a ser reconstituído de fontes muito distintas, desde obras científicas a documentos pessoais.

Uma distinção deve ser estabelecida em relação ao organicismo como modelo ontológico e as suas implicações epistemológicas a partir de seu espraiamento na Universidade alemã, sobretudo nas Ciências da Natureza, nas quais a Gramática Comparada de Bopp busca o seu modelo (Schmitter, 2000). Se, sob o ponto de vista ontológico, o organicismo implica o desenvolvimento das coisas e da Natureza a partir de um princípio *interno*, e não exterior, o qual, ao mesmo tempo, produz e organiza as coisas, sob o ponto de vista epistemológico, abre-se a possibilidade de se tomar como objeto fenômenos cujas propriedades não remetam a uma causa exterior, mas que detenham em si os elementos que permitam apreender esse funcionamento regulador, que assegura e constitui a razão das modificações internas ao longo do desenvolvimento a que todo organismo é direcionado. Em se tratando da reflexão linguística, em que, como referi, a compreensão organicista não encontra uma única acepção, é preciso igualmente registrar um aspecto que une as diferentes concepções subjacentes ao entendimento orgânico de língua, a de que existe um *princípio vital* que a governa (Schmitter, 2000, p. 67). Essa herança romântica, que, em certa medida, encontra as suas origens nas reflexões de Kant acerca do organismo natural, mas igualmente em Herder e Schelling, repercutem sobre as considerações de Grimm a respeito das *causas* das modificações. Assim, diz o autor:

Pouco a pouco, sob a ação instintiva e poderosa do gênio da língua, as palavras que exprimem as ideias acessórias tornam-se obscuras, encurtadas, mutiladas e, nesse estado, vêm juntar-se às palavras que representam as ideias principais, para continuar a especificar o seu sentido. A flexão provém da aglutinação de índices flexíveis e móveis, que são agora conduzidos, como um motor semi-oculto, atrás da palavra principal, e que perderam o seu significado primitivo ao assumirem um significado derivado que só revela o seu significado original remotamente. Por fim, as inflexões desgastam-se e reduzem-se a sinais desprovidos de vida; mais uma vez, as palavras que servem de motor às outras são separadas, e a estas palavras é dada uma ação externa e mais precisa. A língua perde um pouco da sua elasticidade, mas ganha mais regra e medida para exprimir os tesouros sempre emergentes do pensamento (Grimm, 1859[1851], p. 37).⁵⁷

⁵⁷ No original: “*Peu à peu, sous l'action instinctive et puissante du génie du langage, les mots expriment les idées accessoires, s'obscurcissent, se raccourcissent, se mutilent, et viennent dans cet état se souder aux mots représentant les idées principales, pour continuer à en préciser la signification. La flexion provient de l'agglutination d'indices souples et mobiles, qui sont désormais entraînés, comme un moteur à demi caché, à la suite du mot principal, et qui ont perdu leur sens primitif en prenant une acception dérivée qui ne révèle plus que de loin en loin leur acception primitive. Enfin les flexions s'usent, se réduisent à des signes dépourvus de vie; de nouveau alors on sépare les mots qui servent de moteurs aux autres, et l'on donne à ces mots une action extérieure et plus précise. Le langage perd une partie de son élasticité, mais il gagne plus de règle et de mesure pour l'expression des trésors toujours naissants de la pensée*”.

Assim, o gênio da língua,⁵⁸ intimamente relacionado à liberdade humana que é constitutiva de seu desenvolvimento, assegura as modificações flexionais por que passam as línguas em certo estágio de seu desenvolvimento. Como afirma Foucault (2007[1966], p. 409), doravante “a linguagem tem um ser próprio. E é esse ser que detém as leis que o regem”. Registre-se que a crença no desenvolvimento da língua implica a aceitação da hipótese de que a origem da linguagem não é a concessão divina (o que implicaria a sua imobilidade), mas, antes, obra do gênero humano, ao qual se atribuem a sua “origem e progresso” (Grimm, 1859[1851], p. 28). A crença na existência de uma *força vital*, que rege a língua e anima o seu desenvolvimento, implica, entretanto, a rejeição da tese de que as línguas se dirigem a um estado de decadência, não obstante a aceitação parcial dessa concepção, haja visto Grimm (1859[1851]) reconhecer a existência de estágios de degradação,

O tipo antigo de língua é representado pelo sânscrito e pelo zendá [avéstico] e, em grande parte, pelo grego e pelo latim. Este tipo oferece uma riqueza e uma harmonia admiráveis no desenvolvimento das suas formas, uma união viva dos elementos que representam as ideias e as relações entre essas ideias. Os idiomas que continuaram ou substituíram estas línguas, o hindustano, o persa, o novo grego e as línguas românicas, perderam e alteraram, juntamente com as suas flexões, a sua força e flexibilidade, que restauraram parcialmente com a ajuda de processos externos. A nossa língua alemã, cuja história pode ser seguida e estudada durante um longo período [...], mostra-nos a mesma decadência de um estado de alta perfeição, seguida de uma restauração efetuada por meios semelhantes. Comparemos o gótico do século IV com o alemão moderno: ali, encontramos eufonia, uma concisão nobre; cá, pelo contrário, uma análise aperfeiçoada à custa

⁵⁸ A respeito da expressão “gênio da língua”, Haßler (2012) faz notar o seu aparecimento em francês no século XVII, intimamente relacionado à normalização e à institucionalização da norma, implicada pela criação da Academia Francesa. No entanto, inicia-se, ainda no século XVII, o estabelecimento de uma relação entre o gênio de uma língua e o caráter de um povo, de cujas particularidades a língua tira o seu caráter particular, relação essa que será prevalente para a noção no século seguinte. Ao longo do século XVIII, essa noção assume a função de explicar a história das capacidades cognitivas dos povos, isto é, de sua racionalidade. No Setecentos, a noção de gênio da língua associa-se ainda à perspectiva clássica universalizante, o que resulta em uma tipologia que classifica as línguas em três tipos (análogas, transpositivas e mistas), conforme os procedimentos que realizam para a construção de uma frase. Na segunda metade do século, a noção de gênio da língua nas demais línguas europeias será associada à gramática das línguas, que imprime às palavras relações específicas e uma forma de expressão particular. Em alemão, particularmente, Haßler (2012) estabelece duas acepções para o termo *gênio*: a primeira diz respeito ao caráter natural de algo, “ao caráter inerente a um homem no que concerne às forças de seu espírito” [No original: “*la manière innée d’un homme en ce qui concerne les forces de son esprit*”], extensiva à língua; a segunda, um sentido mais restrito, porém mais espreado: a habilidade natural de se fazer algo mais apropriadamente do que outros, consequência de um “alto grau das faculdades do espírito”; o poder criador do gênio, coextensivo às pessoas. Como faz notar Haßler (2012), o Romantismo reavivou a noção de gênio como uma força criadora, aplicando-o especificamente aos escritores, mas associou a noção à sua inclinação subjetivista, em contraposição a uma perspectiva universalizante.

destas qualidades. A antiga força da língua parece diminuir à medida que os antigos dons e processos são substituídos por outros, cujo mérito não deve ser subestimado (Grimm, 1859[1851], p. 34-35).⁵⁹

Mas essas não passam de aparentes deficiências da língua: “O que verificamos claramente é que a língua regrediu apenas em aparência, e apenas em alguns pontos, e que, pelo contrário, deve ser considerada como tendo progredido continuamente no desenvolvimento das suas formas internas” (Grimm, 1859[1851], p. 45).⁶⁰ Essa compreensão é devida à crença de que “nada na linguagem, tampouco na natureza em geral, foi feito sem um propósito; em toda parte há, como disse, abundância, mas não prodigalidade” (Grimm, 1859[1851], p. 38),⁶¹ crença essa intimamente ligada à concepção orgânica do Universo, segundo a qual a Natureza constitui um vasto propósito, uma auto-organização ascendente para atingi-lo. Dessa forma, ao recusar a tese de que a língua sai de um estágio de perfeição para o de decadência, o autor afirma que

[...] é igualmente impossível especificar historicamente o momento de maior perfeição de uma língua, e considerar o seu estado atual como o fim do seu progresso analítico, um fim que só será alcançado após um espaço de tempo ainda ilimitado. É verdade que não podemos chegar a esse estado historicamente, mas uma comparação das formas atuais pode dar-nos uma pista (Grimm, 1859[1851], p. 35).⁶²

⁵⁹ No original: “L’ancien type de langues est représenté par le sanscrit et le zend, en grande partie aussi par le grec et le latin. Ce type offre une richesse et une harmonie admirables dans le développement de ses formes, une union vivace des éléments qui représentent les idées et les relations entre ces idées. Les idiomes qui ont continué ou remplacé ces langues, l’indoustani, le persan, le grec nouveau et les langues romanes, ont vu se perdre et s’altérer, avec leurs flexions, leur force et leur souplesse, qu’elles ont ressaisies en partie à l’aide de procédés extérieurs. Notre langue allemande, dont l’histoire peut être suivie et étudiée pendant un long espace de temps, à l’aide de ses sources, tantôt presque taries, tantôt coulant à pleins bords, nous présente la même décadence d’un état de haute perfection, suivi d’une restauration accomplie par des voies analogues. Comparons le gothique du quatrième siècle à l’allemand moderne: là nous rencontrons l’euphonie, une noble concision; ici au contraire une analyse perfectionnée aux dépens de ces qualités. L’ancienne force du langage paraît diminuer à mesure que les anciens dons et les anciens procédés sont remplacés par d’autres, dont il faut bien se garder d’ailleurs d’abaisser le mérite”.

⁶⁰ No original: “Ce que l’on voit avec évidence, c’est que le langage n’a rétrogradé qu’en apparence et sur quelques points seulement, et qu’il doit au contraire être considéré comme ayant continué à progresser dans le développement de ses formes internes”.

⁶¹ No original: “Rien dans le langage, non plus que dans la nature en général, n’a été fait sans but; partout y règne, comme je l’ai déjà dit, l’abondance, mais non la prodigalité”.

⁶² No original: “Il est également impossible et de préciser historiquement le moment de plus grande perfection d’une langue, et de considérer son état actuel comme le terme de son développement analytique, terme qu’elle n’atteindra qu’au bout d’un espace de temps encore illimité. On peut imaginer pour le sanscrit lui-même un état plus ancien, plus fortement empreint du cachet propre à cette langue; nous ne pouvons, il est vrai, atteindre historiquement jusqu’à cet état, mais la comparaison des formes védiques peut nous le faire pressentir”.

São as formas desse desenvolvimento contínuo de suas forças internas que cumpre *apreender*, o que possibilita a constituição de uma ciência que tome por objeto exclusivamente as relações formais entre *fonemas* e *morfemas* de línguas distintas, cujas transformações se podem acompanhar no curso do tempo e cuja comparação pode fornecer “pistas” de estados não acessíveis de uma língua ancestral. Note-se que, no âmbito do comparatismo — e em Grimm, em especial (Auroux; Bernard; Boulle, 2000), apenas um estudo *histórico — empírico —* (Morpurgo Davies, 1998; Schmitter, 2000) conseguiria aproximar-se do “espírito insondável da língua” (Auroux; Bernard; Boulle, 2000). É o organicismo em sua mais ampla acepção que se pode verificar aí, em que se conjugam as íntimas relações entre as línguas e os povos, herdadas de Herder, mas igualmente a crença no desenvolvimento contínuo da língua, análogo ao de qualquer fenômeno da Natureza, à Schelling.

Outra vez, é preciso observar que, a essa altura, a língua ainda não está despojada de todos os *impedimenta* que a autorizariam como objeto de uma Ciência Moderna. É assim que, ao constatar transformações consonantais regulares nas línguas modernas em comparação com estados anteriores, Grimm (1859[1851], p. 38) estabelece duas possíveis razões para tais, sendo a primeira uma imposição restritiva atribuída ao “gênio da língua”. Afirma o autor:

Deve-se notar que, em várias palavras das línguas antigas, as línguas modernas substituíram o *r* por *l*, ao passo que o *s* foi substituído por *r*. Mas o *s* nunca se transforma em *l*, nem o contrário. O gênio da língua quis, assim, estabelecer uma transição ou, o que parece mais provável, encontram-se, desde a origem, dois *r* distintos em termos de pronúncia; um, mais próximo do *l*, puro e fluído; o outro, mais próximo do *s*, mais rouco e mais impuro (Grimm, 1859[1851], p. 38-39).⁶³

A recorrência a *qualia*, da qual se busca desvencilhar a Ciência Moderna (Milner, 1996), é claramente posta na afirmação anterior ou mesmo quando atribui a “cada som” um “valor natural, herdado do órgão que o produz e apropriado para o seu uso” (Grimm, 1859[1851], p. 38).⁶⁴ Ainda assim, em um programa pretensamente

⁶³ No original: “*Il est à remarquer que, dans plusieurs mots des langues anciennes, les langues modernes ont remplacé l’r par l’l, tandis que l’s a été remplacé par l’r; mais jamais l’s ne se change en l, ou réciproquement. Le génie du langage a voulu ici établir une transition ou, ce qui paraît plus probable, il s’est trouvé dès l’origine deux r distincts par la prononciation: l’un, voisin de l’l, pur et coulant; l’autre, voisin de l’s, plus rauque et plus troublé*”.

⁶⁴ No original: “*Chaque son a sa valeur naturelle, tirée de l’organe qui le produit et appropriée à son usage*”.

científico, a qualidade que, porventura, possa se estabelecer para as entidades restritas, não exerce um papel preponderante: é a restrição que importa. Para essa, o manejo das letras, subsidiado por uma regra, é fundamental, garantia da eliminação do qualitativo, que só aparece a título de “estenogramas segundos” (Milner, 1996, p. 76). Para isso, o funcionamento literal das letras é o primeiro passo. Busque-se a sua razão nos órgãos fonatórios, nos valores que possam suscitar aos ouvidos, como faz Grimm (1859[1851]), quando afirma que o *l* representa a doçura e o *r*, a aspereza; para a ciência, essas qualidades pouco importam. É a apreensão do *contingente* pela letra que constitui o caráter moderno da ciência; fixa-se a regra, que a letra estenografa, e, para as línguas, estabelecem-se as restrições: $s > r$; $r > l$. Aqui, a letra não se presta à *medida*, como alhures, mas ao *cálculo*, a determinar as formas possíveis ou impossíveis a partir da regra previamente determinada.

Daí a importância de um olhar para a *anatomia* da língua, que coloca, como princípio, a existência de uma *força interna* — identificada com o gênio da língua, que se abre para a história dos povos, dos quais advém —, que parece criar as condições para que a língua se despojasse do real, a exemplo do que fez Galileu a respeito da lei da queda dos corpos, como mostra Koyré (1991[1937]),

A afirmação de que “todos os corpos caíam com uma velocidade igual”, [...] valia, segundo Galileu, para o caso *abstrato* e *fundamental* do movimento *no vácuo*. Para o movimento no ar, isto é, no espaço cheio, para o movimento que, portanto, não podia ser considerado absolutamente livre de todos os *impedimenta*, visto que teria de vencer a resistência do ar — pequena, mas de modo algum desprezível —, era de forma totalmente diferente (Koyré, 1991[1937], p. 204, grifos do original).

Afinal, é com a eliminação do qualitativo e do sensível que opera a ciência (Milner, 2002). Donde o novo entendimento de que se reveste a matematização, que “não se trata mais da medida, *stricto sensu*, mas de uma literalização e de uma dissolução não quantitativa do qualitativo” (Milner, 1996, p. 75). Por conseguinte, entende-se por matematização o caráter *literal* da Matemática de “usar símbolos que possam e devam ser tomados literalmente, sem prestar atenção ao que eventualmente designem; que se usem esses símbolos apenas em virtude de suas próprias regras” (Milner, 2021[1995], p. 28). Trata-se, pois, de um funcionamento cego, o qual assegura a transmissibilidade na medida em que qualquer um, dotado do conhecimento das regras de manipulação das letras, saberá utilizá-las. O funcionamento cego constitui, pois,

junto à literalização, a condição de um tratamento matematizável do objeto (Milner, 2021[1995]). Eis o porquê de Milner (1996) afirmar que a Ciência Moderna, em comparação com a Física aristotélica, persegue um “desígnio tenaz”, isto é, eliminar da ciência as qualidades:

Não apenas as qualidades práticas — bem, mal, útil, prazeroso etc. —, mas também e sobretudo as qualidades sensíveis: rápido, pesado, colorido, quente etc. Este é o primeiro gesto; ele não basta a uma matematização, mas lhe é necessário. Através dele somente, as proposições matemáticas literalizadas poderão se tornar primeiras. Quando tudo se consumir, as qualidades não poderão mais aparecer, a não ser a título de estenogramas segundos, oriundos da língua usual (Milner, 1996, p. 76).

Retomando as formas *lat. calidus* e o *goth. kalds*, observe-se que Grimm (1880[1848]) apoia-se sobretudo na quarta (*lat. g = goth. k*) e quinta equações (*lat. c = goth. h*) estabelecidas, que, de antemão, anulam qualquer possibilidade de correspondências entre as formas latina e gótica. Independentemente de seu apelo à significação das expressões, as quais, dotadas de sentidos opostos, poderiam servir de argumento para a ausência de relações, é o funcionamento da regra previamente estabelecida, conforme a Tabela 1, que constitui a justificativa final para descartar uma correspondência entre as formas supracitadas. Conhecendo-se a regra, conhece-se, também, os resultados possíveis. Assim, não é mais a partir da etimologia das palavras que se estabelecem relações, mas da “anatomia” das línguas, como afirma Grimm (1859[1851]). Como bem coloca Foucault (2007[1966]),

é uma anatomia das mudanças possíveis que anuncia, não a coexistência real dos órgãos ou sua mútua exclusão, mas o sentido no qual as mutações poderão ou não se dar. [...] A organização interior das línguas, o que elas autorizam ou excluem para poder funcionar, isso não podia ser apreendido senão na forma das palavras; mas, em si mesma, essa forma só pode enunciar sua própria lei quando reportada a seus estados anteriores, às mudanças de que é suscetível, às modificações que jamais se produzem (Foucault, 2007[1966], p. 406)

Em termos epistemológicos, o alcance desse tratamento é notável, sobretudo no âmbito do programa de investigação que se inicia com a Gramática Comparada. Isso porque, como afirma Milner (2012[1978], p. 30), a Ciência Moderna restringe-se ao estabelecimento de *escritas*. Para tal, observa Milner (2012[1978]), exige-se que haja o *repetível*. Essas condições só foram satisfeitas pela Gramática Comparada, sobretudo

em sua fase mais tardia, quando, a partir da regularidade das mutações fônicas, tornou-se possível a reconstrução de formas não-atestadas do indo-europeu e a sua *notação*. Ainda que não propusesse uma reconstrução de formas — o que não será realizado senão após August Schleicher (Collinge, 2001) —, Grimm (1880[1848]) não deixa de assumir uma escrita literal para a notação de seus resultados, reduzindo-a a um elemento mínimo, a *letra* — termo com o qual ele próprio se refere —, que estenografa uma série de correspondências entre palavras de diferentes línguas, das quais apreende a lei a que se submetem e que autoriza a notação das correspondências. A exposição de Bouquet (2000) a esse respeito é esclarecedora:

a formalização comparatista recorre a dois tipos distintos de equações. As equações do primeiro tipo são as que refletem o parentesco de duas línguas que não se encontram, uma em relação à outra, em uma posição de dependência. Em outras palavras, são equações através das quais relacionamos dois fonemas e, conseqüentemente, duas palavras, consideradas sob o aspecto de sua face fonológica — pertencentes a dois estados de língua, contemporâneos ou de épocas distintas, separados por uma bifurcação de sua árvore genealógica. Essa relação de equivalência é significada, na apresentação canônica de Jacob Grimm, pela simples justaposição de colunas;⁶⁵ ela é também classicamente indicada pelo símbolo “=” (assim: “*sk. j = gr. g = lat. g*”) (Bouquet, 2000, p. 101).

Acrescente-se a isso o que afirma Milner (2021[1995]) a respeito da notação dos nomes das diferentes línguas abreviadamente — como o faz Grimm (1880[1848]):

Observemos que as siglas que designam de maneira abreviada os nomes das línguas — *scr.* para sânscrito, *gr.* para grego etc. — são, na realidade, mais do que simples abreviações tipográficas. De fato, elas estenografam o conjunto das regras fonéticas que, aos olhos dos comparatistas, caracterizam de maneira única uma língua particular. São essas regras fonéticas — em si mesmas contingentes, mas, no entanto, constantes, uma vez que foram estabelecidas — que permitem ao linguista calcular, a partir de uma forma grega, por exemplo, qual forma sânscrita pode, a rigor, lhe corresponder ou vice-versa (Milner, 2021[1995], p. 113-114).

Pode-se questionar o grau de consciência epistemológica de Grimm (1880[1848]) ao recorrer a essa notação para expor as correspondências fônicas que estabelecera, no entanto, reconheça-se, minimamente, dois aspectos relevantes: o primeiro, a adoção de uma escrita que sintetize os resultados da comparação de

⁶⁵ Aqui transcritas na Tabela 1.

diferentes línguas, estenografadas de forma abreviada, e das correspondências entre fonemas, dispostos um abaixo do outro e grafados em maiúscula (*cf.* Tabela 1). A redução da comparação à unidade mínima, o *fonema*, e não à *palavra*, tornar-se-á, como afirma Auroux (2006), um dos princípios da Gramática Comparada, que a afastará de toda pesquisa etimológica. Afinal, o seu objeto são as *correspondências* fônicas, que independem de *semelhanças*. Como observa Milner (2021[1995], p. 109), “o fonema de uma língua e o fonema de outra podem se corresponder sem se parecer e, reciprocamente, podem se parecer sem se corresponder”. Com esse gesto, abre-se a possibilidade de constituição de uma ciência que tome, da língua, aquilo que concerne ao seu funcionamento e independe de seu aspecto qualitativo, *i.e.*, substancial. Daí afirmar Milner (2012[1978]) que,

a noção de “parentesco” entre as línguas supõe que elas tenham propriedades indiferentes quanto àquilo que comunicam e designam. E isso porque, afinal, quem acreditaria que uma palavra grega, uma sânscrita, uma latina, uma germânica, uma tocariana etc., ainda que apresentassem a mesma estrutura, teriam o mesmo valor referencial? (Milner, 2012[1978], p. 31).

Em segundo lugar, ainda nos dizeres de Milner (2021[1995], p. 109-110), “as palavras que os fonemas compõem podem estar relacionadas sem ser absolutamente homomorfas e podem ser homomorfas sem estar absolutamente relacionadas”, como o são o *lat. calidus* e o *goth. kalds*, exemplificados por Grimm (1880[1848]). Prossegue Milner (2021[1995], p. 110): “Enfim, a etimologia não tem nenhum interesse em si mesma, ela não é senão uma maneira de resumir as verdadeiras proposições empíricas, que dizem respeito às correspondências fônicas”. Efetivamente, é o agrupamento das diferentes línguas tendo por critério exclusivamente as suas proximidades *formais* que se testemunha (Foucault, 2007[1966]). Pode-se dizer que se está diante do gesto próprio de uma ciência galileana, pois, tomando o que diz Milner (1996) em referência muito específica à Linguística estrutural,

A qualidade não está, decerto, resumida à quantidade; ela não deixa, no entanto, de estar dissipada; ela não está, por certo, reduzida em figuras geométricas, mas se insere num quadro sobre o qual podemos determinar distâncias, proporções, simetrias; ela não está, decerto, expressa por uma notação de cálculo numérico, mas não deixa de ser, no entanto, captada por uma literalização (Milner, 1996, p. 77).

Nesse aspecto, uma ciência da língua que se pretendesse galileana e, portanto, matematizada, teria de recorrer a uma matematização que não se caracterizasse por uma quantificação.⁶⁶ A esse respeito, afirma Milner (2021[1995]):

Falando com clareza, a *medida* não é um conceito central dessa ciência. [...] Para que a ciência da linguagem mereça esse nome, convém, então, que seja admitida a possibilidade de que a quantificação não constitua a única forma de matematização possível. O que levamos em conta da Matemática, então, é a dimensão da restrição, que se aplica a entidades cuja referência objetiva (a substância) pode ser determinada, mas não tem que ser quando definimos a restrição em si. Resulta daí que podemos manejar as entidades sem “ver” o que elas designam: falamos, então, com razão, de manipulação cega (Milner, 2021[1995], p. 106).

Portanto, a literalização que constitui a Ciência Moderna necessariamente consiste na independência entre a substância das entidades restritas e a restrição (Milner, 2021[1995], p. 106). Por isso, a importância da *letra* (Milner, 1996, p. 100 e ss.). Para a língua, falar-se-ia de uma matematização estendida, de um galileísmo ampliado (Milner, 1996).

Há que se considerar a mudança de perspectiva que autoriza uma tal extensão para a língua, necessariamente a partir da consideração quase que exclusiva de seus aspectos formais, implicada pela transformação no entendimento mesmo do funcionamento próprio da língua, de que esta é dotada de uma *anatomia*. Foucault (2007[1966]) bem observa que,

Agora, quando duas línguas apresentam *sistemas análogos*, deve-se poder decidir ou que é uma derivada da outra, ou ainda que são ambas provenientes de uma terceira, a partir da qual cada uma delas desenvolveu sistemas diferentes por um lado, mas também análogos por outro (Foucault, 2007[1966], p. 404).

Igualmente, é a ênfase nessa estrutura interna “primeira, fundamental e determinante” (Foucault, 2007[1966], p. 387) que faz com que, doravante, “o que

⁶⁶ De fato, afirma Milner (2002, p. 1999) que “a característica crucial que é considerada necessária e suficiente para a matematização é a possibilidade de manipulação cega das letras. Literalidade pura: as letras são postuladas, sem qualquer definição substancial; são postuladas regras que definem o que pode ou não ser feito com essas letras; sob essa base, são possíveis deduções às quais podem ser correlacionadas previsões empíricas” [No original: “*Le trait crucial qui est tenu pour nécessaire et suffisant à ce qu’il y ait mathématisation, c’est la possibilité du maniement aveugle des lettres. La littéralité pure: des lettres sont posées, sans définition substantielle; des règles sont posées qui définissent ce qu’il est permis ou pas de faire avec ces lettres; sur cette base, des déductions sont possibles auxquelles sont corrélables des prédictions empiriques*”].

permite definir uma língua não é a maneira como ela representa, mas certa arquitetura interna, certa maneira de modificar as palavras segundo a postura gramatical que ocupam umas em relação às outras: é o seu *sistema flexional*” (Foucault, 2007[1966], p. 326, grifos do original). Assim, “a linguagem (aquela mesmo de que se serve) está em via de adquirir uma dimensão irreduzível à pura discursividade” (Foucault, 2007[1966], p. 389). É esse “salto para trás” que se opera no âmbito do comparatismo que permite a constituição de uma ciência que tome, da língua, propriedades que autorizam um tratamento *formal*. Subjaz a esse trato, portanto, uma compreensão de língua que não mais a identifica com a discursividade imediata, mas, antes, como um conjunto de elementos mínimos, que asseguram as suas funções (Auroux, 1996; Foucault 2007[1966]).

Se a palavra pode figurar num discurso em que ela quer dizer alguma coisa, não será por virtude de uma discursividade imediata que ela deteria propriamente e por direito de nascimento, mas porque na sua forma mesma, nas sonoridades que a compõem, nas mudanças que sofre segundo a função gramatical que ocupa, nas modificações, enfim, a que se acha sujeita através do tempo, obedece a um certo número de leis estritas que regem de maneira semelhante todos os outros elementos da mesma língua; de sorte que a palavra só está vinculada a uma representação na medida em que primeiramente faz parte de uma organização gramatical pela qual a língua define e assegura a sua coerência própria. Para que a palavra possa dizer o que ela diz, é preciso que pertença a uma totalidade gramatical que, em relação a ela, é primeira, fundamental e determinante (Foucault, 2007[1966], p. 387).

Não se trata, portanto, de se ter por base a pura *semelhança* (morfológica ou fonológica), mas de estabelecer as efetivas correspondências a despeito da similitude; ou seja, a analogia entre sistemas não tem por critério as semelhanças qualitativas. Tampouco se trata de buscar estabelecer datas para o estabelecimento das relações, mas, antes, de considerar os sistemas e avaliar as direções possíveis das transformações a partir de uma analogia que não tem por base a similitude. Nesse processo, há de se distinguir duas etapas ou “dois tempos”, como bem o aponta Milner (2021[1995], p. 111): um *empírico*, em que as correspondências fônicas são estabelecidas, e outro que dá lugar à *formalização* do objeto e permite ao linguista realizar cálculos com os dados e deduzir as formas possíveis ou impossíveis a partir das regras estabelecidas.

Mudança *ontológica* que tem implicações *epistemológicas* notáveis, que necessitam de se realizar plenamente a partir de outra posição teórica. Como fazem

notar Auroux; Bernard e Boulle (2000, p. 161), “como todas as grandes descobertas, a importância da lei de Grimm é mensurável pelas suas consequências para o desenvolvimento posterior do conhecimento”.⁶⁷ Grimm, pois, como um *homo romanticus*, apresenta o apressamento pelas manifestações nacionais e o espírito científico do Romantismo alemão, os quais, em sua figura, culminam em um olhar sobre a língua que abre a possibilidade de um tratamento matematizado, despojado do qualitativo, condição da Ciência Moderna — ainda que, quando abordado por ele, fosse repleto desse exterior, do qual a Ciência se deve despojar, mas que é, a seu ver, constitutivo do âmago da língua.

⁶⁷ No original: “Comme toutes les grandes découvertes, l’importance de la loi de Grimm se mesure à ses conséquences dans le développement ultérieur des connaissances”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Busquei, com este trabalho, avaliar as possíveis contribuições dos ecos do Romantismo alemão que ressoam na reflexão linguística de Grimm para o encaminhamento da Gramática Comparada rumo aos princípios inerentes à Ciência Moderna, que requer como condição o tratamento matematizado do objeto. O ponto de partida deste trabalho foi o reconhecimento quase unânime entre os historiadores e historiógrafos da Linguística de que a Gramática Comparada emerge sob a influência do movimento romântico alemão, então em seu ápice, bem como a constatação de Milner (1996; 2002; 2012[1978]; 2021[1995]) de que a Gramática Comparada anuncia, em Linguística, os princípios da configuração epistêmica de uma Ciência Moderna. Para tratar da questão que me propus abordar, baseei-me nos princípios práticos e teóricos da Historiografia Linguística propostos sobretudo por Koerner (2014), mas, igualmente, por Swiggers (2010; 2013; 2019), Altman (2019[2012]) e Batista (2013), em articulação à epistemologia apresentada por Milner (1996; 2002; 2012[1978]; 2021[1995]).

Na Parte I, estabeleci o clima de opinião subjacente ao surgimento e à consolidação do Romantismo alemão, que constitui uma verdadeira revisão de valores. Desse movimento amplo, selecionei dois aspectos que julguei fundamentais para abordar a investigação de Grimm, quais sejam: o *ideológico* e o *epistemológico*. Quanto ao primeiro, tracei as características da formação da rejeição romântica às noções clássicas universalizantes e, muito especificamente, à influência francesa sobre o território alemão. Essa rejeição, sustentada em especial pelos ideais de Herder quanto ao fato de o caráter de um povo constituir um centro de referência interno cuja essência se espalha em suas tradições, cultura e arte, assim como em sua língua, conduziu os românticos ao resgate dos valores nacionais frente à importação dos da França e a consequente aculturação alemã. Entre os aspectos dignos desse resgate, estava a *língua*, concebida como a herança fundamental de um povo e espaço privilegiado de manifestação do gênio de uma nação.

No tocante ao segundo aspecto, o epistemológico, busquei a compreensão orgânica do Universo subjacente à cosmovisão romântica e consolidada a partir da transposição das reflexões de Kant e Herder para uma dimensão metafísica, sobretudo com a figura de Schelling. O organicismo romântico concebia o Universo como um “organismo de organismos”, os quais, enquanto tais, são dotados de duas características centrais: a de auto-gerar-se e a de auto-organizar-se; auto-organização essa que constitui

uma escala ascendente a um propósito maior, para o qual se dirige a Natureza, guiada por um *princípio vital* interno. Esse ideal, estendido para todos os fenômenos e particularmente influente no âmbito universitário alemão, tornou-se modelo de inteligibilidade passível de aplicação em domínios variados, com repercussões distintas. Na Linguística oitocentista, por exemplo, sobressaem-se dele a afirmação de vínculos estreitos entre a língua e o caráter nacional de um povo e o entendimento de ser a língua dotada de um desenvolvimento autônomo (Morpurgo Davies, 1998). Esses dois traços do Romantismo alemão, por sua vez, concluí serem marcados por um redirecionamento do olhar para um *interior*, um *dentro*, que, constituindo o princípio mesmo das coisas, desenvolve-se no decorrer do tempo sem alterar-se em sua essência. Os desdobramentos desse olhar internalizado foram explorados na etapa seguinte.

Na Parte II, avaliei o eco dos aspectos previamente mencionados na obra de Grimm, constatando que o autor, fiel à herança romântico-herderiana — a quem efetivamente refere em seu trabalho — encontrou vínculos estreitos entre as transformações a que estão submetidas as línguas no curso do tempo e o “espírito nacional”, cujas marcas deixava impressas na estrutura da língua; ao mesmo tempo, Grimm, sob a coerção de seu tempo, submete-se à inteligibilidade romântica que concebe os fenômenos como dotados de um *princípio vital e interior* que atua sobre eles, guiando-lhe não somente o desenvolvimento como a sua organização. Dessa forma, o germanista encontra nas línguas modificações que atribui ao “gênio da língua”, que ora destrói, ora repõe formas linguísticas, o que consistiria em uma autorregulação através da qual a língua segue o curso de seu desenvolvimento indeterminadamente. Paradoxalmente, é essa recorrência a um interior que se deixa atravessar pelo externo (a história dos povos, o gênio nacional, o clima, as tradições etc.) que, quando transposta para a reflexão linguística, abre possibilidades de se conferir um tratamento à língua que a despojasse de tudo quanto, da realidade, constitui *impedimenta* para a matematização; isto é, as qualidades práticas e sensíveis (Milner, 1996). Em outras palavras, permite-se que, da língua, sejam considerados unicamente os seus aspectos formais e propriedades que dizem respeito ao seu funcionamento próprio, livre de qualquer constrangimento exterior, da *qualia* e do que eventualmente possam designar.

Decorrente dessa desvinculação das qualidades é a possibilidade de se estabelecer um tratamento *literal*, entendido como o manejo da *letra* sem qualquer atenção à substância daquilo que estenografa, bem como a possibilidade de uma *restrição* que, subjacente à literalização de que se serve a Ciência Moderna, estabelece

que qualquer um, dotado dos conhecimentos da *regra*, efetue *cálculos* de modo a alcançar resultados empíricos possíveis ou impossíveis a partir do manejo regrado. Minimamente, aquilo que Grimm (1880[1848]) constata quanto à impossibilidade de o *lat. calidus* e o *goth. kalds* corresponderem-se, haja visto a regra de mutação fônica que prevê as seguintes equações: *lat. g = goth. k* e *lat. c = goth. h*. Por conseguinte,

A lei de mutação fonética ajuda, assim, a conter a etimologia desenfreada e tornou-se-lhe uma pedra-de-toque [...]. Se a transformação de uma palavra originalmente relacionada à palavra alemã estiver em um nível incorreto [de correspondência], surge a suspeita contra a sua comparação. Se ambas coincidem totalmente, então a sua afinidade deve ser até mesmo rejeitada (Grimm, 1880[1848], p. 291).⁶⁸

Os princípios que daí decorrem, e que se tornarão aqueles sob os quais se erigirá a Gramática Comparada, são estes: não é mais sob a *semelhança* que se apoia a investigação, é sob a *correspondência*; a unidade sob análise não é mais a *palavra*, é o *fonema*; a língua é reduzida a seus elementos mínimos, anteriores à sua significação e àquilo que eventualmente possam designar; as transformações espraiam-se pela língua, independentemente do aspecto significativo das unidades atingidas. É o *qualia* que se encontra, aí, relegado a segundo plano. Eis que um trato *formal* se abre para a língua, de modo que se torna possível o estabelecimento de uma *escrita* que estenografa as correspondências, que restringe os resultados possíveis e nada dizem respeito à significação. O funcionamento literal da letra torna-se viável e, através dele, dá-se o primeiro passo para uma matematização da língua.

A reflexão de Grimm, entretanto, assenta-se sobre pressupostos ontológicos colocados em circulação pelo Romantismo alemão, os quais, não necessariamente conscientes, mostram-se indubitavelmente atuantes e influentes. No entanto, essa influência extrapola os próprios pressupostos sobre os quais as reflexões do autor se assentam, abrindo possibilidades de investigação que inscrevem a língua como possível objeto de investigação de uma Ciência Moderna, desde que as propriedades supostas em seu funcionamento permitam um tratamento literal e matematizado. Como afirma Milner (2002),

⁶⁸ No original: “*Das lautverschiebungsgesetz hilft also wilde etymologie bändigen und ist für sie zum prüfstein geworden [...]. Steht die muta eines urverwandten worts zu dem deutschen auf unrechter stufe, so entspringt verdacht gegen ihre vergleichung, stimmen beide völlig, so ist ihre Verwandtschaft sogar abzulehnen [sic]*”.

A ciência exige a matematização do objeto; não exige que o objeto seja matemático em sua essência. Não exige, portanto, que o objeto seja eterno e perfeito. Pelo contrário, visa a apreender, através da matematização, o que poderia ser diferente do que é: o que é empírico, contingente, repetível e, portanto, temporal (Milner, 2002, p. 187).⁶⁹

Um entendimento de língua subjaz essas possibilidades. Trata-se, pois, de reconhecer e recolher, na língua, propriedades que independem de toda determinação exterior e, assim, são passíveis de receber um trato formal que a letra apreende, estenografa e, doravante, constitui o meio pelo qual a Ciência Moderna raciocina (Milner, 2012[1978]).

É especificamente na desvinculação da língua de qualquer determinação externa, quando submetida à inteligibilidade romântica e organicista, que se encontra o eco que abriria, em certa medida, a língua para esse trato. Eco esse, por sua vez, que não deixa de reverberar as suas origens, de modo que, em Grimm, encontram-se recorrências a um *dentro* e a um *fora*, este, em última instância, constitutivo da essência da língua, em que se reflete a essência dos povos, e dos alemães, em especial, haja visto a ênfase que concedeu, ao longo de sua trajetória, ao mundo germânico. O rancor nacionalista, embora atuante, inscreve-se em uma transformação ontológica maior. É o princípio do *interior* que é, cá, determinante. Com ele, rejeita-se, no ambiente intelectual romântico, a possibilidade de se avaliar uma obra de arte, as tradições de um povo, uma nação, uma língua, sem referir ao seu centro, de onde emana a sua essência, e a todos os elementos que, de dentro, mantêm uma relação de reciprocidade íntima com esse interior mesmo que abriga o princípio vital. É a reincidência a esse interior, perpassado por uma exterioridade, a qual abrange, que abre um acesso a uma forma de pensar sobre a língua que, para obter êxito, necessitará de deixar as influências românticas de lado. Mas o Romantismo impõe os seus limites, e Grimm permanecerá a meio caminho. Afinal, Grimm é essencialmente um *homo romanticus*.

⁶⁹ No original: “La science requiert la mathématisation de l’objet; elle ne requiert pas que l’objet soit d’essence mathématique. Elle ne requiert donc pas qu’il soit éternel et parfait. Bien au contraire, elle vise a saisir, par la mathématisation, ce qui en lui pourrâit être autre qu’il n’est: ce qu’il a d’empirique, de contingent, de répétable et donc de temporal”.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. O que é o contemporâneo? (2006). In: AGAMBEN, G. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Tradução de Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009.
- AGAMBEN, G. Filosofia e Linguística. In: AGAMBEN, G. *A potência do pensamento: ensaios e conferências*. Tradução de António Guerreiro. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- AGUIAR E SILVA, V. M. *Teoria da Literatura*. São Paulo: Martins Fontes, 1976.
- ALTMAN, C. *Zeitgeist* – Em homenagem a Evanildo Bechara por ocasião dos seus 90 anos. *Confluência*, n. 55, p. 164-182, 2018.
- ALTMAN, C. História, estórias e Historiografia da Linguística brasileira (2012). In: BATISTA, R. O. (Org.). *Historiografia da Linguística*. São Paulo: Contexto, 2019.
- ALTMAN, C. Linguística, Filosofia, e suas Historiografias. *Revista Letras*, v. 2, n. 104, p. 7-31, 2021.
- AMSTERDAMSKA, O. *Schools of Thought: The Development of Linguistics from Bopp to Saussure*. Dordrecht: D. Reidel, 1987.
- ANTONSEN, E. H.; MARCHAND, J. W.; ZGUSTA, L. In: ANTONSEN, E. H.; MARCHAND, J. W.; ZGUSTA, L. (Ed.). *The Grimm Brothers and the Germanic Past*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1990.
- ARMSTRONG, C. I. *Romantic Organicism: From Idealist Origins to Ambivalent Afterlife*. Londres: Palgrave Macmillan, 2003.
- AUROUX, S. *La philosophie du langage*. Paris: PUF, 1996.
- AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001[1992].
- AUROUX, S. Les embarras de l'origine des langues. *Marges Linguistique*, n. 11, p. 58-92, 2006.
- AUROUX, S. Filosofia da linguagem. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2009.
- AUROUX, S. *Matematização da Linguística e natureza da linguagem*. Tradução de Débora Massmann. São Paulo: HUCITEC Editora, 2012.
- AUROUX, S.; HORDÉ, T. Les grandes compilations et les modèles de mobilité. In: AUROUX, S. (Ed.). *Histoire des Idées Linguistiques*, T. 2: Le développement de la grammaire occidentale. Liège-Bruxelles: Pierre Mardaga, 1992.

- AUROUX, S.; BERNARD, G.; BOULLES, J. Le développement du comparatisme indo-européen. In: AUROUX, S. (Ed.). *Histoire des Idées Linguistiques*, T. 3: L'hégémonie du comparatisme. Liège-Bruxelles: Pièrre Mardaga, 2000.
- BATISTA, R. O. *Introdução à Historiografia da Linguística*. São Paulo: Cortez, 2013.
- BEISER, F. C. *The Romantic Imperative: The Concept of Early German Romanticism*. Cambridge; Londres: Harvard University Press, 2003.
- BENVENISTE, É. Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da Linguística (1963). In: BENVENISTE, É. *Problemas de Linguística Geral I*. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas: Pontes; Editora da UNICAMP, 1995.
- BENVENISTE, É. O aparelho formal da enunciação (1970). Tradução de Marco Antônio Escobar. In: BENVENISTE, É. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas: Pontes, 1989.
- BERLIN, I. *Vico e Herder*. Tradução de Juan Antônio Gili Sobrinho. Brasília: Editora da UnB, 1982.
- BERLIN, I. *As raízes do Romantismo*. Tradução de Isa Maria Lando. São Paulo: Três Estrelas, 2015[1999].
- BORNHEIM, G. Filosofia do Romantismo. In: GUINSBURG, J. *O Romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- BRÉAL, M. De la méthode comparative applique a l'étude des langues (1864). In: BRÉAL, M. *Mélanges de Mythologie et de Linguistique*. Paris: Hachette Livre, 1882.
- CÂMARA JR., J. M. *História da Linguística*. Edição revista e comentada por Valdir do Nascimento Flores e Gabriel de Ávila Othero. Petrópolis: Vozes, 2021[1975].
- CARPEAUX, O. M. *A história concisa da Literatura alemã*. São Paulo: Girassol Brasil, 2014.
- CHALMERS, A. F. *O que é ciência, afinal?*. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Brasiliense, 1993[1983].
- CHERUBIM, D. Hat Jacob Grimm die historische Sprachwissenschaft begründet?. *Zeitschrift für Phonetik, Sprachwissenschaft und Kommunikationsforschung (ZPSK)*, v. 38, n. 6, 1985, p. 672-685.
- COLLINGE, N. E. The Introduction of the Historical Principle Into the Study of Languages: Grimm. In: AUROUX, S.; KOERNER, E. F. K.; NIEDEREHE, H-J.; KEES, V. *History of the Language Sciences / Geschichte der Sprachwissenschaften / Histoire des sciences du langage*, T. 2. Berlin: Walter de Gruyter, 2001.
- COLOMBAT, B.; FOURNIER, J-M.; PUECH, C. *Uma história das ideias linguísticas*. Tradução de Jacqueline Léon e Marli Quadros Leite. São Paulo: Contexto, 2017[2010].

- DELEUZE, G. *A Filosofia Crítica de Kant*. Tradução de Geminiano Franco. Lisboa: Edições 70, 1983[1963].
- EICHNER, H. The Rise of Modern Science and the Genesis of Romanticism. *Modern Language Association*, v. 97, n. 1, p. 8-30, 1982.
- ELIA, S. Romantismo e Linguística. In: GUINSBURG, J. *O Romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- ELIAS, N. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Edição de Michael Schröter; tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- FALBEL, N. Os fundamentos históricos do Romantismo. In: GUINSBURG, J. *O Romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2007[1966].
- GOLDSMITH, J. A.; LAKS, B. The Nineteenth Century and Language. In: GOLDSMITH, J. A.; LAKS, B. *Battle in the Mind Fields*. Chicago: University of Chicago Press, 2019.
- GOOCH, G. P. *History and Historians in the Nineteenth Century*. Londres: Longmans, Green, and Co., 1913.
- GRÉGOIRE, F. Note sur la Philosophie de l'Organisme. *Revue Philosophique de Louvain*, v. 46, n. 11, 1948, p. 275-334.
- GRIMM, J. *De l'origine du langage*. Tradução do alemão de Fernad de Wegmann. Paris: Librairie A. Franck, 1859[1851].
- GRIMM, J. *Geschichte der deutschen Sprache*. Leipzig: S. Hirzel Verlag, 1880[1848].
- GUINSBURG, J. Romantismo, Historicismo e História. In: GUINSBURG, J. *O Romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- GUSDORF, G. Fondements du savoir romantique (1982). In: GUSDORF, G. *Le Romantisme I*. Paris: Payot & Rivarges, 1993.
- GUSDORF, G. Du néant à Dieu dans le savoir romantique (1983). In: GUSDORF, G. *Le Romantisme I*. Paris: Payot & Rivarges, 1993.
- GUSDORF, G. L'homme romantique (1984). In: GUSDORF, G. *Le Romantisme II*. Paris: Payot & Rivarges, 1993.
- GUSDORF, G. Le savoir romantique de la nature (1985). In: GUSDORF, G. *Le Romantisme II*. Paris: Payot & Rivarges, 1993.

HARTMANN, N. *A filosofia do Idealismo alemão*. Tradução de José Gonçalves Belo. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.

HAßLER, G. La description du *génie de la langue* dans les grammaires françaises et les grammaires d'autres langues. *Todas as Letras – Revista de Língua e Literatura*, v. 14, n. 1, p. 99-120, 2012.

KOERNER, E. F. K. Jacob Grimm's Place in the Foundation of Linguistics as a Science. *Word*, v. 39, n. 1, p. 1-20, 1988.

KOERNER, E. F. K. História da Linguística. Tradução de Susana Fontes. *Confluência*, n. 46, p. 9-22, 2014[1994].

KOERNER, E. F. K. A importância da Historiografia Linguística e o lugar da História nas Ciências da Linguagem (1978). Tradução de Rolf Kemmler e Maria da Felicidade Morais. In: KOERNER, E. F. K. *Quatro décadas de Historiografia Linguística: estudos selecionados*. Seleção e edição de textos por Rolf Kemmler e Cristina Altman. Vila Real: Centro de Estudos em Letras, Universidade Trás-os-Montes & Alto Douro, 2014.

KOERNER, E. F. K. O problema da 'influência' na Historiografia Linguística (1987). Tradução de Cristina Altman; revisão e atualização de Sónia Coelho. In: KOERNER, E. F. K. *Quatro décadas de Historiografia Linguística: estudos selecionados*. Seleção e edição de textos por Rolf Kemmler e Cristina Altman. Vila Real: Centro de Estudos em Letras, Universidade Trás-os-Montes & Alto Douro, 2014.

KOERNER, E. F. K. Questões que persistem na Historiografia Linguística (1995). Tradução de Cristina Altman; revisão e atualização de Teresa Moura. In: KOERNER, E. F. K. *Quatro décadas de Historiografia Linguística: estudos selecionados*. Seleção e edição de textos por Rolf Kemmler e Cristina Altman. Vila Real: Centro de Estudos em Letras, Universidade Trás-os-Montes & Alto Douro, 2014.

KOERNER, E. F. K. Linguística e Revolução: com especial referência à "revolução Chomskyana" (2004). Tradução de Maria Teresa Vieira da Silva. In: KOERNER, E. F. K. *Quatro décadas de Historiografia Linguística: estudos selecionados*. Seleção e edição de textos por Rolf Kemmler e Cristina Altman. Vila Real: Centro de Estudos em Letras, Universidade Trás-os-Montes & Alto Douro, 2014.

KOYRÉ, A. *Études galiléennes*. Paris: Hermann, 1966.

KOYRÉ, A. O pensamento moderno (1930). In: KOYRÉ, A. *Estudos de história do pensamento científico*. Tradução de Márcio Ramalho. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

KOYRÉ, A. Galileu e a experiência de Pisa: a propósito de uma lenda (1937). In: KOYRÉ, A. *Estudos de história do pensamento científico*. Tradução de Márcio Ramalho. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

KOYRÉ, A. Uma experiência de medida (1953). In: KOYRÉ, A. *Estudos de história do pensamento científico*. Tradução de Márcio Ramalho. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

- KOYRÉ, A. As origens da Ciência Moderna: uma nova interpretação (1956). In: KOYRÉ, A. *Estudos de história do pensamento científico*. Tradução de Márcio Ramalho. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.
- KOYRÉ, A. Condorcet (1944). In: KOYRÉ, A. *Estudos de história do pensamento filosófico*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- KOYRÉ, A. Do mundo do “mais ou menos” ao Universo da precisão (1948). In: KOYRÉ, A. *Estudos de história do pensamento filosófico*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- KOYRÉ, A. Da influência das concepções filosóficas sobre a evolução das teorias científicas (1954). In: KOYRÉ, A. *Estudos de história do pensamento filosófico*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- KORFMANN, M. A cultura do livro e o visível: o Romantismo como ponto referencial da Modernidade. *Conexão Letras*, v. 1, n. 1, p. 1-25, 2005.
- LEITE, M. Q. Historiografia da Linguística e História das Ideias Linguística: aproximação e distanciamento. In: BATISTA, R. O. (Org.). *Historiografia da Linguística*. São Paulo: Contexto, 2019.
- LOVEJOY, A. O. On the Meaning of ‘Romantic’ in Early German Romanticism. *Modern Language Notes*, v. 31, n. 7, p. 385-396, 1916.
- LOVEJOY, A. O. The Meaning of Romanticism for the Historian of Ideas. *Journal of the History of Ideas*, v. 2, n. 3, p. 257-278, 1941.
- LOVEJOY, A. O. *A Grande Cadeia do Ser*: um estudo da história de uma ideia. Tradução de Aldo Fernando Barbieri. São Paulo: Palíndromo, 2005[1936].
- LYONS, J. *Lingua(gem) e Linguística*: uma introdução. Tradução de Marilda Winkler Averbug e Clarisse Sieckenius de Souza. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1987.
- MARTINET, A. *Des steppes aux océans: l’indo-européen et les « indo-européens »*. Paris: Payot, 1986.
- MATTHEWS, B. The New Mythology: Romanticism between Religion and Humanism. In: NASSAR, D. (Ed.). *The Relevance of Romanticism: Essays on German Romantic Philosophy*. Oxford: Oxford University Press, 2014.
- MEDEIROS, C. L. Filologia e tradução no primeiro Romantismo alemão. *Revista da ABRALIN*, v. 16, n. 2, p. 169-189, 2017.
- MILNER, J-C. *A obra clara: Lacan, a ciência, a filosofia*. Tradução de Procópio Abreu. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

- MILNER, J-C. *Le périple structural: figures et paradigme*. Paris: Éditions du Seuil, 2002.
- MILNER, J-C. *O amor da língua*. Tradução de Paulo Sérgio de Souza Júnior. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012[1978].
- MILNER, J-C. *Introdução a uma ciência da linguagem*. Tradução de Daniel Costa da Silva e outros. Petrópolis: Vozes, 2021[1995].
- MOUNIN, G. *Histoire de la Linguistique, des origines au XX^e siècle*. Paris: Presses Universitaires de France, 1974.
- MORPURGO DAVIES, A. *History of Linguistics*, V. IV: Nineteenth Century Linguistics. Nova Iorque: Addison Wesley Longman Inc., 1998.
- MUNIZ BARRETO, Luiz. O desenvolvimento científico no Romantismo. In: KELLY, C.; GUDIN, E.; CUNHA, F.; DE OLIVEIRA, F.; NOBRE, M.; MUNIZ BARRETO, L.; COSTA FILHO, O.; SANTOS, P. F.; MAGALHÃES JR., R. ALKIMIN, R. ZANENI, W. *Século XIX: o Romantismo*. Rio de Janeiro: Museu Nacional de Belas Artes, 1979.
- NUNES, B. A visão romântica. In: GUINSBURG, J. *O Romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- PAVEAU, M-A.; SARFATI, G-É. *As grandes teorias da Linguística: da Gramática Comparada à Pragmática*. Tradução de Rosário Gregolin e outros. São Carlos: Claraluz, 2006.
- PECKHAM, M. Toward a Theory of Romanticism. *PMLA*, v. 6, n. 2, p. 5-23, 1951.
- PROFFITT, E. Science and Romanticism. *The Georgia Review*, v. 34, n. 1, p. 55-80, 1980.
- PROFFITT, E. H. Eichner's Modern Science and the Genesis of Romanticism's Forum. *PMLA*, v. 97, n. 3, p. 409-410, 1982.
- ROBINS, R. H. *Pequena história da Linguística*. Tradução de Luiz Martins Monteiro. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2004[1967].
- ROSENFELD, A.; GUINSBURG, J. Classicismo e Romantismo. In: GUINSBURG, J. *O Romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- RUPKE, N. A. Caves, Fossils and the History of the Earth. In: CUNNINGHAM, A.; JARDINE, N (Ed.). *Romanticism and the Sciences*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- SAPIR, E. Herder's "Ursprung der Sprache". *Historiographia Linguistica*, v. 11, n. 3, p. 355-388, 1984[1907].

SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2012[1916].

SCHMITTER, P. Le savoir romantique. Tradução do alemão de Barbara Kaltz. In: AUROUX, S. (Ed.). *Histoire des Idées Linguistiques*, T. 3: L'hegemonie du comparatisme. Liège-Bruxelles: Pièrre Mardaga, 2000.

STAËL, M. *De l'Allemagne*. Paris: Firmin Didot, 1852[1813].

SWIGGERS, P. História e Historiografia da Linguística: *status*, modelos e classificações. Tradução de Cristina Altman. *Revista Eutomia*, v. 1, n. 6, p. 1-17, 2010.

SWIGGERS, P. A Historiografia da Linguística: objeto, objetivos, organização. Tradução de Ricardo Cavaliere. *Confluência*, n. 44-45, p. 39-59, 2013.

SWIGGERS, P. Historiografia da Linguística: princípios, perspectivas, problemas. Tradução de Ronaldo de Oliveira Batista e Antonio Ackel Barbosa. In: BATISTA, R. O. (Org.). *Historiografia da Linguística*. São Paulo: Contexto, 2019.

TRABANT, J. *A linguagem, objeto do conhecimento*. Tradução de Carlos Piovezani, Luzmara Curcino e Márcio Alexandre Cruz. São Paulo: Parábola, 2020[2008].

VAN DE VIJVER, G. Auto-organisation, identité, autonomie: figures Kantiennes. *Revue Internationale de Philosophie*, n. 228, p. 219-241, 2004.

WETZELS, W. D. Aspects of Natural Science in German Romanticism. *Studies in Romanticism*, v. 10, n. 1, p. 44-59, 1971.